



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

POTENCIALIDADES E DESAFIOS DO ACOMPANHAMENTO
FAMILIAR: A PERSPETIVA DAS FAMÍLIAS E DOS
PROFISSIONAIS

Relatório apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Serviço Social

Por

Mariana dos Santos Pena

Faculdade de Ciências Humanas

Abril 2019



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

POTENCIALIDADES E DESAFIOS DO ACOMPANHAMENTO
FAMILIAR: A PERSPETIVA DAS FAMÍLIAS E DOS
PROFISSIONAIS

Relatório apresentado à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Serviço Social

Por

Mariana dos Santos Pena

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação de Ana Oliveira

Abril 2019

Resumo

O presente trabalho surge na sequência do estágio curricular de mestrado em Serviço Social, que decorreu no CAFAP – “Quinta do Ribeiro” em Santa Maria da Feira.

Durante o percurso de estágio, procurou-se refletir sobre a intervenção e acompanhamento familiar prestado pelo CAFAP e aferir as potencialidades e os desafios deste, é abordado com mais pormenor as perspetivas não só de quem é alvo do acompanhamento - as famílias -, como dos profissionais envolventes – profissionais do CAFAP, da direção Obra do Frei Gil e dos profissionais de entidades parceiras. Para a produção de informação recorre-se à observação participante da ação do CAFAP e a entrevista semiestruturadas.

A nível de potencialidades do acompanhamento familiar e da intervenção realizada pelo CAFAP salientam-se o foco de intervenção, a relação de proximidade contínua e regular, a disponibilidade e o acreditar na família, a estrutura de ajuda e de suporte familiar, o papel reparador, de sensibilização, de prevenção, a multidisciplinariedade da equipa, a avaliação ser credível, existir supervisão e a prática de intervenção colaborativa e articulada com a rede e com os parceiros.

Os resultados revelaram a importância de darem resposta atempadamente dado o tempo de espera para intervenção do CAFAP, assim como, os escassos recursos, a redução de território, a neutralidade dos profissionais, a adesão e aceitação das famílias, a frustração e o envolvimento emocional, foram apontados pelos participantes como desafios, limites e/ou constrangimentos do acompanhamento e da intervenção do CAFAP. São ainda apresentados aspetos a melhorar no funcionamento e na atuação do CAFAP, compreendendo e salientando a importância que este tem na prática que desenvolve junto das famílias em contexto de preservação, reunificação e/ou de pontos de encontro familiar.

Palavras-chave: acompanhamento familiar, intervenção centrada na família CAFAP, preservação familiar, reunificação familiar, pontos de encontro familiar, potencialidades, desafios

Dedico este meu trabalho:

... aos meus Pais, Henrique e Sílvia, pelos valores transmitidos, pelo apoio, palavras de incentivo e pela dedicação incondicional, por acreditarem sempre em mim e serem ambiciosos nos sonhos que alcançam(os) juntos.

... aos meus queridos Avôs, em especial à minha avó, Maria Eneida. Ao meu avô, Manuel, gostava de puder contar-te todas as minhas histórias e aventuras, e de partilhar todos os momentos da minha vida, estejas onde estiveres espero que vás acompanhando todas as minhas lutas, assistindo a todas as minhas vitórias e que te orgulhes de mim.

"Ninguém escapa ao sonho de voar, de ultrapassar os limites do espaço onde nasceu, de ver novos lugares e novas gentes. Mas saber ver em cada coisa, em cada pessoa, aquele algo que a define como especial, um objeto singular, um amigo, - é fundamental. Navegar é preciso, reconhecer o valor das coisas e das pessoas, é mais preciso ainda." (Antoine de Saint-Exupery)

Agradecimentos

Neste espaço é meu objetivo expressar o mais sincero agradecimento a todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização e concretização deste trabalho.

“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que elas acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.” (Fernando Pessoa)

Em primeiro lugar, expresso a minha gratidão à Professora Dra. Ana Oliveira, pela preciosa ajuda e disponibilidade demonstrada na orientação e supervisão do Estágio e do Relatório, por todas as metodologias teórico-práticas ensinadas, pelos conselhos dados e pela sua dedicação.

À Obra do Frei Gil pela oportunidade dada e à direção pela simpatia. De igual modo, à equipa do CAFAP – “Quinta do Ribeiro” que colaboraram e facilitaram a minha integração e processo de aprendizagem, um especial obrigada Dr.^a Ana Vita por todos os momentos partilhados, pelos conselhos, atenção e carinho demonstrado e, pelas suas palavras de apoio proferidas nos momentos necessários.

Um agradecimento especial a todas as famílias e entidades parceiras que articularam e colaboraram comigo, que tornaram o estágio uma fonte de conhecimento frutuosa ao à abertura demonstrada em partilharem desde logo comigo, a partilharem os seus momentos, dinâmicas, dificuldades, experiências, críticas e opiniões.

Aos meus pais, Sílvia e Henrique, que me apoiaram no desenvolvimento deste projeto pessoal e profissional, escutaram as minhas vivências e apoiaram incondicionalmente todo o meu percurso, foram fonte de energia positiva, de motivação, incentivo, carinho e compreensão.

Ao David, obrigada por me teres feito sempre sentir capaz de superar qualquer adversidade, pela tua paciência e por estares sempre ao meu lado.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - UMA ABORDAGEM À FAMÍLIA E À CRIANÇA NA SOCIEDADE ATUAL.....	6
1. A FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONCEITOS, SUA EVOLUÇÃO E TRANSFORMAÇÕES	6
2. DA FAMÍLIA À FAMÍLIA MULTIPROBLEMÁTICA E MULTIDESAFIADA	13
3. A CRIANÇA, O JOVEM E A FAMÍLIA EM RISCO E/OU PERIGO	16
4. OS FATORES DE RISCO E OS DE PROTEÇÃO NA FAMÍLIA.....	24
5. A CRISE E O CONFLITO NA RELAÇÃO CONJUGAL: DESAFIOS AO CASAL E À FAMÍLIA	27
6. A RESILIÊNCIA FAMILIAR	32
CAPÍTULO 2 - A INTERVENÇÃO EM CONTEXTO FAMILIAR	34
1. MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO: A INTERVENÇÃO COM FAMÍLIAS E SUAS CRIANÇAS EM PORTUGAL.	34
2. O SERVIÇO SOCIAL E A INTERVENÇÃO CENTRADA NA FAMÍLIA	39
CAPÍTULO 3 – DA TEORIA À PRÁTICA: O CASO DO CAFAP – “QUINTA DO RIBEIRO”	45
1. O LOCAL DE ESTÁGIO.....	45
2. O PROCESSO DE INTERVENÇÃO E SUAS FASES	56
3. SISTEMA DE ATORES	60
4. O PERCURSO DE ESTÁGIO.....	64
5. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOMPANHADAS	68
CAPÍTULO 4 – AS POTENCIALIDADES E OS DESAFIOS DO ACOMPANHAMENTO PRESTADO PELO CAFAP.....	71
1. METODOLOGIA DO ESTUDO	71
2. A PERSPETIVA DOS INTERVENCIÓNADOS - FAMÍLIA.....	73
3. A PERSPETIVA DOS PROFISSIONAIS - PARCEIROS	82
4. A PERSPETIVA DOS PROFISSIONAIS – DIREÇÃO DA OBRA DO FREI GIL	96
5. A PERSPETIVA DOS PROFISSIONAIS – CAFAP – “QUINTA DO RIBEIRO”	99
CONCLUSÃO	110
BIBLIOGRAFIA.....	118
APÊNDICES	124

Índice de Figuras

FIG. 1 – TRANSFORMAÇÕES NA FAMÍLIA	11
FIG. 2 – FATORES DE RISCO	24
FIG. 3 – FATORES DE PROTEÇÃO	26
FIG. 4 - MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO PARA CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO	38
FIG. 5 – INTERVENÇÃO EM CONTEXTO FAMILIAR	44
FIG. 6 – SURGIMENTO DO CAFAP	51
FIG. 7 – EVOLUÇÃO DO CAFAP	52
FIG. 8 – MISSÃO, VISÃO E VALORES DA INTERVENÇÃO DO CAFAP	52
FIG. 9 – EQUIPA DO CAFAP	56
FIG. 10 – SISTEMA DE AÇÃO DA EQUIPA DO CAFAP	61
FIG. 11 – ORGANOGRAMA DA INSTITUIÇÃO CAFAP	62
FIG. 12 – MAPA CONCEPTUAL DO ESTUDO	73
FIG. 13 – POTENCIALIDADES DO CAFAP NA PERSPETIVA DAS FAMÍLIAS	75
FIG. 14 – DESAFIOS DO CAFAP NA PERSPETIVA DAS FAMÍLIAS	78
FIG. 15 – POTENCIALIDADES DO CAFAP NA PERSPETIVA DOS PROFISSIONAIS PARCEIROS	82
FIG. 16 – DESAFIOS DO CAFAP NA PERSPETIVA DOS PROFISSIONAIS PARCEIROS	91
FIG. 17 – DESAFIOS DO CAFAP NA PERSPETIVA DA DIREÇÃO DA OBRA DO FREI GIL	96
FIG. 18 – POTENCIALIDADES DO CAFAP NA PERSPETIVA DA DIREÇÃO DA OBRA DO FREI GIL	97
FIG. 19 – POTENCIALIDADES DO CAFAP NA PERSPETIVA DOS PROFISSIONAIS DO CAFAP	99
FIG. 20 – DESAFIOS DO CAFAP NA PERSPETIVA DOS PROFISSIONAIS DO CAFAP	103
FIG. 21 – ESQUEMA GERAL DAS POTENCIALIDADES DO CAFAP – “QUINTA DO RIBEIRO”	112

Índice de Tabelas

TABELA 1 – FUNÇÕES DA EQUIPA TÉCNICA DO CAFAP	62
--	-----------

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – CONTEXTOS DE INTERVENÇÃO	69
GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR SEXO.....	69
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DA CRIANÇA/ JOVEM POR SEXO	69
GRÁFICO 4 – SITUAÇÃO PROFISSIONAL.....	70
GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO POR ENCAMINHAMENTO	70

Apêndices

APÊNDICE I – GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA (5 VERSÕES DO INSTRUMENTO)

APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO

APÊNDICE III - FLUXOGRAMA: PROCEDIMENTO DE TRABALHO DO CAFAP

Lista de Siglas

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CAT – Centros de Acolhimento Temporário

CERCI – Cooperativa de Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CTFIS – Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica

FIAS – Federação Internacional de Assistentes Sociais

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LIJ – Lares de Infância e Juventude

MAIFI – Modelo de Avaliação e de Intervenção Familiar Integrada

NEE – Necessidades Educativas Especiais

PEF – Pontos de Encontro Familiar

PF – Preservação Familiar

PIAF – Plano Integrado de Apoio Familiar

RF – Reunificação Familiar

RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados

SATT – Serviço de Assessoria Técnica aos Tribunais

Introdução

O presente Relatório de Estágio, intitulado “Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar: a perspetiva das famílias e dos profissionais”, desenvolveu-se no Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) – “Quinta do Ribeiro” da Obra do Frei Gil, sob a orientação da Dr.^a Ana Vítá e supervisão da Prof.^a Dra. Ana Oliveira no âmbito da Dissertação e Tutoria do Mestrado em Serviço da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa.

Este estágio teve como objetivo geral fornecer uma familiarização com as práticas e as problemáticas de intervenção do Assistente Social no âmbito do acompanhamento familiar e da intervenção junto das crianças, jovens e suas respetivas famílias. Neste caso específico, trata-se de famílias com crianças dos 0 aos 18 anos cujo acompanhamento e efetiva intervenção só se pode realizar através do encaminhamento por uma entidade específica e não por uma pessoa singular.

A escolha do tema decorreu dos escassos estudos e investigações existentes focadas nas potencialidades e nos desafios do acompanhamento familiar prestado pelos CAFAP's e do benefício e/ou coisas a melhorar na intervenção destes, assim como, das perspetivas e perceções de quem é alvo do acompanhamento – as famílias - e de quem articula com o CAFAP – entidades parceiras.

Esta escolha teve como ponto de partida, tendo por base os dados recentes do Instituto Segurança Social (2017, p.22 – in Relatório CASA 2016), a constatação de que continua a existir um grande número de crianças institucionalizadas em Portugal - cerca de 7.149, ou seja, 87,4% de crianças e jovens do universo em situação perigo, sendo que a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2018, p.26) em 2017 instaurou processos de promoção e proteção a 69.967 crianças e jovens que, por sua vez, vivenciaram e estiveram expostas algum tipo de risco e/ou perigo, ficando por referir os dados referentes às crianças e jovens que têm um processo instaurado nos Tribunais no âmbito do Tutelar Cível -, apesar de existirem diversificadas respostas integradas de cuidados e apoio social para crianças e jovens em situação de risco e/ou perigo, inclusive aquelas que trabalham junto e em colaboração com as famílias, de forma a que o risco seja reparado e evitado em situações futuras (preservação).

É neste enquadramento que surge o interesse da aluna em trabalhar este tema, visto que o número de crianças em situação de risco familiar é bastante elevado como podemos constatar anteriormente, e sendo esta problemática cada vez mais recorrente é consecutivamente mais preocupante, pois se os pais não têm competências para cuidar, lidar e educar os filhos e se estes vivem em contextos desajustados e disfuncionais denotando-se nas suas dinâmicas familiares, torna-se premente a efetivação destas respostas como o CAFAP e conseqüentemente deste acompanhamento familiar prestado prevenindo e reparando as situações de risco.

Tratou-se de um efetivo processo de articulação entre a equipa técnica e a estagiária, definindo-se que o pedido de estágio se centraria na familiarização com a realidade em causa, assim como, na participação da estagiária na atuação, acompanhamento e intervenção prestada a crianças e/ou jovens e suas respetivas famílias. Este percurso de estágio permitiu identificar as forças e as vulnerabilidades e promover a cooperação entre os serviços através de reuniões com a restante equipa, consolidando redes de suporte social, modalidades e programas, com vista à minimização das situações de risco e perigo nas dinâmicas familiares e, por conseguinte, à criação de condições de bem-estar emocional, educacional, social e físico das famílias.

Após este percurso de estágio em interação com as famílias, com as suas dinâmicas familiares e com a relação entre Família - CAFAP, o interesse pelas potencialidades e desafios do acompanhamento familiar no contexto das modalidades existentes no CAFAP – Preservação Familiar (PF), Reunificação Familiar (RF) e Pontos de Encontro Familiar (PEF) -, constituiu um desenvolvimento natural de um percurso de proximidade com esta realidade, e surge como uma preocupação para uma intervenção que se deseja cada vez mais eficaz, eficiente, inovadora, e com impacto satisfatório e positivo.

Neste contexto, são tidos como objetivos específicos desta reflexão: compreender o desenho de procedimento de intervenção caracterizando-o; avaliar o modo como se concretiza o acompanhamento familiar; e aferir as potencialidades e os desafios/limites do acompanhamento familiar efetuado tanto na perspetiva das Famílias como dos profissionais envolvidos nos processos.

No sentido de proceder à recolha de informação que permitiu analisar os procedimentos da resposta em causa, caracterizar a população acompanhada e conhecer o percurso/ a

história de vida de cada família, procedeu-se num primeiro momento à análise dos documentos internos existentes no CAFAP, bem como documentos relativos à equipa técnica. Este trabalho de pesquisa visou, para além do acolhimento e da integração da estagiária, captar os princípios da instituição e orientações para a intervenção e articulação em equipa. Num segundo momento procedeu-se à consulta dos processos ativos entre junho a setembro de 2018 (período de estágio) e os cessados a quando a entrada da estagiária em contexto de estágio (entre maio e junho de 2018) das famílias inseridas nas modalidades existentes do CAFAP e, ao registo das visitas em contexto domiciliário e/ou nas instalações do CAFAP a algumas famílias.

Outro fator que pesou na escolha desta temática de estudo foi o facto de esta estar em constante transformação e atualização e os profissionais deste domínio de intervenção estarem constantemente reaprender e fazer novas aprendizagens para melhorar a qualidade e eficácia das intervenções, ajustando a sua intervenção o melhor possível a estas famílias.

Em simultâneo e sendo o CAFAP constituído por uma equipa técnica multidisciplinar tornou-se impreteríveis as visões, não só dos Assistentes Sociais, como dos Psicólogos, Terapeutas Familiares, Mediadores Familiares e Educadores Sociais – profissionais do CAFAP, dos elementos da direção da instituição ao qual o CAFAP se insere – Obra do Frei Gil, das Famílias acompanhadas nas três modalidades e dos profissionais de entidades parceiras, também, de diferentes áreas – Educação, Saúde, Direito, entre outras. Assim, foram realizadas 51 entrevistas semiestruturadas individuais e presenciais com os 5 elementos da equipa técnica do CAFAP, 2 voluntárias do CAFAP, 3 elementos da direção da Obra do Frei Gil, 17 famílias acompanhadas nas modalidades existentes no CAFAP, e entidades parceiras que exercem atividade no território de Santa Maria da Feira – 2 elementos da Segurança Social no âmbito da Promoção e Proteção na Assessoria Técnica ao Tribunal (SATT) – Família e Menores, 2 elementos da Segurança Social no âmbito do Tutelar Cível, 4 elementos da CPCJ, 2 elementos do Agrupamentos de Escolas, 1 elemento da Unidade de Saúde, 5 IPSS's, 5 Casas de Acolhimento -, e da entidade de supervisão dos Pontos de Encontro Familiar – Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica (CTFIS) dos Açores, 2 elementos.

O que se pretendeu privilegiar foi a riqueza da informação permitida não só no contacto com os processos e com toda a proximidade de intervenção do CAFAP, mas a partilha de sentimentos, desafios, potencialidades, pontos fortes e pontos fracos da intervenção

realizada pelo CAFAP, nas diferentes perspetivas em causa dando ênfase à pertinência do acompanhamento familiar e do trabalho que é realizado, salientando o papel fundamental na prevenção e reparação de situações de risco psicossocial, mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias, salientando a pertinência de as reforçar e de as promover.

Os participantes foram selecionados de acordo com certos critérios que a estagiária estabeleceu, como: as famílias correspondem aos processos cessados (maio e junho) ou aqueles que já tinham iniciado antes da entrada da estagiária no contexto de estágio, os profissionais do CAFAP, respetivos voluntários, assim como profissionais de entidades parceiras, foram selecionados por terem ou terem tido recentemente um contacto, uma articulação com o CAFAP de forma próxima.

Entre as principais conclusões do estudo realizado destacam-se como potencialidades do acompanhamento familiar e da intervenção do CAFAP – “Quinta do Ribeiro”, o facto deste para além de ter um papel de sensibilização puder prevenir e reparar situações de risco; ser uma estrutura de ajuda e de suporte, capacitando as famílias através de conhecimentos, ferramentas e estratégias que estas podem colocar em prática, mudando assim os seus comportamentos e melhorando as suas dinâmicas familiares; o impacto que têm na vida das famílias; a intervenção ser especializada, específica, direcionada e contínua; os programas serem acreditados, validados e supervisionados, assim como a avaliação ser credível. Por outro lado, como desafios do acompanhamento familiar e intervenção do CAFAP, destacam-se a resistência por parte dos intervencionados – famílias; o tempo de intervenção não acompanhar e não ser o mesmo que o tempo das famílias; não responder atempadamente às solicitações de intervenção, nem ter capacidade de resposta para responderem a todas as solicitações; o desagaste e a frustração; e os escassos recursos e a redução de território.

Alicerçada numa visão e perspetiva ecossistémica, o presente relatório estrutura-se em torno de quatro capítulos que traduzem um percurso de reflexão inerente ao desenvolvimento de um percurso de estágio e ao contacto com as famílias.

O primeiro capítulo – **Uma abordagem à Família e à criança na sociedade atual** – irá centrar-se em primeiro lugar no conceito de Família, na sua evolução e transformações, sendo algumas destas transformações consequência e resultado para o conceito de Família multiproblemática e multidesafiada, em que qualquer um de nós pode estar

sujeito, dependendo da forma como são gerido os desafios, crises e/ou conflitos, se forem geridos de forma negativa acaba por colocar em risco a criança e/ou jovem, respetivo agregado ou até mesmo a relação conjugal, se for gerido de uma forma positiva e colaborativa, existe uma resiliência familiar e uma capacidade controlada de solucionar os problemas de forma a evitar que estes se reíterem.

No segundo capítulo – **A intervenção em contexto familiar** – pretende-se num primeiro momento no enquadramento teórico-legal da criança e jovem em perigo sendo este comparado ao conceito de risco, apresentando as medidas de promoção e proteção existentes em Portugal para estas situações e, por conseguinte, a intervenção realizada junto da Família quando se encontram face à mesma, por sua vez, e sendo o trabalho do Serviço Social colaborativo, de empowerment e de mudança, é ressaltado este trabalho na intervenção com a Família e em articulação com e na equipa multidisciplinar.

No terceiro capítulo – **Da teoria à prática: o estudo de caso de um CAFAP específico** – pretende-se, em primeiro lugar, elaborar uma descrição do local de estágio, de modo a compreender qual a missão e objetivos que regem a intervenção equipa técnica. Em segundo lugar, importa conhecer o processo de intervenção e as suas fases, os atores sociais envolvidos que integram o sistema de atores da resposta, bem como, o processo de estágio da estagiária e a caracterização das famílias acompanhadas durante o estágio.

No quarto e último capítulo – **As potencialidades e os desafios do acompanhamento prestado pelo CAFAP** – pretende-se sistematizar e analisar o material empírico, de modo a compreender de que forma o acompanhamento e intervenção realizada pelo CAFAP pode minimizar as situações de risco, de crise e de conflito e de que forma pode ser benéfico para quem integra o mesmo. As perspetivas tanto das famílias como dos profissionais foram analisados, tentando captar e explorar aspetos que possam permitir a compreensão das potencialidades e dos desafios da intervenção. Neste capítulo e, com base na reflexão acerca do assunto e na experiência recolhida através do estágio curricular, a estagiária acredita que este estudo possa ser útil para o suporte de melhoramento da intervenção e atuação futura e, ainda, um impulsionador à visibilidade da pertinência deste tipo de acompanhamento em contextos familiares.

CAPÍTULO 1 - UMA ABORDAGEM À FAMÍLIA E À CRIANÇA NA SOCIEDADE ATUAL

1. A Família na sociedade contemporânea: conceitos, sua evolução e transformações

As transformações ocorridas no século XX alteraram, enquanto sociedade, as nossas formas de ser, de conviver, os nossos valores, comportamentos e os nossos modos de vida. Quando falamos de transformações falamos de diversidade e divergências e, pensar no conceito de Família implica assumi-la tendo em conta as suas especificidades.

A Família constrói-se e reconstrói-se, histórica e quotidianamente, constituindo-se como uma instituição altamente complexa e diversificada. De acordo com Almeida (1995, p.117) “se há instituição que se tem adaptado às diferentes formas de viver em sociedade, demonstrando a plasticidade e flexibilidade das suas formas de organização, ela é certamente a família” (in Batalhas, 2008, p. 9). Observamos que a Família tem sofrido várias mudanças e profundas alterações relacionadas com as transformações sociais e culturais, quer na estrutura, quer na forma de organização familiar, o que leva não só a novas configurações e dinâmicas familiares, como à transformação no modelo tradicional da Família, nomeadamente nos papéis desempenhados pelas figuras parentais.

O estudo da Família tem vindo a sofrer ao longo dos anos surpreendentes modificações. Esta encontra-se marcada por vários processos de mudança e de imprevisibilidade dos seus contextos de intervenção que nem sempre conseguem fazer face às necessidades ocorridas e dificuldades sentidas.

Como veremos de seguida, o conceito de Família tem várias perceções e definições e nem sempre teve a conotação que tem atualmente. Não deve ser vista como algo estático, pois sofreu e vai sofrendo alterações ao longo do tempo, assim, sempre que nos referirmos a Família esta deve ser entendida como uma unidade social, constituída por várias pessoas, onde existem laços de parentesco, que podem ou não ser positivos, referirmo-nos ao cuidador e/ou prestador de cuidados.

Por um lado, a Organização Mundial de Saúde (1991) diz-nos que:

A família é o grupo de pessoas de casa que tem certo grau de parentesco por sangue, adoção ou casamento, limitado em geral pelo chefe de família, esposa e filhos solteiros que convivem com eles (Ahumada & Cochoy, 2008), e é o primeiro agente social envolvido na promoção da saúde e no bem-estar.

Por sua vez, passado três anos, OMS (1994) redefine o conceito anteriormente citado, e passa a afirmar que:

O conceito de família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção. Qualquer grupo cujas ligações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e um destino comum, deve ser encarado como família.

Por outro lado, em 1981, para Minuchin e Fishman, *a família não é uma entidade estática, antes pelo contrário, encontra-se em constante processo de mudança, assim como o contexto social*. Segundo Minuchin (1982, cit. por Coelho, 2017, p. 21) esta *adapta-se às diferentes exigências das diferentes fases de desenvolvimento ou do ciclo de vida e às mudanças sociais, de forma a assegurar continuidade e crescimento psicossocial dos elementos que a compõem*. Entendemos, assim, que a Família se encontra em constante processo de mudança e não é uma unidade estática.

Em 1996, Osório afirmava que *cabe à família possibilitar o crescimento individual e facilitar os processos de individualização e diferenciação levando à adequação dos seus membros às exigências da realidade vivencial*. No ano de 2003, McDaniel et al. dizia-nos que pode *definir-se também, de forma abrangente, como todo o grupo de indivíduos relacionados biológica, emocional ou legalmente*. Por sua vez, para Giddens (2007) *família (...) é um grupo de pessoas unidas diretamente pelo parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças*.

Alarcão (2000) define a Família como sendo o lugar onde naturalmente nascemos, crescemos e morremos, ainda que, nesse longo percurso, possamos ir tendo mais do que uma Família. Para a autora a Família é então um espaço privilegiado para a elaboração de aprendizagens de dimensões significativas da interação: os contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais. É, ainda, o espaço de vivência de relações afetivas profundas: a filiação, a fraternidade, o amor, a sexualidade, tudo isto numa trama de emoções e afetos positivos ou negativos que, na sua elaboração, vão dando corpo ao sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a qualquer outra Família. A Família é ainda um grupo institucionalizado, relativamente estável, e que constitui uma importante base da vida social. (in Sousa, 2011, p.8)

Em 2005, Fazenda refere que a Família é uma unidade social que não é fácil definir. Para o autor, esta é baseada em laços de parentesco e afinidades estando em permanente mudança para se adaptar às necessidades dos seus membros, sendo algo que não se apresenta de modo nenhum estático no tempo. Domingues e Domingues (2005)

partilham da opinião de Fazenda (2005) ao referirem que a Família é um conjunto de pessoas ligadas por laços onde cada um tem os seus direitos, obrigações e expectativas próprias. No entanto, estes autores, têm uma visão da Família como um sistema que assegura funções indispensáveis ou úteis aos seus elementos individuais, consideram-na ainda um pilar, pilar este que terá de estar assente sobre bases éticas e morais de modo a que o agir dos seus constituintes seja um agir racional, tendo como meta o bem comum (in Sousa, 2011, p.8). Por sua vez, para Giddens (2007, p. 175) a Família (...) *é um grupo de pessoas unidas diretamente pelo parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças.*

Podemos, assim, afirmar que a Família é a unidade base de qualquer sociedade organizada., com papéis e funções definidas onde o seu dever prende-se com o cuidado dos seus membros e na garantia da efetivação dos direitos fundamentais destes, é na Família que aprendemos a compreender e a situar-nos no mundo, onde formamos a nossa entidade social de valores, ética e moral.

Para se compreender melhor esta evolução da Família torna-se necessário refletir a sobre as transformações nela contidas. São inúmeras as transformações que assistimos a nível familiar, nas suas relações e na sua constituição, no entanto, não podemos deixar que tais transformações privem de estar presente, num contexto familiar, para as crianças o afeto, a proteção, a segurança, a confiança e o bem-estar das mesmas. Batalha (2008, p.10) diz-nos que:

Não se pode negar que a mais pequena mudança na estrutura da família ou na sua forma de organização traz enormes consequências para a forma como a criança é encarada e vivida pela família.

Na atualidade, Kamers (2006, p. 114) defende que já não é possível, pensar nas funções familiares com “*papéis*” estritamente definidos na sociedade atual. Aos poucos, torna-se difícil de identificar um modelo familiar único na nossa sociedade, uma vez que assistimos a tempos de grandes mudanças, derivadas de diversas perspetivas e opiniões, onde se perde, cada vez mais, o significado de famílias “*estruturadas e desestruturadas*”.

Por sua vez, Chaves (2015) refere que a família na atualidade está mais ampla, tentando agregar as diversas relações entre os membros. A autora afirma que existem hoje famílias tradicionais, seguindo o modelo patriarcal, casais que dividem as

responsabilidades dos filhos e da casa de igual forma, monoparentalidade, famílias reconstruídas, casais sem filhos e casais homossexuais, entre outras.

Os fatores determinantes na sociedade de hoje no desenvolvimento familiar, tendo por base Cardoso (2016), marcam-se pelo individualismo moderno, pelo mercado, pela sexualidade, pela entrada da mulher no mundo do trabalho e pelos divórcios, outros autores acrescentam o crescimento das classes médias que leva a impactos decisivos sobre as relações familiares, a feminização da força de trabalho, as velhas e novas exclusões sociais, a globalização (sociedades globais), as convivências múltiplas (componentes da vida social), entre outros.

Podemos afirmar que o trabalho feminino vem legitimar o trabalho da mulher pois, passaram a ter maior autonomia e um poder que até à data não lhes era reconhecido e concedido, isto provocou uma mudança social e cultural para além das mudanças de mentalidades, comportamentos, identidades e mudanças legislativas.

Focando-nos em Cardoso (2016), que nos afirma no que diz respeito ao individualismo moderno, o autor cita:

Chaves (2015) afirma que este individualismo tem uma grande influência na cultura familiar, estando relacionado com a perda de interesse pelo casamento, ou pela sua estabilidade, na medida em que tal implica “assumir compromissos, em criar raízes e em controlar impulsos, como os sexuais e financeiros” e também, com o aumento de famílias menores. O Papa Francisco (2016) considera mesmo que o individualismo exagerado “desvirtua os laços familiares e acaba por considerar cada componente da família como uma ilha, fazendo prevalecer, em certos casos, ideia de um sujeito que se constrói segundo os seus próprios desejos assumidos com carácter absoluto.

Por sua vez, referente ao mercado, o mesmo autor diz-nos que:

Chaves (2015) afirma que na sociedade ocidental “a valorização do status social está ligada ao poder, à maior capacidade de produção e à maior aquisição financeira”, tendo consequências na esfera doméstica. (...) Os pais estão muito envolvidos nas suas profissões, acabando por desvalorizar a esfera doméstica e tudo o que esta implica.

Respeitante à sexualidade:

Antigamente, o núcleo da família consistia numa aliança sólida de amor, sexualidade e fecundidade. Hoje, assiste-se a tempos, tal como Petrini (2005) refere, onde é possível “viver a sexualidade sem fecundidade, a sexualidade sem amor, a fecundidade sem sexualidade.

No que concerne à mulher no mercado de trabalho:

Um dos grandes fatores de mudança na sociedade foi a entrada da mulher no mercado de trabalho. A mulher ao longo dos anos foi conquistando um lugar no mundo do trabalho, ganhando uma nova autonomia.

Em última estância, pelo aumento de divórcios, que pode ter como influência:

Carter e McGoldrik (1995, em Chaves, 2015) referem o facto de os casais, ao se sentirem “mais livres para fazerem escolhas e se separarem, se não estiverem satisfeitos”.

Assistimos, assim, a mudanças que na atualidade influenciam de certa forma a Família, criando impactos negativos e/ou positivos, sendo estas:

- na dimensão familiar - passa de uma dimensão alargada para uma dimensão de Família nuclear;
- no enfraquecimento da força contratual do casamento e as novas formas de convivência – aumento das famílias constituídas por um só elemento, aumento do número de uniões consensuais, das separações conjugais, de divórcios, aumento das famílias monoparentais / famílias compostas por um só progenitor com os filhos, aumento das famílias reconstituídas ou recompostas;
- nos papéis parentais – atualmente, as relações entre pais e filhos são baseadas sobretudo no diálogo e na negociação;
- na transição dos jovens para a vida adulta – é mais difícil os jovens autonomizarem-se, ou seja, terem uma vida e um espaço próprios e compatibilizarem o desejo de constituir Família com forma de realização profissional;
- na integração / exclusão dos idosos – a diminuição das taxas de fecundidade e o aumento de esperança de vida, provoca um envelhecimento demográfico e um desequilíbrio geracional, há um aumento do desemprego estrutural de longa duração coloca à margem o processo produtivo da população mais velha, considerada como ativa, mas cujas qualificações não permitem o acompanhamento da inovação tecnológica;
- e nos valores e nos comportamentos - se por um lado a Família é um pilar e funciona como um lugar de afeto, proteção, segurança, confiança e bem-estar, por outro, são mais visíveis situações de violência e de maus-tratos, de insegurança, de desconfiança e de mau estar das relações familiares.

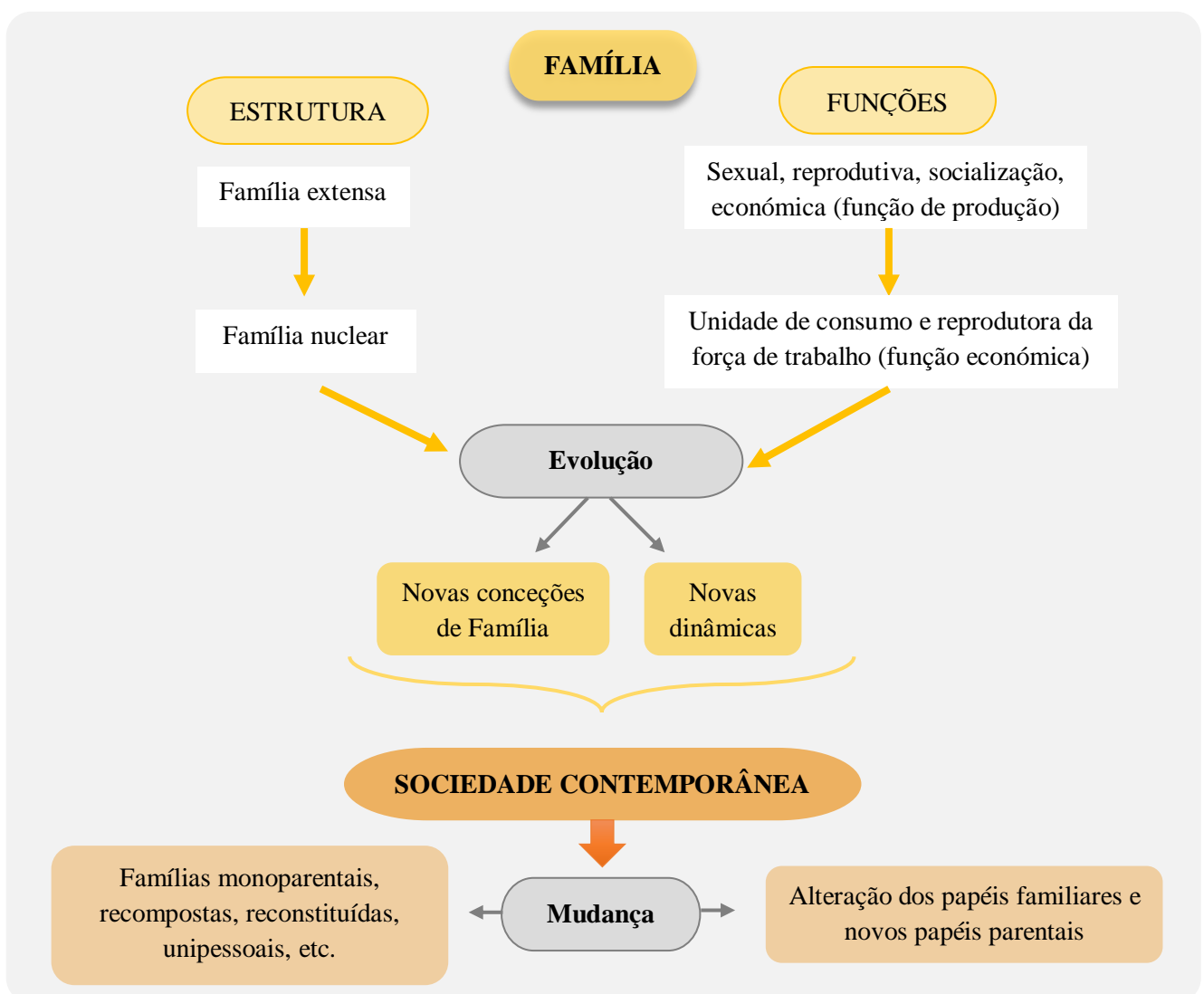
Em síntese, assistimos a mudanças familiares, onde atualmente a Família extensa deu lugar à Família nuclear, coexistindo com outro tipo de famílias, tais como as monoparentais, as recompostas, as unipessoais, entre outras. A função económica da

Família deixou de estar a ser identificada com a função de produção, passando a identificar-se com as funções de unidade de consumo e reprodutora da força de trabalho.

Nas sociedades contemporâneas os papéis familiares alteraram-se (modelo de paridade entre o casal, sexualidade deixa de estar exclusivamente associada ao casamento). Os papéis parentais, também, se transformam – relações mais democráticas entre pais e filhos, investimento na socialização escolar dos filhos. Nas sociedades atuais coexistem vários padrões familiares que resultam, em grande parte, da diversidade cultural da população migrante. A Família apesar de ter acompanhado as transformações sociais, continua a ter um papel central na sociedade.

Esquematisando esta evolução de transformações que conduziram à mudança vemos como se alteraram as concepções de Família, sua estrutura e funções (Fig.1):

Fig. 1 – Transformações na Família



Fonte: Elaboração própria (2018) tendo por base Dias (2011, p.142)

Em suma, as transformações na Família são visíveis e significativas, no entanto, podemos reter dois marcos fundamentais quando nos referimos à Família, à sua evolução e transformação. O primeiro refere-se à década de 60 onde o núcleo familiar era constituído por dois adultos e respetivos filhos, pela coabitação social, onde laços relacionais eram caracterizados como reais, afetivos e de qualidade, os papéis culturais estavam definidos tanto o do pai como o da mãe.

Com o decorrer dos anos e com as transformações que se fizeram sentir não só no meio familiar - com a redefinição dos papéis parentais e suas funções -, como nos grupos locais, no meio socioeconómico e profissional – com o desenvolvimento da vida urbana - detalhados anteriormente, a Família reestrutura-se.

No início do século XX, assistimos ao emergir de uma nova conceptualização de família – a família moderna -, composta por pai, mãe e filhos. O surgimento deste tipo de família foi resultado das exigências de uma sociedade competitiva, da mobilidade social e profissional, na qual as características individuais e nucleares, a seleção do parceiro e a independência emocional e financeira se destacam. A par destes fatores, a liberalização do divórcio e o feminismo contribuíram para uma reformulação das funções primordiais da família e, conseqüentemente, uma dificuldade acrescida nos papéis de pai e de mãe. (Shirley, 2015 p. 25)

A segunda diz respeito à segunda metade do século XX, notório pela globalização, pelas tecnologias e conseqüente modernização das sociedades com repercussões significativas nas famílias e no contrato familiar.

Notório, também, pelo novo olhar sobre a criança, sobre o seu estatuto e vulnerabilidade, e pela afirmação da condição feminina – igualdade de género -, ou seja, ao passo que a mulher ocupa uma posição social mais reconhecida, valorizada e de igualdade, do ponto de vista financeiro o homem deixa de ser o único a contribuir para a Família, encontrando-se muitas das vezes separado da Família quer pelo trabalho profissional quer pelos horários que este exige, apesar do pouco tempo que dispõe ajuda, participa e colabora nas tarefas domésticas e assume um papel mais presente na parentalidade, apesar de ainda não ser muito reconhecido.

Na sociedade pós-moderna, a família nuclear recolheu-se e promoveu o isolamento social e relacional. Neste contexto, o indivíduo vive cada vez mais alienado e distanciado do seu mundo interno. (...) Os processos familiares e as variações de estatuto dos membros da família, influenciam o desenvolvimento infantil, os conflitos conjugais, a estrutura familiar, os estilos parentais, a saúde mental dos pais, os padrões de comunicação e os fatores de stress na e da família (Carlson, 2003). (Shirley, 2015 p. 25)

O século XX é, assim, um novo período, é o século da mulher e da criança, duas grandes conquistas, visíveis por variados reconhecimentos legais nomeadamente, pelos Direitos Humanos e pela Declaração dos Direitos da Criança.

2. Da Família à Família multiproblemática e multidesafiada

Falar de família implica assumi-la pela sua complexidade e diversidade, a família é um conceito muito abrangente que se tem mantido ao longo dos anos, porém há que ter em conta que os sistemas familiares têm sofrido inúmeras mudanças que acompanharam a expansão da sociedade (Fernandes, 2015, p. 3).

Como referido anteriormente, assistimos a uma alteração e evolução da composição das famílias, dos papéis e funções que representam cada um dos seus membros na sociedade. Nas sociedades modernas (atuais e ocidentais) passámos de uma Família tradicional (composta por várias gerações) para uma Família moderna, em que as mulheres entraram no mercado de trabalho e as taxas de natalidade caíram (Martinez, 2003 cit. Fernandes, 2015, p. 3).

Tendo em conta às definições mais recentes, a Família deve ser vista como um sistema, ou seja, um conjunto de elementos em interação dinâmica e organizada em torno de uma finalidade e que, no seu processo de interação, passam por várias etapas do ciclo vital (Carter & McGoldrick, 2001 cit. Fernandes, 2015, p. 3).

Atualmente, podemos constatar que estamos perante uma grande diversidade terminológica na literatura sobre estas famílias, tendo sido designadas várias nomenclaturas e termos, onde diversos autores definem famílias multiproblemáticas da seguinte forma, tendo por base Alarcão (2002, p. 319):

- Famílias isoladas para Powel e Monahan (1969) é evidenciada no isolamento, físico e emocional, relativamente à família extensa e ao contexto social;
- Famílias excluídas para Thierny (1976) é sublinhado a separação entre estas famílias e o contexto parental, institucional e social;
- Famílias suborganizadas para Aponte (1976; 1981) é clarificado as características disfuncionais no plano estrutural, devidas a graves lacunas ou carências no desempenho dos papéis parentais;
- Famílias associas para Voiland (1962) é evidenciado nos problemas de comportamento antissocial;

- Famílias desmembradas e desorganizadas para Minuchin et al. (1967), é onde se encontra realçado as perturbações comunicacionais.

Podemos encontrar outras nomenclaturas como famílias multiassistidas descritas pelas *relações destas famílias com os serviços formais de apoio, emergindo da constatação de que a intervenção por parte dos profissionais não obtém o efeito desejado* (Carlos, 2010, p. 10 cit. Sousa et al., 2007), destacam-se também:

a designação de “famílias diluídas” (Colapinto, 1995), pela não utilização dos seus recursos, transferindo as funções parentais para os serviços sociais; e “famílias multiassistidas” (Linares, 1997; Minuchin, Colapinto & Minuchin, 1998), na medida em que, dada a diversidade de problemas que apresentam e de pessoas atingidas, tendem a ser assistidas por diversos serviços, muitas vezes pouco coordenados. (Carlos, 2010, p.10)

Por sua vez, e voltados para as capacidades e recursos que podemos encontrar nestas famílias invés das suas dificuldades, foram propostas outras designações:

Especificamente, Madsen (1999) propõe a designação de “famílias multistressadas”, reflectindo uma mudança na visão sobre estas. Desta forma, o olhar sobre os membros da família permite ir para além dos problemas que enfrentam, reconhecendo as situações de stress sucessivas a que estas famílias estão sujeitas, mas também as forças, recursos e conhecimento que dispõem para lhes dar resposta. Já Sharlin e Shamaï (2000), atendendo ao padrão marcante de factores de stress a que estas famílias estão sujeitas, haviam proposto a reconceptualização do termo para o de “famílias em extremo stress”. Por fim, Summer et al. (1997), propõem a designação de “famílias multidesafiadas”, tendo em conta que enfrentam múltiplos desafios ou necessidades de mudança ao longo da sua vida, revelando um sentimento de crise crónico. (Carlos, 2010, p.11)

O conceito de Família multiproblemática surge nos anos 50 no *âmbito do trabalho social* (Alves, 2011, p. 3 cit. Sousa, 2005; Alarcão, 2006), coincidindo com o início da era pós-moderna e com a industrialização. Esta nova era não trouxe apenas a vanguarda e a expansão das cidades, mas também novos valores sociais e profundas mudanças nos valores familiares vigentes. No entanto, o conceito de famílias multiproblemáticas é bastante recente na história das ciências humanas (Fernandes, 2015, p. 3).

A sua designação agrupava famílias de baixo nível socioeconómico, geralmente no limiar de pobreza, socialmente marginalizadas e com problemas graves de alcoolismo, toxicod dependência, delinquência, maus-tratos e abandono das crianças, com carência de meios económicos e de competências sociais. Para entendermos melhor e operacionalizarmos este conceito, Cancrini, Gergorio e Nocerino (1997, pp. 52-53) propõem os seguintes critérios:

1. Presença simultânea de dois ou mais elementos do mesmo sistema familiar com comportamentos problemáticos estruturados, estáveis no tempo e suficientemente graves para exigir uma intervenção externa;
2. Grave insuficiência na assunção, por parte dos pais, das atividades funcionais e afetivas necessárias ao adequado desenrolar da vida familiar;
3. Reforço recíproco entre o primeiro e o segundo aspetos;
4. Labilidade das fronteiras, própria de um sistema caracterizado pela presença de profissionais e de outras figuras externas que substituem particularmente os elementos capazes;
5. Estruturação de uma relação de dependência crónica da família face aos serviços externos e vice-versa, criando as condições para o desenvolvimento de um equilíbrio intersistémico;
6. Desenvolvimento de comportamentos sintomáticos característicos, tais como a toxicod dependência (...).

Alarcão (2002, pp. 320-321)

Fernandes (2015, p. 4) afirma que *nas famílias problemáticas, frequentemente, “estão deterioradas as funções parentais e, também, com frequência está deteriorada a conjugalidade” (Martinez, 2003 p. 95), o que implica riscos efetivos sobre os filhos, graves e complexos.*

No que respeita ao desenvolvimento destes sistemas familiares e seu funcionamento familiar, importa assinalar que *os comportamentos sintomáticos surgem, geralmente, logo nas primeiras etapas do ciclo vital, ou seja, na etapa de formação do casal e na etapa dos filhos pequenos. Muito lábil, mas pouco flexível, o sistema familiar parece ter dificuldade em transformar as crises em oportunidades de transformação e crescimento, antes as considerando como emergências e convertendo-as em avarias* (Alarcão, 2002, p. 326).

Nestas famílias é presente a imprevisibilidade familiar, associada a perturbações do desenvolvimento familiar e do próprio desenvolvimento individual pois, é a família é vista como um lugar privilegiado de aprendizagem e de interação. Esta imprevisibilidade familiar revela nas famílias uma falta de consciência nos padrões de comportamento e dos sistemas de regulação familiar, tendo implicações negativas na construção das próprias regras de interação e no equilíbrio necessário à transformação (Alarcão & Gaspar, 2007, cit. Fernandes 2015, p.4).

Torna-se pertinente realçar a importância de uma abordagem à família que faça emergir perceções sobre o que são, quem são e sobre quais os problemas que as preocupa enquanto família.

Sendo um dos conceitos mais utilizados recentemente, debruçemo-nos nas famílias multidesafiadas, caracterizadas como sendo aquelas que enfrentam, no decorrer do seu percurso de vida, múltiplos desafios e, ao mesmo tempo experimentam diversas condições desfavoráveis que condicionam, inevitavelmente, a sua adaptação e desenvolvimento positivo (Melo, 2011 cit. Fernandes, 2015, p.1). Assim, e tendo em conta o que foi sendo referido anteriormente, as famílias multidesafiadas, caracterizam-se particularmente pelo facto de desenvolverem comportamentos sintomáticos que se verificam regularmente em torno das primeiras mudanças da fase vital: formação do casal e nascimento e desenvolvimento das crianças. Por conseguinte, com frequência, existe uma acentuada deterioração nos papéis parentais, tanto ao nível da nutrição como no domínio da socialização, com efeitos negativos na proteção à criança e na transmissão de valores e normas culturais (Martinez, 2003 cit. Fernandes, 2015 p. 1).

Este conceito é assim designado tendo por base os múltiplos desafios que as famílias enfrentam ao longo do seu percurso de vida (Melo, 2011 cit. Fernandes, 2015, p. 4). Por sua vez, Melo e Alarcão (2010 citadas por Alves, 2011: 4), destacam:

a vivência familiar em condições de vida adversas, a exposição a ambientes ou circunstâncias stressantes e o lidar com múltiplos desafios, muitas vezes paralelamente à vivência de crises normativas e transições. Esta definição, referindo-se a “desafios”, parece “abrir espaço” à competência e à possibilidade de crescimento e mudança.

Deste modo, esta descrição assenta em dois vetores: o das forças e vulnerabilidades, com ênfase nos recursos necessários para as ultrapassar e, o das forças e competências familiares, salientando a pertinência de as reforçar e promover. Realçando a pertinência do reconhecimento destes dois vetores, devemos ter em conta que estas famílias detêm competências mesmo com as dificuldades e desafios do seu dia a dia, no entanto, o que as obstrui de alcançar um desenvolvimento estável e saudável prende-se com o facto de se encontrarem bloqueadas pelas suas competências, ou seja, não detêm os conhecimentos e aptidões necessárias para fazer face à resolução dos desafios com que se deparam.

3. A criança, o jovem e a Família em risco e/ou perigo

As mudanças referidas anteriormente, ao nível da Família, acarretam transformações podendo trazer consequências benéficas para o bem-estar e felicidade da Família e respetiva criança, como consequências nefastas colocando a Família e a criança em causa em exposição ao risco.

Deste modo, é importante entender o conceito de risco, o conceito de perigo, a criança em risco e criança em perigo, bem como as Famílias em situação de risco. Mas primeiro torna-se pertinente entender o conceito de criança pois, conforme a Família, as crianças também sofreram alterações com a sua definição “o que é ser criança” e qual o seu lugar na Família. Não obstante das famílias fazem parte, na sua grande maioria, crianças e jovens, detentores de direitos e deveres, que ao longo do tempo têm vindo a adquirir um papel importante na Família.

Na atualidade, são inúmeras as transformações que assistimos a nível familiar, nas suas relações e na sua constituição, no entanto, não podemos deixar que tais transformações privem de estar presente, num contexto familiar, para as crianças o afeto, a proteção, a segurança, a confiança e o bem-estar das mesmas.

Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança, no artigo 1º é definido a criança como todo o ser humano até à idade de 18 anos com a exceção se esta atinge a maioridade mais cedo, de acordo com a legislação de cada país. Na lei portuguesa isto é visível através do Código Civil no artigo 122º: “*é menor quem não tiver ainda completado dezoito anos de idade.*” Quando o jovem atinge a maioridade adquire a plena capacidade para o exercício dos seus direitos, conforme o Código Civil, artigo 130º dispõe: “aquele que perfizer dezoito anos de idade adquire plena capacidade de exercício de direitos, ficando habilitado a reger a sua pessoa e a dispor dos seus bens.”

Sousa (2013, p. 16) explica-nos o papel evolutivo da criança na Família:

Durante o Antigo Regime, o lugar das crianças dependia de cinco funções. Em primeiro lugar a função económica, os filhos eram fundamentais para a produção familiar, eram mão-de-obra nos negócios familiares; em segundo lugar, a função assistencial, onde os filhos eram fulcrais para cuidar dos pais quando estes não tivessem mais capacidade; em terceiro lugar a função de linhagem, pois era dever dos filhos perpetuar a família em termos culturais, patrimoniais e simbólicos; em quarto lugar, a função religiosa, onde o filho era encarado como uma dádiva de Deus; e por fim a função estatutária, pois os filhos tinham a obrigação de deixar descendência.

Se os filhos até ao século XIX, na sociedade tradicional, eram fundamentais para o funcionamento da família e para a vida doméstica, trabalhavam desde muito cedo e havia um interesse nos benefícios económicos que a criança podia proporcionar, recebiam um tratamento muito semelhante ao dos adultos e, como tal, não existia a noção de responsabilidade social pelas crianças nem leis para as proteger.

Por sua vez, na sociedade atual são visíveis transformações a esse nível, existem leis que defendem as crianças, existe responsabilidade social, as crianças têm direitos e deveres e, também, assistimos por parte das famílias a um planeamento do nascimento dos filhos.

Assim podemos afirmar que *a criança passou de uma concepção onde era considerada um mero objeto de direito, sem capacidade para ver e descrever o seu mundo, para uma posição onde se torna sujeito de direitos e ator interveniente no mundo que a rodeia* (Fernandes (2009); Tomás (2011); Joaquinho (2016)).

As crianças foram, ao longo do tempo, adquirindo um estatuto, gradual, de sujeitos com direitos, sendo indiscutível que houve alterações sociais, políticas, económicas e culturais que marcaram os tempos passados, mas recentes e que influenciaram novos modos de lidar com a infância e de a proteger.

Se as crianças/filhos até ao século XIX, na sociedade tradicional, eram fundamentais para o funcionamento da Família e para a vida doméstica, trabalhavam desde muito cedo e havia um interesse nos benefícios económicos que a criança podia proporcionar, recebiam um tratamento muito semelhante ao dos adultos e existia uma ausência da noção de responsabilidade social pelas crianças e nas leis para as proteger. Na sociedade atual existem leis que defendem as crianças, responsabilidade social, as crianças têm direitos e deveres e, também, assistimos por parte das famílias ao planeamento pormenorizado do nascimento dos filhos.

Contextualizado o conceito de criança e a sua evolução, passemos então para a reflexão do presente subcapítulo – “Um olhar sobre a criança, o jovem e a Família em risco e perigo” - cabe-nos entender, assim, o conceito de risco pois, a cada criança, reconhecida como sujeito de direitos, deve ser assegurado o seu desenvolvimento integral através da efetivação dos mesmos. “No entanto, um número significativo de crianças fica exposto a situações de perigo que lhes tiram a possibilidade de usufruir dos direitos que lhes são conferidos pela Convenção os Direitos da Criança” (Almeida, 2011, p. 1).

A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Criança e Jovens contextualiza que:

o conceito de risco de ocorrência de maus tratos em crianças é mais amplo e abrangente do que o das situações de perigo, tipificadas na Lei, podendo ser difícil a demarcação entre ambas. As situações de risco implicam um perigo potencial para a concretização dos direitos da

criança (e.g.: as situações de pobreza) [...]. Nem todas as situações de perigo decorrem, necessariamente, de uma situação de risco prévia, podendo instalarem-se perante uma situação de crise aguda (e.g.: morte, divórcio, separação). É esta diferenciação entre situações de risco e de perigo que determina os vários níveis de responsabilidade e legitimidade na intervenção, no nosso Sistema de Promoção e Proteção da Infância e Juventude (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, 2018).

Por sua vez e segundo a mesma fonte, Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, é necessário a distinção de risco e de perigo:

Nas situações de risco, a intervenção circunscreve-se aos esforços para superação do mesmo, tendo em vista a prevenção primária e secundária das situações de perigo, através de políticas, estratégias e ações integradas, e numa perspetiva de prevenção primária e secundária, dirigidas à população em geral ou a grupos específicos de famílias e crianças em situação de vulnerabilidade. e.g.: campanhas de informação e prevenção; ações promotoras de bem-estar social; projetos de formação parental; respostas de apoio à família, à criança e ao jovem, RSI, prestações sociais, habitação social, alargamento da rede pré-escolar.

Nas situações de perigo a intervenção visa remover o perigo em que a criança se encontra, nomeadamente, pela aplicação de uma medida de promoção e proteção, bem como promover a prevenção de recidivas e a reparação e superação das consequências dessas situações. Neste sentido, não basta a existência duma situação que afete os direitos fundamentais da criança; é necessário que ela se encontre desprotegida, face a esse perigo.

Muitos casos de risco e perigo que assistimos na atualidade são gerados dentro do seio familiar criando impactos nefastos para a criança, seio esse que devia garantir a sua proteção e confiança máxima e, um ambiente equilibrado e estável. De acordo com Magalhães (2005), os maus tratos são definidos como:

como qualquer forma de tratamento físico e/ou emocional, não acidental e inadequado, que resulta de disfunções e/ou carências nas relações entre crianças e jovens e pessoas mais velhas, no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e/ou poder. Podem manifestar-se através de comportamentos ativos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e/ou afetos). Através da maneira reiterada como geralmente acontecem, privam a criança ou jovem dos seus direitos e liberdades, afetando a sua saúde, desenvolvimento e dignidade. Esses comportamentos devem ser analisados tendo em conta a cultura e época em que têm lugar, podendo observar-se em diferentes contextos, nomeadamente o familiar, social e institucional. As crianças e jovens podem então, ser maltratados por um ou ambos os pais, por outros familiares ou cuidadores, por uma pessoa conhecida ou por um estranho, sendo estes adultos ou jovens mais velhos (Magalhães, 2005, p. 33 cit. por Brigido, 2011, p.6).

A mesma autora afirma que a maior parte dos maus tratos surge num contexto de reprodução social, verificando-se em todos os grupos sociais, ocorrem com maior

frequência nas classes mais desfavorecidas, dado que, segundo outros autores, as classes mais favorecidas ocultam tais situações.

De acordo com a Constituição da República Portuguesa e o n.º 1 do artigo 19 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (2004, p.13), cabe ao Estado tomar "todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à proteção da criança", responsabilidade esta que é reiterada na Lei n.º 47/99 de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Segundo o Guia de Orientações para os profissionais da Ação Social na abordagem de situações de maus-tratos ou outras situações de perigo (2018), existem diferentes tipologias das situações de perigo¹ sendo estas as seguintes descritas:

- Negligência: situação em que as necessidades físicas básicas da criança e a sua segurança não são atendidas por quem cuida dela (pais ou outros responsáveis), ainda que não seja de forma manifestamente intencional causar danos à criança;
- Exposição a modelos de comportamento desviante: condutas do adulto que potenciem na criança padrões de conduta antissociais ou desviantes, bem como perturbações do desenvolvimento (desorganização afetiva e/ou cognitiva), ainda que não seja de forma manifestamente intencional;
- Abandono escolar: abandono do ensino básico obrigatório por crianças e/ou jovens em idade escolar;
- Maus tratos psicológicos/ Abuso emocional: não são tomadas em consideração as necessidades psicológicas da criança, particularmente as que respeitem a relações interpessoais e com autoestima;
- Maus tratos físicos: ação não acidental de algum adulto que provocou danos físicos ou doenças na criança, ou que a coloca em grave risco de isso acontecer como consequência de alguma negligência;
- Prática de facto qualificado como crime por criança/ jovem com idade igual ou inferior a 12 anos: comportamento que integra a prática de factos punidos pela Lei Penal;
- Abandono: criança abandonada ou entregue a si própria, não tendo quem lhe assegure a satisfação das suas necessidades físicas básicas e de segurança;

¹ Encontram-se disponíveis no Guia de Orientações para os profissionais da Ação Social na abordagem de situações de maus-tratos ou outras situações de perigo descritas.

- Abuso sexual: utilização de um menor por um adulto para satisfazer os seus desejos sexuais;
- Consumo de estupefacientes: consumo abusivo de substâncias químicas psicoativas;
- Ingestão de bebidas alcoólicas: consumo abusivo de bebidas alcoólicas;
- Problemas de saúde: existência de doença física e/ou psiquiátrica;
- Mendicidade: a criança/ jovem é utilizada habitual ou esporadicamente para mendigar, ou é a criança que exerce a mendicidade por sua iniciativa;
- Exercício abusivo de autoridade: uso abusivo do poder paternal que se traduz na prevalência dos interesses dos detentores do poder paternal em detrimento dos direitos e proteção da criança/ jovem;
- Exploração do trabalho infantil: para obter benefícios económicos, a criança/ jovem é obrigada à realização de trabalhos (sejam ou não domésticos) que excedem os limites do habitual, que deveriam ser realizados por adultos e que interferem claramente na vida escolar da criança;
- Corrupção de menores: condutas do adulto não acidentais que promovem na criança padrões de condutas antissociais ou desviantes – agressividade, apropriação indevida, sexualidade e tráfico ou consumo de drogas;
- Pornografia infantil: designa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de atividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais;
- Prostituição infantil: designa a utilização de uma criança em atividades sexuais contra remuneração ou qualquer outra retribuição.

Como podemos ver, a noção de risco e a definição de crianças em risco e perigo pode ser extremamente complexa pois trata-se de um fenómeno que tem de ser considerado nas suas diferentes perspetivas.

De acordo com a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens portuguesa (Lei nº147/99), considera que uma criança se encontra em perigo quando:

está abandonada ou entregue a si própria; sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou vítima de abusos sexuais; não recebe cuidados ou afeição adequados; é obrigada a realizar trabalhos excessivos ou inadequados à idade e que põem em perigo a sua formação ou desenvolvimento; está sujeita a comportamento que afetam gravemente a sua segurança ou o

seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a consumos ou atividades que afetem a saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais se oponham de modo adequado a essa situação (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens, 2018).

Segundo Penha (1996), a criança encontra-se em risco quando “(...) pelas suas características biológicas e/ou pelas características da sua família está sujeita a elevadas probabilidades de vir a sofrer omissões ou privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas” (p.11). Assim, podemos considerar que o risco se torna perigo quando estes fatores assumem uma maior relevância.

A noção de risco é um contínuo que faz parte integrante da dimensão desenvolvimental, é difícil saber a partir de que momento a criança se encontra em risco ou em perigo.

Como ponto inicial é necessário recorreremos o conceito de necessidade, ou seja, é na comunicação das necessidades universais com as necessidades influenciadas culturalmente que seria possível conceber o conceito de situações de risco (Lourenço, 2010). “Esta definição passaria pelo estabelecimento de um padrão de cuidados mínimos, que constituiria referencial relativamente ao qual se avaliaria a severidade e gravidade das situações” (Ochotorena, 1996 cit. por Lourenço, 2010, p.45). Isto significa que, sempre que estas colocassem a saúde física ou psicológica da criança em causa, estaria patente uma situação de risco (Lourenço, 2010).

As crianças em risco são as que têm a sua segurança, a sua saúde, a sua formação, a sua educação ou desenvolvimento em risco, cujo contexto se deve aos pais ou ao representante legal ou a quem tenha a guarda de facto da criança (Valente, 2003, p. 85)

O risco transpõe uma relação subentendida com algo indesejado, isto é, uma situação que prevê uma grande probabilidade de risco, dado à comparência de condições, ditas elas, de risco. As crianças em risco incluem-se em diferentes grupos, nomeadamente, delinquência juvenil, distúrbios da personalidade, indivíduos em risco de abandono escolar, comportamentos de violência, violência familiar, comportamentos sexuais de risco, maternidade e paternidade na adolescência, abuso de droga, esquizofrenia (Lourenço, 2010).

Estão também em risco, de acordo com Salgueiro (1999, p. 245), crianças que se desenvolvem em “famílias sem qualidade”, isto é:

sem capacidade para lhes assegurarem um ambiente acolhedor, protetor e nutriente, e onde, muitas vezes, a criança se defronta com maus tratos,

abandonos e abusos de todos os tipos, incluindo sexuais. Ficam crianças tristes, desorientadas, desorganizadas e, por vezes, agressivas (Salgueiro, 199, p. 245 cit. por Lourenço, 2010, p. 46).

Desta forma, o papel da Família é decisivo no que diz respeito à afetividade, ao bem-estar físico e psicológico, bem como no papel da socialização dos indivíduos. Assim, é possível afirmar que os cargos familiares consideram dois tipos de objetivos: um de “cariz interno, que se refere à proteção psicossocial dos seus membros constituintes e um de cariz externo que concerne na transmissão e acomodação a uma cultura” (Lourenço, 2010, p. 32).

A Família tem um papel fundamental para o desenvolvimento estável e equilibrado de qualquer criança. Dever ser entendida como um meio cómodo e afável por parte de uma criança, onde seja capaz de sentir plena segurança, e, é nesta fase de vida da família, que a ligação entre todos os membros é essencial, uma vez que estes são fundamentais no equilíbrio emocional e no processo de socialização da mesma (Lourenço, 2010).

No entanto, a falta de redes de apoio familiar, ou até mesmo a pertença a uma Família desequilibrada e instável constitui risco ao desenvolvimento íntegro da criança e poderá estimular comportamentos desviantes na mesma. Quando estas possuem uma relação de educação, bem-estar físico e psicológico, de vida em comunidade, maiores serão as possibilidades de sucesso no papel de socialização e de se adaptarem às normas convencionadas pela sociedade. No seio da família a criança poderá ter mais chances de encontrar condições necessárias ao seu desenvolvimento, nomeadamente segurança, amor e proteção. A Família simboliza uma fortificação onde a criança se socorre do que “mais teme e do que a faz sofrer” (Lourenço, 2010, p. 33).

Nas palavras de Casimiro (2002) “a família é hoje idealizada como um lugar seguro, como fonte de carinho, proteção e bem-estar, ocupando, na vida dos indivíduos, um lugar considerado de extrema importância na procura da felicidade pessoal” (p. 604).

Todavia, uma criança quando confrontada em situações voláteis, pode transformar-se numa criança medrosa, instável, rebelde e agressiva, mas quando se encontra num meio que seja desequilibrado, a criança pode ficar perturbada, podendo deixar “marcas profundas de sofrimento” que persiste ao longo do tempo (Lourenço, 2010, p. 33).

Posto isto, é notória a importância da qualidade de uma Família no progresso de qualquer criança, onde esteja presente uma parentalidade consciente e responsável

capaz de reconhecer as suas fragilidades, mas, também, as suas forças, proporcionando um desenvolvimento saudável, estável e feliz, longe do risco e do perigo, às crianças e jovens a seu encargo.

4. Os fatores de risco e os de proteção na Família

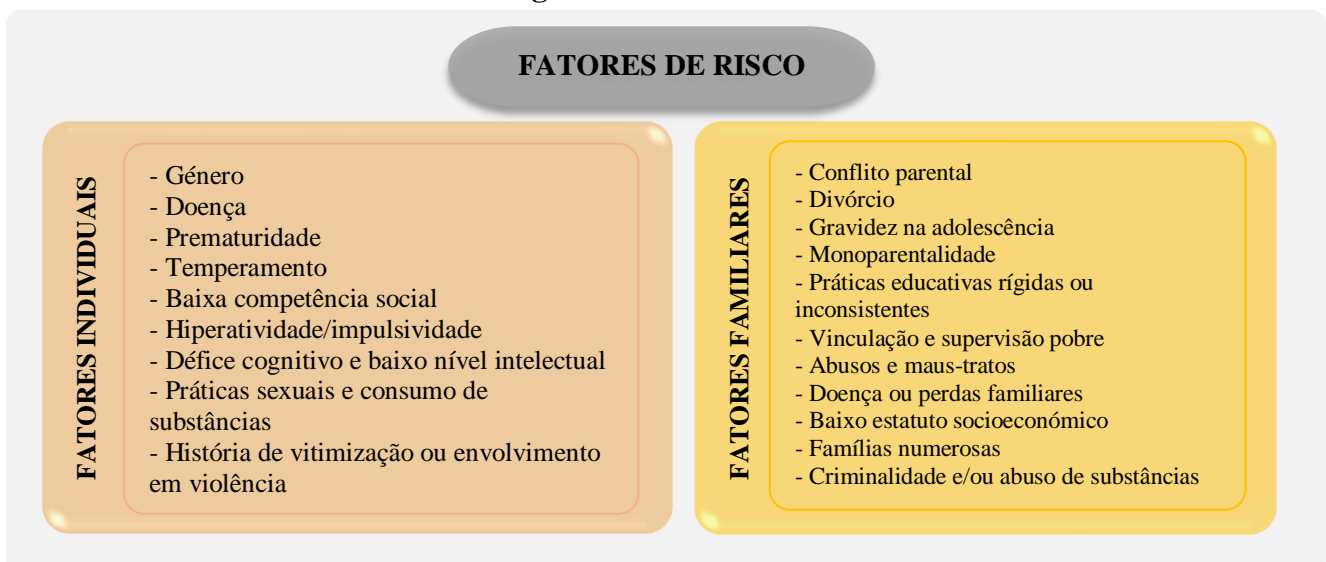
Quando falamos de fatores de risco referimo-nos à presença ou à ausência de determinadas condições de vida, assim como, do contexto da criança e respetiva Família que podem aumentar a possibilidade do surgimento de comportamentos que comportam situações de risco e/ou perigo.

Devendo ser sempre considerada a existência de um conjunto integrado de elementos que, conforme as circunstâncias e a forma equilibrada ou desequilibrada como os fatores de risco e de proteção evoluem, contribuem positiva ou negativamente para incrementar ou evitar o risco. Aquando o diagnóstico e avaliação deste tipo de situações é imprescindível considerar que ambos os fatores interagem de forma dinâmica, devendo haver ponderação por parte dos profissionais que intervêm.

Os fatores de risco podem ser advindos quer de fatores individuais, fatores familiares, fatores socioculturais, quer do contexto escolar como de situações de crise e acontecimentos de vida.

Assim, expomos seguidamente (Fig. 2) alguns exemplos de fatores de risco tendo por base a afirmação de Mendes (2015, p. 26) “(...) podemos atualmente classificar os fatores de risco em individuais, familiares, escolares e comunitários (Agaibi, 2005; Ribeiro & Sani, 2009).”:

Fig. 2 – Fatores de risco



FATORES DE RISCO ESCOLAR

- Absentismo
- Abandono
- Insucesso escolar
- Dificuldades de aprendizagem
- Rejeição pelos pares
- Isolamento social
- Ambiente escolar desorganizado
- Falta de recursos escolares

FATORES DE RISCO COMUNITÁRIO

- Pobreza
- Pertença a grupos minoritários
- Estar envolvido em violência e/ou crimes
- Ligação a pares desviantes
- Vizinhança desorganizada e pobre

Fonte: Elaboração própria (2018)

Consciente dos fatores de risco existentes, temos de ter a consciência do reconhecimento do reversível, os fatores de proteção. Estes têm a possível capacidade para minorizar eventuais efeitos negativos ou disfuncionais na presença do risco, são capazes de proteger o indivíduo face à adversidade, como refere Couto (2007, p. 29), *tais fatores são denominados como mediadores (buffers), protetores ou de proteção (Cowan et al., 1996; Pesce et al., 2004).*

Tal como os fatores de risco, embora os fatores de proteção atuem na presença de um fator de risco, segundo afirma Nozes (2018, p. 26):

(...) os fatores de proteção também são variáveis pessoais e contextuais, acabando por influenciar os padrões desenvolvimentais. Porém os fatores de proteção transformam os padrões desenvolvimentais em resultados positivos para o indivíduo, logo os fatores de proteção atuam protegendo o impacto negativo de certas experiências e circunstâncias.

Podemos observar os fatores de proteção através de três classes primordiais, estas foram identificadas por Masten e Garmezy (1985) e citadas por Couto (2007, p. 30):

- 1) atributos disposicionais, como auto-estima; 2) coesão familiar e ausência de conflitos; e, 3) disponibilidade de redes de apoio social que encorajem o indivíduo a lidar com as adversidades efetivamente.

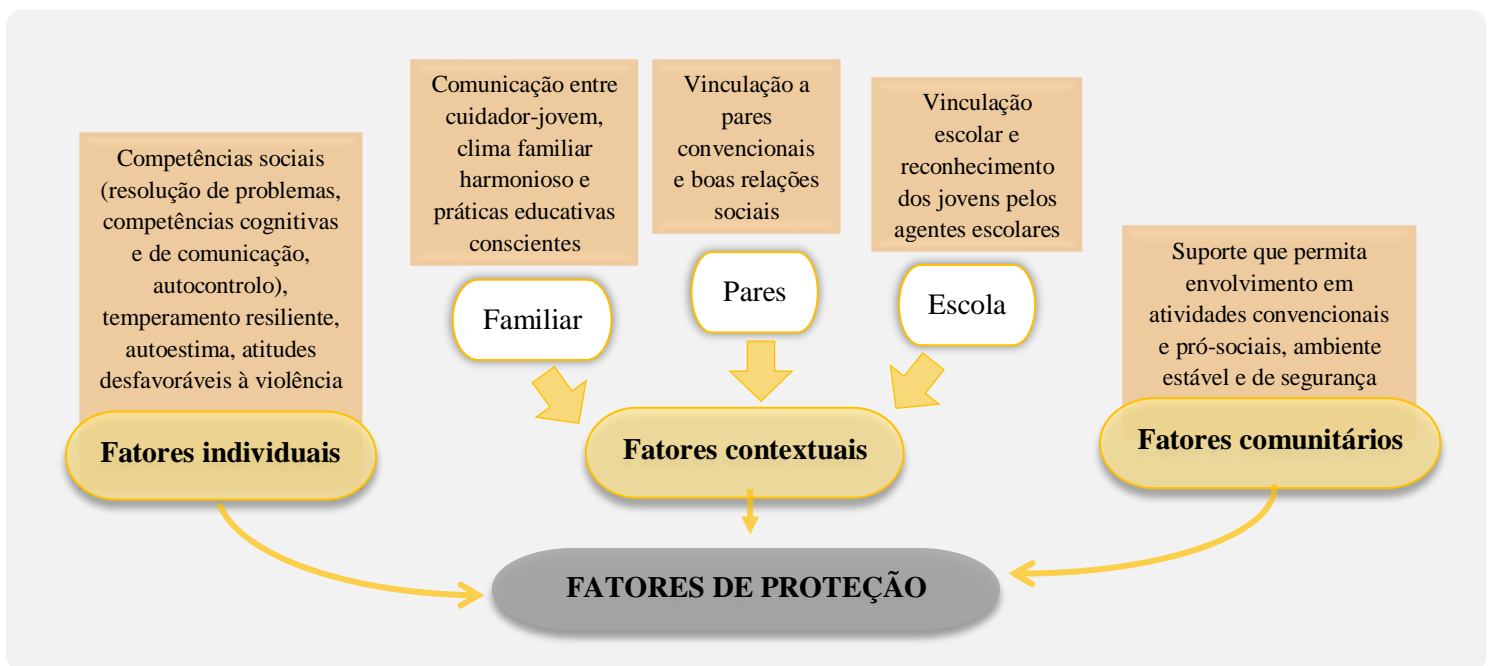
Tendo como função suprir e neutralizar a presença de algo negativo na vida familiar e, em especial, na vida da criança, os fatores de proteção podem promover efeitos preventivos e protetores, isto é, “um efeito protetor compensatório melhora diretamente uma condição problemática, isto é, baixa proporcionalmente as probabilidades de um resultado negativo para cada nível de condição de risco.” (Nozes, 2018, p. 27 cit. Ribeiro & Sani, 2009: 404).

Autores como Mendes (2015, p. 31) e Nozes (2018, p. 28) sugerem alguns exemplos de fatores de proteção agrupados em quatro âmbitos: individuais, familiares, escolares/pares e comunitários. Sendo eles os seguintes:

“Individuais: Atitude intolerante face à violência; elevado quociente intelectual ou bons resultados escolares; orientação social positiva; competências de gestão de stress e regulação emocional; temperamento resiliente; percepção do apoio social de adultos e pares; valorização do envolvimento em atividades religiosas; saudável sentido de si; expectativas positivas/otimismo face ao futuro. Familiares: Ligação a familiares ou adultos fora da família nuclear; capacidade para discutir os problemas com os pais; altas expectativas parentais percebidas face ao desempenho escolar; atividades partilhadas com os pais frequentes; presença consciente dos pais durante pelo menos um de entre: ao acordar, ao chegar a casa da escola, na refeição da noite e ao deitar; envolvimento em atividades sociais. Escolares/ de pares: Compromisso com a escola; boa relação com os pares; aprovação dos amigos pelos pais; motivação/ atitude positiva face à escola; escolas de elevada qualidade/ regras/ padrões/ critérios claros; envolvimento em atividades sociais. Comunitários: Coesão social; expectativas elevadas por parte da comunidade; comunidades economicamente estavas; ambiente por motivos de segurança e saúde.” (Nozes 2018, p. 28 cit. Ribeiro & Sani, 2009, p. 404)

Apresentamos esquematicamente, Fig. 3, os fatores de proteção enunciados previamente e tendo por base os enunciados por Fernandes (2013, p. 29)²:

Fig. 3 – Fatores de proteção



Fonte: Elaboração própria (2018)

Podemos assim concluir, relativamente ao conceito de fatores de risco e de fatores de proteção que estes últimos podem compensar a influência que os fatores de risco têm atualmente, mas para que tal aconteça, é necessária uma boa identificação, um bom

² Brazão et al, 2009; Gómez et al, 2010; Hart, O’Toole, Price-Sharps & Saffer, 2007; Loeber, Farrington, & Petechul, 2003; YJB, 2005; Wasserman, Keenan, & Tremblay, 2003 in Fernandes (2013)

diagnóstico e, posteriormente, uma boa análise para poder existir uma intervenção precoce incidida na prevenção primária, bem como nas pessoas envolvidas e no meio/contexto em que se inserem.

Quanto mais cedo se conhece e reconhece os fatores de risco como os de proteção, mais tendência temos para desenvolver a nossa proteção reduzindo, desta forma, as situações de risco e próprio risco pois, estes englobam todos os recursos e/ou características que uma pessoa utiliza numa situação desse tipo, a fim de dar a resposta que julga como a mais adaptada.

5. A crise e o conflito na relação conjugal: desafios ao casal e à Família

Ao longo do tempo as mudanças que se fazem sentir na sociedade, toda esta evolução e transformação, acabam por acarretar mesmo sem nos apercebermos de tal, crises e conflitos no meio familiar. Assim, como foi explícito anteriormente, há que perceber que transformações e mudanças existiram na Famílias e a formar como as mesmas culminaram, assim como, há que perceber como variaram as relações conjugais, o mesmo afirma Augusto (2013, p.3):

As relações afetivas são uma das múltiplas dimensões das relações sociais, distinguindo-se naqueles dois níveis: as relações amorosas e as representações coletivas e individuais sobre o amor que variam consoante o contexto cultural e espaço temporal. (Leandro, 2011:71; Torres, 1987).

Baseando-nos nesta reflexão, afirmamos que o casal encerra na sua dinâmica, duas individualidades e uma conjugalidade, tudo aquilo que o casal enquanto indivíduos e sujeitos individuais trazem para a pluralidade de dois sujeitos um casal, desde das perceções do mundo, opiniões, histórias de vida, identidades individuais, estarão em contacto na relação conjugal, na relação amorosa, na qual se pressupõe um desejo mútuo e comum de projeto de vida de casal conjunto.

Assistimos a uma vasta diversidade de formas de viver as relações, desde casais que se encontram casados legalmente, casais que se encontram em união de facto temporária ou definitiva, pessoas que estão solteiras e vivem em casal mantendo-se cada um a viver na sua casa, entre outras.

No entanto, as tensões existem e podem existir entre as individualidades, não é demais relembrar que vivemos numa sociedade marcada pelo individualismo, onde as exigências da sociedade são cada vez mais, assim como, as exigências profissionais,

sociais e individuais. A conjugalidade pode ser influenciada por diversos fatores do dia a dia do casal. Oliveira (2009, p.48) diz-nos os motivos de existirem esses fatores:

Existe, por um lado, a predominância do individualismo, que, de certa forma, pode influenciar na autonomia dos cônjuges, e por outro lado, há a necessidade de vivenciar a realidade do casal, como os desejos e possíveis projetos conjugais.

Contudo, os conflitos e as crises podem surgir pelo simples facto de se estar em relação, para além das exigências existem dificuldades acrescidas, e é nesses momentos de vida em casal, que este enquanto casal deve superar as situações em que se encontram, deve ser acrescida a vontade, a determinação, a compreensão, a comunicação e o apoio mútuo na relação quando ocorrem estes momentos, para que o projeto de vida comum do casal não seja quebrado, ou seja, é fundamental a vontade ambos para que a conjugalidade dure e ultrapasse as crises que vão surgindo, mas também a consciência e a existência da noção do compromisso em que ambas as partes se comprometeram em conjunto. Augusto (2013, p.6) diz-nos que:

(...) qualquer que seja a forma de iniciar a conjugalidade, esta poderá não durar *ad eternum*, sendo assim objeto de uma rutura, seja ela em forma de divórcio ou de separação, que é cada vez mais não um trauma, mas um recomeçar de novo. (Vasconcelos, 1998) Portanto, muitas das rupturas familiares têm a ver com a qualidade das relações do que com o económico, isto é, com o que Torres (1996) designa de *desamor*. (Leandro, 2011:95)

Igualmente, o mesmo vai de encontro ao que Ribeiro, Matos & Pinho (2014) afirmam:

Quanto mais rápido o conflito ou a crise forem detetados e enfrentados, melhor e mais eficiente poderá ser o “tratamento”. Os conflitos conjugais não são pois, sinónimo de destruição ou fim da relação, sendo fundamental que ambos os cônjuges identifiquem aspetos positivos como o humor, a capacidade de resolução dos problemas, aceitação, empatia e a escuta ativa.

Ao longo do exposto verificamos que de facto a Família tem um papel determinante na sociedade, e aquando um momento de crise e/ou de conflito na relação conjugal, deverá existir uma rede de suporte, como anteriormente referidos, os fatores de proteção familiar. Torna-se inevitável que estes estejam presentes pois, num momento como os descritos, se existirem crianças, filhos dessa conjugalidade é necessário uma coesão familiar, afetividade e presença de um familiar que assuma um papel importante na ausência dos pais ou até mesmo em situações de conflito conjugal ou de separação. Daí os autores Ribeiro, Matos & Pinho (2014) afirmam que:

A relação conjugal destaca-se entre as inúmeras relações existentes dentro da família por duas razões: porque dela partem

outras relações familiares (paternidade, maternidade, filiação, fraternidade, parentesco) e porque na relação conjugal as pessoas escolhem-se mútua e primordialmente por amor, dão-se livremente um ao outro, independentemente da legalização pela ordem social ou jurídica.

Em suma, vemos que a Família continua a ser a célula-base da sociedade e o seu início dá-se com a construção do casal, com a conjugalidade, e como pensamento do conjunto mútuo e comum, no entanto, dadas as transformações sentidas na Família, a forma como cada casal encara e vive estas alterações, permite que o mesmo evolua positiva ou negativamente, o que acaba por dar origem a situações de crise e de conflito, ou o inverso, o reforço do casal, da sua conjugalidade, da sua união e identidade.

A existência e surgimento de crises e de conflitos pode não ser unicamente destrutiva, implica mudanças e adaptações, e pode até mesmo ser encarada como uma oportunidade de desenvolvimento e crescimento individual e do casal.

O conflito, divórcio e a separação acarretam uma importante componente familiar que deve ser atendida, assim, o conceito de divórcio é um processo muito complicado, profundamente stressante, que compreende, muitas das vezes, a nível psicológico, uma profunda crise de identidade, de perda de autoestima, de culpabilidade e simultaneamente de reestruturação e mudança de vida. (Maldonado, 1995, p. 120).

É uma situação, habitualmente perturbadora, transformada num campo de batalha onde grande parte da energia psíquica fica concentrada no suporte ao conflito e não na abertura para a proposta de soluções. Resulta de um relacionamento de decepção e dissabores vividos pelo casal, quase sempre penetrado por agressões físicas e/ou verbal, bem como discussões mal resolvidas, brigas infundáveis, mágoas que não se diluem e se transformam em ódio. Tudo isso, lentamente e de modo gradual e implacável, danificam o vínculo, originando alterações nos sentimentos, intolerância e distância (Maldonado, 1995, p. 85).

Como outrora mencionado, o conflito em si não é nem positivo nem negativo, é uma força natural necessária para crescer e mudar, a vida sem conflito seria estática, e temos consciência que o conflito surge no nosso dia a dia, o importante é ver se, e como é o conflito gerido. No caso de o conflito ser gerido cuidadosamente, não precisa de ser destrutivo, não precisa de destruir o relacionamento entre o casal, ou seja, a energia que é produzida num conflito pode ser canalizada construtivamente em vez de

destrutivamente. Por outro lado, quando os conflitos são resolvidos duma forma integradora em vez de se optar pela disputa, as relações podem ser mantidas e até reforçadas. Contudo, se este for encarado como negativo e destrutivo, o conflito agudiza-se, as comunicações tornam-se menos fluidas, os papéis ficam mais rígidos e as posições polarizam-se, o que dificulta qualquer solução que não seja a via da força (Gabinete para a Resolução Alternativa de Lítigios|Ministério da Justiça, 2008).

Nesta fase, a Família tem de tomar decisões de natureza jurídica, social, material e emocional, que por não estar preparada pode conduzir a comportamentos anómalos destrutivos em vários membros da família, nomeadamente nos filhos, sendo que estes podem vivenciar um leque muito vasto e diversificado de sentimentos e emoções (tristeza, saudade, insegurança, confusão, preocupação, culpa ou até mesmo alívio – casos de grande conflito) pois podem experienciar situações desestabilizadoras e desestruturantes. Em tais contextos, a criança torna-se espectador da separação, secundário face aos jogos dos pais ou instrumentalizando nas dinâmicas disfuncionais (Instituto Português de Mediação Familiar do Funchal - Espaços Família, 2009).

A indisponibilidade dos pais devido à desestabilização emocional e preocupações pessoais que vivenciam provoca sentimentos de solidão nas crianças que têm dificuldades em fazer-se ouvir, por falta de disponibilidade dos pais, provocando tal falta de comunicação, alguma confusão. Por vezes a criança também quer proteger os pais fragilizados e não fala das suas preocupações. Nesses períodos as projeções dominam as comunicações pais e filhos, provocando inúmeros processo de coligação e por vezes a uma posição de onipotência da criança (Lopes, A., & Barros, L., 2017).

É importante que a criança preserve uma imagem positiva de ambos os pais e que sejam tranquilizadas no sentido de ter disponibilidade e acessibilidade de cada um e a cada um.

A separação/divórcio decorre em várias fases que podem evoluir de forma diferenciada para cada um dos cônjuges/ progenitores:

- a) Emocional - O divórcio emocional começa muito antes de quaisquer medidas legais. Um ou ambos os parceiros podem sentir-se desiludidos ou infelizes no casamento, sendo que tais dimensões podem decorrer de forma desfasada
- b) Legal/Dissolução - de um casamento formal que pode não corresponder a uma fase de divórcio emocional para um ou ambos;

- c) Económico - durante o divórcio económico, os cônjuges / pais analisam a responsabilidade material de cada um e as suas repercussões;
- d) Parental - cada progenitor reorganiza-se e reestrutura o seu papel parental em função das transformações familiares;
- e) Social - corresponde à reorganização ao nível da família alargada, mas também ao nível da rede de amigos e estruturas de apoio;
- f) Psicológico - este é o estágio final em que o casal se separa um do outro emocionalmente e estabelece vidas separadas. Um ou ambos os cônjuges podem passar por um período de luto. Alguns podem nunca concluir esta fase e ficam cristalizados nos sentimentos de dor, raiva e ressentimento.

Perante o que foi dito, quando a relação entre os pais em situação de divórcio e separação é muito conflituosa, cujos próprios não conseguem gerir sozinhos as relações com os filhos, é necessária uma intervenção mais específica de modo a promover/restaurar os vínculos familiares e a sua diversidade quando as interações se encontram impossibilitadas por intensos conflitos. Augusto (2013, p.7) refere:

Por conseguinte, a associação da parentalidade com a conjugalidade pode ter implicações no relacionamento dos pais com os próprios filhos. O facto de as mulheres ficarem com a guarda dos filhos tende a provocar por sua escolha um ligeiro adiamento na entrada da nova conjugalidade, na fase de recomposição, e às vezes a permanência numa situação de parentalidade solitária. (Torres, 1987) No caso dos homens, porque vivem sós ou em casa dos pais, nada os impede de iniciarem, a seguir ao divórcio ou separação, uma relação de conjugalidade, sem que isso tenha fortes implicações no relacionamento com os seus filhos. Se para as mães a maternidade está desligada da conjugalidade e independentemente de viverem com o pai dos filhos, elas continuam a tratar de satisfazer as necessidades dos filhos; já para os pais as suas responsabilidades para com os filhos exercem-se enquanto fazendo parte de um casal e o divórcio pode ter o efeito de separar os pais dos seus filhos. A partir daí, quando voltam a viver em casal, muitos desses homens aceitam bem viver com outras crianças que não os seus filhos. (Aboim, 2011) Por conseguinte, a seguir a uma rutura, em muitas famílias tende a haver por parte dos homens uma demissão das responsabilidades parentais. (Aboim, 2006; Aboim, 2011; Leandro, 2011:14-14; Torres, 2008)

Por fim, a intervenção especializada para a resolução de conflitos pode passar por aconselhamento / orientação conjugal e familiar, audição técnica especializada ou por mediação familiar pública ou privada. Esta última, depende da voluntariedade de ambos os cônjuges, não é uma imposição, e quando acontece está fortemente associado à resiliência, à qualidade conjugal, assim como, à sua satisfação enquanto casal. Por

norma o que acontece antes de haver consenso de ambas as partes para a resolução dos conflitos é um dos elementos do casal exigir, discutir e procurar a mudança ou a resolução do problema, enquanto o outro elemento afasta-se e procura acabar/evitar a discussão.

Estas intervenções pressupõem o privilégio pela promoção do exercício de uma parentalidade positiva, bem como a sua capacitação e autonomia, para a melhoria do desempenho do seu exercício das responsabilidades parentais e da relação conjugal.

6. A resiliência familiar

A resiliência tem sido alvo de vários estudos, nomeadamente, daqueles que abordam a Família, o estudo da resiliência requer uma compreensão dinâmica e internacional. Falar de resiliência, pressupõe falarmos na interação existente entre os fatores de risco e os fatores de proteção, pois são vários os fatores que contribuem para que a pessoa esteja resiliente ou vulnerável em determinados momentos da sua vida, onde o foco da resiliência familiar não deve ser a pessoa, mas envolver o sistema familiar como um todo.

A resiliência é construída ao longo de toda a trajetória de vida e refere-se à capacidade de apaziguar ou atenuar os efeitos negativos que situações de risco podem provocar ao indivíduo ou família. É, pois, uma forma de gerir as adversidades da vida, reconhecendo o risco mas sempre tendo a capacidade de atuar e envolver os recursos, quer pessoais, quer familiares, para enfrentar essas mesmas adversidades. Deste modo, é um conceito precioso em termos de saúde, em especial na promoção da mesma, na medida em que ajuda a compreender como é que alguns indivíduos, face a um factor de risco, são capazes de o ultrapassar, de modo a tirar o melhor proveito (Silva, 2009). Santos (2012, p.20)

Deste modo, para falarmos de resiliência, pressupõe que haja presença de risco onde a pessoa coloca em habilidade a sua competência para enfrentar a situação em que se encontra, ou seja, comportamentos adaptados em resposta dos fatores de risco faz com que a pessoa seja resiliente ou vulnerável.

As famílias que no seu dia a dia enfrentam múltiplos desafios, que passam por crises e conflitos podem ser vistas como vulneráveis por se confrontarem com a responsabilidade do que pode ser um bom pai ou mau, uma boa mãe ou uma má mãe e aqui é que surge a conflitualidade, onde podemos ver vulnerabilidades intrínsecas como a frustração, a fraca resistência, a baixa autoestima e a fragilidade emocional muito presente, mas também vulnerabilidades de contexto e/ou materiais, como pobreza, exclusão social, entre outras, no entanto podemos ver, também, a capacidade de

resiliência, onde existe um equilíbrio, um processo adaptativo dinâmico para que a circunstância das situações não se perpetue.

Cecconello (2003, p. 28), explica-nos acrescentando que:

A resiliência em famílias pode ser inferida a partir da habilidade da família para enfrentar as transições normativas e não-normativas do seu ciclo de vida, produzindo processos proximais entre seus membros que gerem competência. Se, durante a interação com os fatores de risco, a família consegue se manter coesa, com cada membro desempenhando seu papel com competência, pode-se inferir que a família está apresentando resiliência, contribuindo para a resiliência individual de seus membros. Se, pelo contrário, existem distorções nestes papéis, como, por exemplo, violência doméstica na relação entre pais e filhos, pode-se dizer que a família está sendo vulnerável. Cabe ressaltar que existe a possibilidade dos pais estarem desempenhando com competência seus papéis na educação dos filhos, e, ao mesmo tempo, estarem apresentando algum problema no seu desenvolvimento, como, por exemplo, uma doença mental. Neste caso, pode-se supor que eles estão sendo vulneráveis, mas que isto não está impedindo que eles possam cumprir sua função na educação dos filhos. Deste modo, apesar da resiliência estar presente no grupo familiar, ela não é um aspecto compartilhado por todos os seus membros. Este fato está relacionado com a questão dinâmica que envolve a resiliência, pois a capacidade para adaptação não abrange, necessariamente, todas as áreas do desenvolvimento, podendo variar, também, de acordo com o momento de vida da pessoa.

A importância de reconhecer como a pessoa ou a Família consegue adaptar-se e lidar com estas situações (situações de crise e de conflito) possibilitando a fortificação da Família merece o reconhecimento dos fatores que potenciaram a resiliência e o seu desenvolvimento, pois a identificação dos processos vivenciados quer a nível familiar, quer a nível individual, possibilita às famílias enfrentar os desafios que surgem na sua vida de uma forma positiva.

A “resiliência é então um processo dinâmico, que tem como resultado a adaptação positiva em contextos de adversidade” (Melillo *et al.*, 2005, p. 23). É um processo gradual, que se inicia no começo da vida de cada pessoa, que é fruto das suas vivências e interações com o que o rodeia e que permite encontrar respostas às adversidades e aos problemas do dia-a-dia, mesmo que este se encontre numa situação de risco elevado, ou de grande tensão. Santos (2012, p.21)

Pretendeu-se com o presente capítulo contextualizar o conceito de Família na sociedade atual, os obstáculos que se colocam em ser Família nos dias de hoje, apresentando as suas transformações, assim como, os fatores protetores e de risco que existem dentro desta, a forma como lidam e ultrapassam os conflitos e as crises familiares. Por fim, a sua superação e resiliência é imprescindível para uma intervenção em contexto familiar, mas para que tal aconteça é necessária uma intervenção precoce e objetiva, a seguir irá ser abordado a intervenção em contexto familiar e o papel do Serviço Social.

CAPÍTULO 2 - A INTERVENÇÃO EM CONTEXTO FAMILIAR

1. Medidas de promoção e proteção: a intervenção com famílias e suas crianças em Portugal

A Segurança Social, em Portugal, abrange o conjunto de respostas integradas de cuidados e apoio social para crianças e jovens em situação de perigo e suas respetivas Famílias. Neste domínio fazem parte dos objetivos da Segurança Social (2016),

promover os direitos e proteger as crianças e jovens em perigo através de respostas vocacionadas para o desenvolvimento pessoal e social da criança e do jovem num ambiente seguro e familiar que lhes proporcione segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

As medidas de promoção e proteção e apoios sociais a crianças e jovens em situação de perigo, em Portugal, são cinco: os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), as Equipas de rua de apoio a crianças e jovens; o Acolhimento Familiar para crianças e jovens; as Casas de Acolhimento, designadas antes por Centros de Acolhimento Temporário (CAT) e Lares de Infância e Juventude (LIJ); e os Apartamentos de Autonomização. A designação e descrição das respostas sociais existentes para fazer face a esta situação-problema, encontram-se disponíveis em formato digital na plataforma online da Segurança Social (2016).

a) Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens

Resposta desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em rutura familiar e social e em risco, que não estejam a receber qualquer apoio institucional, assim como as suas Famílias. Caraterizada por desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes. Tem como objetivos:

- Promover a reintegração na Família, escola e comunidade;
- Recuperar as crianças e jovens de rua incentivando a construção de um projeto de vida saudável;
- Fazer prevenção primária da toxicoddependência e de comportamentos desviantes e eventual encaminhamento para estruturas de rede existentes para promover a inserção social;
- Despistar situações de risco ao nível do jovem consumidor e sensibilizar para a mudança de comportamentos e para o abandono do consumo de droga;

- Fazer a prevenção do contágio pelas doenças sexualmente transmissíveis e satisfazer necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde e vestuário;
- Promover o contacto e a ligação com as Famílias e o envolvimento da comunidade, tendo em vista a prevenção, o apoio e a resolução de problemas.

b) Acolhimento Familiar

Crianças e jovens até aos 18 anos em situação de perigo, a quem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou o Tribunal tenha aplicado uma medida de promoção e proteção. Tem como objetivos gerais:

- Afastar o perigo em que a criança ou jovem se encontra;
- Proporcionar as condições que permitam proteger e promover a segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral da criança ou jovem;
- Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso;

E como objetivos específicos: proporcionar a integração da criança ou jovem em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral.

c) Centro de Acolhimento Temporário (CAT)

São abrangidas as crianças e jovens até aos 18 anos em situação de perigo, a quem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou o Tribunal tenha aplicado uma medida de promoção e proteção. Tem como objetivos gerais:

- Afastar o perigo em que a criança ou jovem se encontra;
- Proporcionar as condições que permitam proteger e promover a segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral da criança ou jovem;
- Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

E como objetivos específicos:

- Assegurar alojamento temporário;
- Satisfazer as necessidades básicas;

- Proporcionar o apoio social e educativo adequado à idade e características de cada criança ou jovem;
- Elaborar o diagnóstico de cada criança e jovem e definir os respetivos projetos de promoção e proteção, com vista à sua inserção familiar e social ou a outro encaminhamento que melhor se adegue à sua situação;
- Intervir junto da Família em articulação com as entidades e as instituições que promovem os direitos das crianças e jovens.

d) Lar de Infância e Juventude (LIJ)

São abrangidas as crianças e jovens até aos 18 anos em situação de perigo, a quem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou o Tribunal tenha aplicado uma medida de promoção e proteção. Tem como objetivos gerais:

- Afastar o perigo em que a criança ou jovem se encontra;
- Proporcionar as condições que permitam proteger e promover a segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral da criança ou jovem
- Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

E como objetivos específicos:

- 1) Assegurar alojamento;
- 2) Satisfazer as necessidades básicas das crianças e jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas quanto possível às de uma estrutura familiar;
- 3) Assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional, em cooperação com a Família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade;
- 4) Promover, sempre que possível, a sua integração na Família e na comunidade, em articulação com as entidades competentes de e as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, tendo em vista a autonomização.

e) Apartamento de Autonomização

São abrangidos os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 21 anos em fase de transição para a vida adulta e cuja medida de promoção e proteção assim o

determine. Os apartamentos de autonomização são espaços habitacionais inseridos na comunidade para jovens que demonstrem responsabilidade, competências e potencialidades para mobilizar os recursos necessários que os habilitem a adquirir progressivamente autonomia de vida.

Tem como objetivos:

- Acompanhar o jovem no processo de autonomia, minimizando o risco de exclusão social;
- Prestar apoio psicológico, social, material e informação relativa à entrada no mercado de trabalho;
- Ajudar os jovens a desenvolver as suas competências pessoais, sociais, escolares e profissionais através de programas de formação específicos.

De referir, que a denominação das alíneas c) e d) passou a ser, para ambas, Casas de Acolhimento, deste modo quando falamos de Casas de Acolhimento referimo-nos aos Centros de Acolhimento Temporário (alínea c)) e aos Lares de Infância e Juventude (alínea d)). As respostas das alíneas b), c), d) e e) decorrem da aplicação de uma medida de promoção e proteção decretada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou pelo Tribunal e integram o Sistema de Promoção de Crianças e Jovens em Perigo previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro.

A responsabilidade das instituições competentes – os Centros Regionais de Segurança e, em Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia ou, as I.P.S.S. – têm como respostas (algumas descritas anteriormente) a Família de acolhimento, o acolhimento de emergência, as casas de acolhimento (acolhimento residencial generalista: CAT e LIJ, e acolhimento residencial especializado: os LIJ especializados), os apartamentos de autonomização, os centros de apoio à vida, os lares residências, os lares de apoio, os colégios de ensino especial, as comunidades terapêuticas, as comunidades de inserção e as casas abrigo (Lei n.º 23/2017 – Diário da República n.º 99/2017, Série I de 2017-05-23).

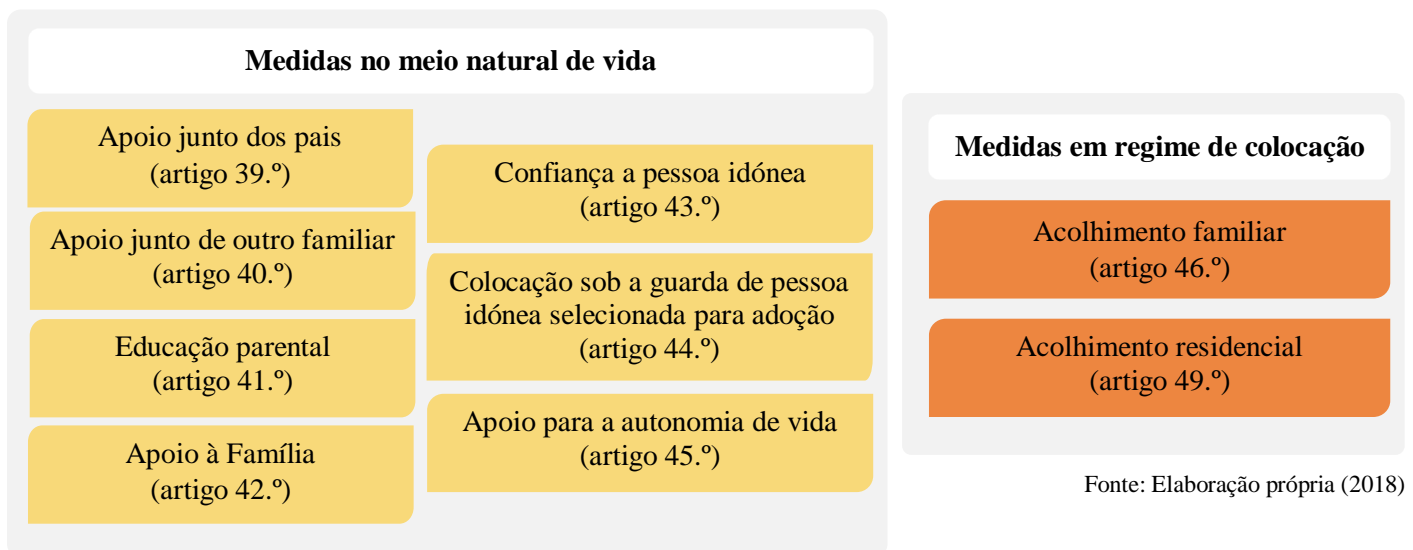
As medidas de promoção e proteção são aplicadas pelas entidades competentes / instituições tutelares para esse efeito, como as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e os Tribunais, visando, segundo o artigo 34.º da Lei 147/99, de 1 de setembro:

- a) Afastar o perigo em que se encontram as crianças e jovens; b) Proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; c) Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso (Lei 147/99, de 1 de Setembro).

Quando na Família não existem condições para assegurar às crianças um conjunto mínimo de condições fundamentais para o seu desenvolvimento equilibrado, garantindo-lhes uma plena inserção social, há uma intervenção do Estado para, através, das entidades competentes assumirem essa responsabilidade garantindo essas condições.

Em Portugal, considerando o artigo 35.º da Lei supracitada anteriormente, as medidas de promoção e proteção existentes para crianças e jovens em perigo e suas respectivas Famílias são as seguintes:

Fig. 4 - Medidas de promoção e proteção para crianças e jovens em perigo



Estas medidas podem ser executadas no meio natural de vida ou em regime de colocação. Tendo por base a Lei 147/99 de proteção de menores,

a intervenção social do Estado e da comunidade tem justificação e está legitimada apenas nas situações em perigo a segurança, a saúde, a formação, a educação ou o desenvolvimento da criança ou do jovem e visa promover os seus direitos individuais, económicos, sociais e culturais (Ramião, 2010, p.7).

Tendo em conta as limitações das crianças, são responsáveis pelo exercício dos direitos destas, a Família, a sociedade e o Estado. Ao intervir com crianças e jovens em perigo privilegiam-se as medidas que não as retirem do seu meio natural de vida, contudo, existem situações em que um afastamento temporário da criança ou jovem da Família

torna-se obrigatório, de forma a serem criadas condições necessárias para o seu desenvolvimento integral, bem-estar, para o seu projeto de vida e, se possível, futura reintegração familiar.

Perante o que foi dito e, com efeito na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que aprovou a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, consagra, de entre os seus princípios orientadores, o princípio da responsabilidade parental. Este princípio direciona-nos para uma intervenção efetuada de modo a que os pais assumam a sua função parental mediante a aquisição de competências pessoais, relacionais, familiares, educacionais e sociais.

Deste modo, os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP's) assumem especial relevância no diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das Famílias, na qualificação das famílias, bem como na promoção de uma parentalidade positiva/preferida, consciente e responsável, tendo em conta a realidade social e comunitária em que se perspetiva a sua intervenção.

Em suma, a resposta CAFAP surge da exigência ética da comunidade e de todas as transformações descritas anteriormente, surge quando a norma social se impõe e dá lugar à norma jurídica. Assim sendo, podemos afirmar são um projeto sistémico, de prevenção e de reparação, e um projeto integrado do meio familiar onde se insere a criança. Para se construir comunidades mais fortes, mais resilientes, o CAFAP é uma resposta/medida transformadora que necessita de monitorização, liderança colaborativa e organizativa, e fundamentalmente de intervenção precoce, concluindo podemos também afirmar que só haverá desenvolvimento e mudanças se houver desenvolvimento humano, e tudo isto depende das pessoas, da abertura, da resiliência e da vontade das famílias em mudar, mas também da colaboração dos profissionais pois estas famílias necessitam de saber que não estão só, que podem e devem ser ajudadas.

2. O Serviço Social e a intervenção centrada na Família

Atualmente, o Serviço Social recorre à multidisciplinariedade para analisar e intervir nas diversas questões sociais, sendo que a sociedade é tão diversificada e encontra-se constante transformação, o Serviço Social procura adequar-se de forma a responder às necessidades que surgem com as desigualdades sociais. De cariz social, político, crítico, reflexivo e interventivo, os profissionais de Serviço Social orientam-se por um quadro teórico, metodológico, ético-político e operativo. De acordo com a Federação

Internacional de Assistentes Sociais (FIAS), o Serviço Social promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas, o empoderamento e o reforço da emancipação para a promoção do bem-estar das pessoas,

ao utilizar teorias do comportamento humano e dos sistemas sociais, o Serviço Social intervém nas situações em que as pessoas interagem com o seu meio. Os princípios dos direitos humanos e da justiça social são fundamentais para o Serviço Social. (Código de Ética – APSS, 2007)

Os princípios do Serviço Social, segundo a APSS (2007), baseiam-se no respeito pelos direitos humanos e a pela dignidade humana, e a justiça social.

Os Assistentes Sociais, no que respeita aos direitos humanos e à dignidade humana, *devem promover e defender a integridade e o bem-estar físico, psicológico, emocional e espiritual de cada pessoa*, ou seja, respeitar o direito à autodeterminação, à liberdade de escolha e à tomada de decisão, promover o direito à participação, envolver as pessoas e capacitando-as, tratar cada pessoa como um todo, considerando a sua totalidade, e identificar e desenvolver competências, promovendo o empowerment das pessoas.

Por sua vez, no que respeita à justiça social os Assistentes Sociais *têm a responsabilidade de promover a justiça social em relação a toda a sociedade e às pessoas com quem trabalham*, ou seja, desafiar e rejeitar a discriminação negativa *com base em características tais como aptidão, idade, cultura, género, estado civil, estatuto socioeconómico, opiniões políticas, cor da pele, raça ou outras características físicas, orientação sexual ou crenças espirituais, reconhecer a diversidade étnica e cultural das sociedades onde exercem a sua prática, tendo em conta as diferenças individuais, familiares, grupais e comunitárias*, distribuir os recursos equitativamente e justo de acordo com as necessidades de cada um, desafiar práticas e políticas injustas, chamando *a atenção aos seus empregadores, governantes, políticos e público em geral, para as situações nas quais os recursos ou a sua distribuição são inadequados, assim como para as políticas e as práticas opressivas, injustas e dolosas, e trabalhar numa perspetiva solidária, questionando as condições sociais que levam à exclusão social, estigmatização ou submissão, e trabalhar para uma sociedade inclusiva.*

Deste modo, os Assistentes Sociais promovem a justiça social e a mudança social no interesse dos indivíduos, famílias, grupos, organizações e/ou comunidades. Segundo Cristina de Robertis,

o assistente social como profissional de ajuda, dirige-se a pessoas ou grupos em situação de «incapacidade social», com a missão de facilitar os elementos que lhes permitem passar de uma situação de incapacidade a uma de capacidade e de uma situação de dependência a uma situação de autonomia, podendo exercer os seus direitos e integrar-se na sociedade. (Robertis; 2003: 12)

Posto isto, podemos afirmar que o trabalho do Serviço Social se prende muito com a equipa e com os indivíduos com quem articula. A intervenção precoce em contexto familiar, inicialmente, o profissional focava-se na criança e não na Família enquanto sistema, onde a Família não tinha participação ou a que tinha era mínima, na intervenção. Todavia, dado que somos uma sociedade em constantes mudanças, as próprias práticas e intervenções se alteram, a intervenção passou a ser mais abrangente, centrando-se na Família como sistema, onde se permite que esta desempenhe um papel mais ativo. Assim, a intervenção centrada na Família torna-se essencial porque sendo esta realizada com a Família enquanto sistema, como um todo, faz com que a intervenção tenha mais impacto a nível familiar, onde os seus membros acabam por contribuir na intervenção.

A intervenção social com famílias tem como objetivo melhorar o seu bem-estar, capacitando-as e permitindo-lhes desenvolver competências para o futuro. As famílias são o espaço de realização das crianças, no seio das quais aprendem através das interações repetidas ao longo do tempo e não durante uma intervenção centrada no tempo e no espaço. (Shirley, 2015, pp. 25-26)

Através desta citação podemos analisar que as intervenções são importantes desde que haja continuidade ao longo do tempo, haja proximidade, haja uma relação de confiança para que a intervenção crie impacto e mudanças na Família.

O trabalho entre profissional e Família também sofreu alterações, onde assistimos a uma evolução de modelos, como segundo Nozes (2018, p.30):

Centrado nos profissionais: "as práticas limitaram-se à promoção do desenvolvimento da criança; os profissionais definem os objetivos do plano de intervenção e submetem-nos à aprovação dos pais; os profissionais organizam e providenciam todos os serviços para a família."

Aliado da família: "os profissionais reconhecem a importância dos recursos da família para atingir os objetivos que eles próprios definiram; os profissionais apresentam o plano e os objetivos à família e criam oportunidades para trocaram impressões sobre o mesmo; as famílias são apoiadas para desenvolver as intervenções delineados pelos profissionais."

Focado na família: "os objetivos e os serviços dirigem-se às necessidades da família, quando relacionadas diretamente com o desenvolvimento da criança; os objetivos do plano de intervenção são escolhidos em conjunto pela família e pelos profissionais; os profissionais encorajam escolhas da família relativamente aos serviços a utilizar."

Centrada na família: "os objetivos do plano de intervenção são definidos de acordo com as preocupações, recursos e prioridades da família; os profissionais encorajam e apoiam os pais a liderar a tomada de decisões; os profissionais promovem a competência da família através do desenvolvimento de redes de apoio informal e de uma coordenação eficaz de serviços, no sentido de uma convergência de esforços com vista ao fortalecimento da mesma." (Breia, Almeida & Colôa, 2004: 46 e 47).

Deste modo, a intervenção centrada na Família baseia-se nas competências e nas capacidades que estas têm, os profissionais que acompanham a situação devem de as reconhecer e de as valorizar, devem criar as condições necessárias à Família para as reforçar.

Segundo Nozes (2018, p.31), existem princípios fulcrais para que esta intervenção se concretize de forma positiva, são eles:

"As forças que as famílias possuem dependem da sua história de vida, de fatores culturais, étnicos e socioeconómicos, entre outros;"

"As fragilidades que as famílias apresentam, devem ser encaradas numa perspetiva sistémica, considerando-se que muitas vezes os sistemas sociais não facilitam o desenvolvimento das condições necessárias a uma ação eficaz das famílias;"

"As práticas de trabalho com as famílias devem promover e revelar as suas forças, fazendo sobressair os aspetos positivos e o respeito pelas características de cada uma;"

"As interações a desenvolver com as famílias devem ter subjacente uma perspetiva de fortalecimento das suas áreas fortes;"

"Os objetivos de intervenção deverão ser delineadas partindo das forças de cada família no sentido destas se tornarem cada vez mais autónomas." (Breia, Almeida & Colôa, 2004: 48 e 49).

De facto, com a valorização de que a Família é o motor para que haja transformação no seu meio, o reconhecimento das suas forças e das suas fragilidades/vulnerabilidades faz todo o sentido para qualquer intervenção social. Para que tal aconteça é necessário intervir-se com toda a rede envolvida, o contexto real e viável, de forma a obter o sucesso desejado, ou seja, "as equipas baseiam-se na importância das redes de suporte social formais e informais de forma a estabelecer uma relação de parceria entre a família e o profissional, criando uma espécie de elo de ligação entre todos os intervenientes." (Nozes, 2018, pp. 31-32).

Os profissionais tendo como compromisso de empoderar e capacitar as famílias, estas devem ter uma participação ativa da intervenção que são alvos. Para Shirley (2015, pp. 38-39):

A intervenção social sistémica identifica, aciona, articula com a rede social de suporte e potencia a existência de novas. A intervenção com crianças e jovens aposta na promoção e no desenvolvimento das competências parentais (...). O desenvolvimento infantil está intimamente relacionado como o contexto

familiar. Deste modo, as competências parentais e o apoio nas funções parentais são eixos primordiais para o sucesso da dinâmica relacional.

Para além do descrito, no trabalho com famílias a coresponsabilização e a capacitação são imprescindíveis:

“Capacitar: significa criar oportunidades para que todos os membros da família demonstrem e adquiram capacidades que sirvam para fortalecer o funcionamento familiar.” Co-responsabilizar: significa a capacidade que uma família tem de satisfazer necessidades e cumprir aspirações de modo a promover um claro sentido de domínio intrafamiliar e de controlo sobre aspetos importantes do funcionamento familiar.” (Dunst, Trivelte e Deall, 1988, citados por Carvalho, 2011: 10). (Nozes, 2018, p.32)

De certo modo para que algo aconteça na reestruturação familiar é necessário que a Família aderira de forma autónoma e participativa no seu processo de mudança, no entanto, existem entraves à intervenção, como é o caso da ideia do controlo, das competências sociais desajustadas dificultando o relacionamento interpessoal, e da resistência aos serviços por vezes associada à inutilidade destes:

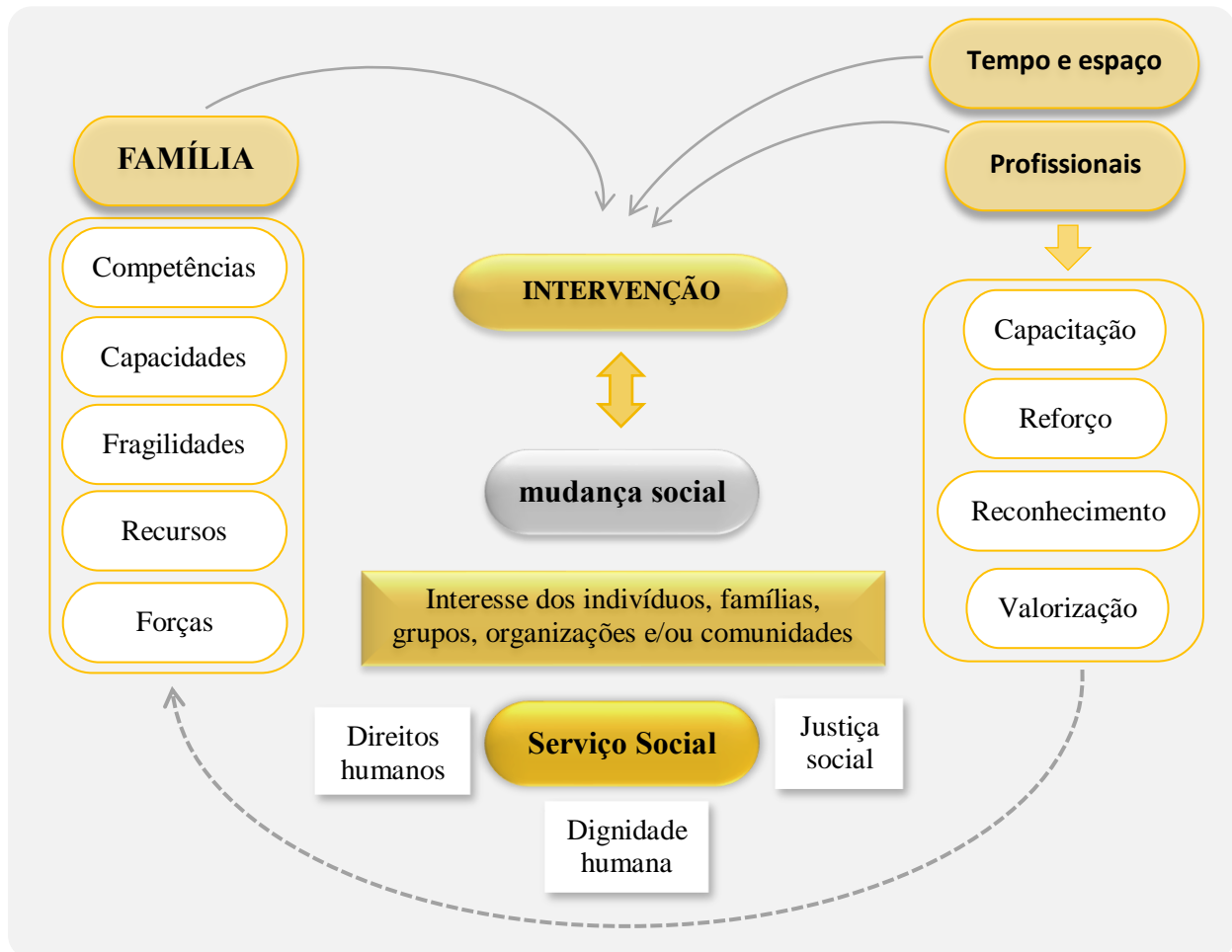
A falta de apoio social e a não utilização dos serviços da comunidade, associadas a uma ideia de inutilidade dos serviços e a competências sociais pouco desenvolvidas. Ainda no campo dos entraves à intervenção, verifica-se, igualmente, uma mentalização de que os serviços exercem controlo sobre a família. (Shirley, 2015, p. 39)

Para que tal seja possível, os profissionais além do compromisso de empoderar as famílias, devem envolver sempre estas na intervenção que são alvos, desde da sua discussão, acompanhamento/intervenção e avaliação, tendo sempre em consideração as forças de cada Família. A intervenção familiar requer programas capazes de contribuir para a reafirmação das famílias tendo em conta as necessidades específicas e individuais de cada Família, coresponsabilizando-as, permitindo a aquisição de competências necessárias e capazes de assumir, de lidar e de gerir situações futuras.

Importa acrescentar e salientar que o trabalho em equipa, em equipa multidisciplinar, o trabalho em parceria e toda a colaboração, flexibilidade, transparência e compreensão por parte dos profissionais beneficia não só a intervenção, como todo o trabalho realizado com as famílias. O acreditar, o reconhecimento e a valorização de que as famílias são capazes de mudar é meio caminho para o sucesso. As famílias encontram-se desacreditadas, onde a sociedade não as apoia, “a sociedade identifica problemas e não competências, expõe as disfunções e as dificuldades e não as potencialidades, resumindo-se numa visão negativa da Família. (...) Os profissionais de intervenção social, por sua vez, identificam os problemas, intervindo ao nível da capacitação e na

resolução dos mesmos, recusando uma visão familiar de incompetência e unicamente responsável pela situação identificada. (...) No entanto, nem todo o sucesso advém da intervenção, mas também da capacidade de resiliência familiar.” (Shirley, 2015, pp. 40-41).

Fig. 5 – Intervenção em contexto familiar



Fonte: Elaboração própria (2018)

O presente capítulo pretendeu dar continuidade ao anterior, ou seja, uma vez apresentada a Família na sociedade atual, a sua evolução e transformação, os fatores de risco e de proteção existentes dentro desta, importava referir que quando não há resiliência familiar, nem há superação dos conflitos que são criados dentro da Família e que acabam por ser geridos de forma negativa, estes acarretam consequências para a Família e para quem a compõe, podendo colocar os seus membros expostos a situações de risco e/ou perigo. Como tal pretendeu-se debater a intervenção em contexto familiar, as medidas que existem para quando acontecem situações que não são no seio familiar e como o Serviço Social intervêm nestes contextos.

CAPÍTULO 3 – DA TEORIA À PRÁTICA: O CASO DO CAFAP – “QUINTA DO RIBEIRO”

Com o objetivo de compreender o processo de intervenção em contexto familiar interessa conhecer o local de estágio que permitiu uma proximidade com o contexto profissional, do modo como se executa com as famílias, da articulação e do trabalho em rede com as entidades parceiras, e da relação e do contacto muito contíguo com as famílias acompanhadas.

Neste capítulo, primeiramente, será descrito o local de estágio, Obra do Frei Gil, na qual o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) – “Quinta do Ribeiro” está inserido dispondo de modalidades e de programas específicas para as famílias com crianças e jovens. Por fim, interessa caracterizar cada uma destas modalidades: Reunificação Familiar, Preservação Familiar e Pontos de Encontro Familiar.

Num segundo momento serão apresentados o processo de intervenção e as suas fases da intervenção, o sistema de atores que integram o sistema de ação desta resposta, o percurso de estágio, bem como, a caracterização da população – alvo intervencionada e acompanhada durante o estágio.

1. O local de estágio

1.1. A Obra do Frei Gil

A “instituição mãe” que impulsionou a criação de outras respostas sociais para além do CAFAP, Obra do Frei Gil, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) de cariz religioso (católico) sem fins lucrativos, fundada em 1942 pelo Frade Dominicano Frei Gil Alferes. (Obra do Frei Gil, s/d.)

A Obra do Frei Gil, procura garantir serviços de qualidade que visem a satisfação das necessidades dos seus clientes, estando assim comprometida com os mesmos. Além disso, esta instituição compromete-se a melhorar a continuidade dos serviços prestados mediante envolvimento dos seus colaboradores e restantes parceiros, nomeadamente famílias, entidades, fornecedores, comunidade, entre outros, o controlo dos processos de gestão organizacional e o envolvimento da Direção de Topo. (Obra do Frei Gil, s/d.).

Propõem-se uma intervenção e abordagem ecos sistémica, necessariamente pluridisciplinar que intervenha, em simultâneo, nas díspares variáveis envolvidas na

promoção de processos de crescimento saudáveis e de resiliência escolar. A intervenção com a criança/jovem impõe um trabalho estruturado com Famílias que depende da própria idiossincrasia da criança e das características próprias das Famílias, bem como das problemáticas associadas a cada agregado. Este trabalho, por outro lado, pode sintetizar-se à informação/ sensibilização aos mesmos ou ainda consistir na prestação de um apoio social efetivo. Um trabalho de sensibilização e de capacitação parental possibilitará a valorização destes enquanto pessoas/seres humanos e dos seus filhos, bem como uma valorização de outros agentes educativos integrados no processo de desenvolvimento/crescimento dos mesmos. (Obra do Frei Gil, s/d.)

Assim sendo, a Obra do Frei Gil conta com mais de 70 anos de existência e tem ao longo destas 7 décadas promovido o acolhimento, educação e integração social de crianças e jovens em situação de risco ou com carências de várias ordens. (Obra do Frei Gil, s/d.)

Esta IPSS - Obra do Frei Gil, atualmente abarca cinco respostas sociais capazes de combater os contratempos contraídos ao longo das transformações que têm vindo a surgir na nossa sociedade, sendo estas as seguintes:

- três casas de acolhimento residencial:
 - Casa de Acolhimento de Ramalde – Porto;
 - Casa de Acolhimento de Mira – Praia de Mira;
 - Casa de Acolhimento de Lobão – Santa Maria da Feira;
- um Infantário Frei Gil – Oliveira do Bairro;
- e por fim, o CAFAP – Santa Maria da Feira.

A Casa de Acolhimento de Ramalde situada no Porto, acolhe nomeadamente 35 crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 6 aos 21 anos de idade de ambos os sexos que se encontrem em risco e/ou perigo encaminhadas pelas entidades com competência na matéria em Proteção à Infância e Juventude. A sua missão, como referido anteriormente é acolher, bem como educar as crianças e jovens que se encontrem em situação de risco, possibilitando-lhes condições e oportunidades indispensáveis para o seu desenvolvimento global, num ambiente de cooperação, coeducação e de proximidade na vida na casa. Os valores presentes nesta resposta social são o respeito/tolerância, união/cooperação, responsabilidade/compromisso, lealdade/verdade e dedicação/empatia. (Obra do Frei Gil, s/d.)

A Casa de Acolhimento de Mira localizada na Praia de Mira, acolhe 30 crianças e jovens em risco dos 6 aos 21 anos de idade do sexo masculino. O acolhimento das crianças e jovens nesta estrutura permite aplicação de uma das medidas de Proteção e de salvaguarda dos direitos básicos e essenciais das crianças e dos jovens que, no seu meio natural de vida, estão patentes a condições de risco e/ou perigo para o seu desenvolvimento. O primordial objetivo é garantir às crianças e jovens a satisfação das suas necessidades primárias, equilíbrio emocional e autoestima, em condições de vida próximas a de uma estrutura familiar dita normal, bem como efetivar a valorização pessoal, social e profissional de cada um, preferindo um acompanhamento familiar às crianças e dinamizando um trabalho interinstitucional, com vista a uma reintegração familiar. (Obra do Frei Gil, s/d.)

A Casa de Acolhimento de Lobão, localizada no concelho de Santa Maria da Feira, acolhe 30 crianças e jovens, do sexo masculino, com idades entre os 6 e os 18/21 anos que se encontrem em situação de risco, com vista a proporcionar-lhes “estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e à sua inserção comunitária”. O objetivo central da Casa de Acolhimento é um modelo integrado e personalizado de acolhimento, que entenda em primeira linha a institucionalização como uma medida transitória, recentrando o seu papel interventivo e reparador na (re)integração segura no agregado familiar nuclear ou alargado, ou ainda numa outra medida em meio natural de vida, ou a promoção de competências que possibilitem a autonomização. Prescreve uma intervenção centrada na criança/jovem, numa perspetiva sistémica e multidisciplinar. (Obra do Frei Gil, s/d.)

O Infantário Frei Gil, localizado em Oliveira do Bairro, pretende marcar a diferença dentro da comunidade onde está inserida. A sua missão é apostar na motivação dos seus colaboradores, de forma dinâmica e consciente, para que a Instituição consiga chegar a todos os seus clientes de forma equilibrada, ponderada e harmoniosa. Os valores inseridos nesta resposta social que são inculcados nas crianças são a solidariedade, uma vez que é a principal razão para a existência desta e procura ajudar o próximo; o humanismo remete para ajuda ao próximo, é um valor fundamental do Infantário e todas as atividades realizadas têm em conta esse fator; o civismo e a responsabilidade. (Obra do Frei Gil, s/d.)

O CAFAP - “Quinta do Ribeiro”, *colabora com as Famílias na ampliação dos seus saberes para um desenvolvimento integrado de cada um dos seus elementos. Para isso,*

propõe movimentar todas as redes de suporte na comunidade em prol do superior interesse da criança e sua Família. (Obra do Frei Gil, s/d.)

Focando-nos nesta última, sendo a resposta social acolhedora para o estágio, a resposta social CAFAP, detém um processo evolutivo e transformador ao longo dos anos que passaremos a descrever.

1.2. O CAFAP – “Quinta do Ribeiro”

Antes de falarmos do CAFAP propriamente dito, cabe-nos contextualizar o que se sucedeu para a criação desta resposta, como veremos seguidamente a partir da contextualização descrita, o que motivou à criação da resposta CAFAP na Obra do Frei Gil deve-se a motivos intrínsecos da intervenção e à identificação de necessidades concretas através do contacto próximo realizado com a comunidade.

No ano de outubro de 2000, o Lar de infância e juventude - Solar da Sagrada Família (atualmente designado por Casa de Acolhimento de Lobão) implementou o projeto “Quinta Pedagógica do Ribeiro”, no âmbito do Programa “Ser Criança” que terminou a 30 de setembro de 2004. Este foi um projeto inovador, tanto para os utentes da Instituição como para os alunos abrangidos (nomeadamente 100, nos três anos letivos) e também para as suas famílias e sociedade envolvente, atuando numa perspetiva eco sistémica, reconhecendo as interligações entre a criança/jovem e os vários agentes educativos. (Obra do Frei Gil, s/d.)

Foram criadas algumas respostas no âmbito da concretização das ações previstas neste projeto, serviços e equipamentos, como o espaço físico da Quinta Pedagógica (interno e externo), o GAAF (Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família) e a construção, reforço e fidelização da rede de parcerias. (Obra do Frei Gil, s/d.).

A nível global, sugeriu-se a promoção de competências pessoais e sócio relacionais dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e em risco educacional, através de várias atividades unificadas no trabalho de uma quinta, perspetivando a inclusão escolar e socioprofissional. O projeto ainda validou o aumento da qualidade de vida das famílias mais vulneráveis, através da promoção social dos agregados e dos indivíduos que se encontravam isolados, a melhoria das condições habitacionais e do desenvolvimento de ações que facilitassem a sua integração. (Obra do Frei Gil, s/d.)

A experiência do projeto “Quinta Pedagógica do Ribeiro”, desenvolvida por três anos, deu a conhecer uma proporção bastante realista dos problemas sociais de uma área geográfica centrada no interior com um número escasso de respostas a nível social. Permitiu três níveis de análises diferenciadas que assinalavam o futuro intervenção do CAFAP: nível individual (aluno), nível familiar e nível comunitário (sistema educativo, escolar, saúde e social). (Obra do Frei Gil, s/d.)

Verificou-se a desmotivação, o desinteresse e o insucesso escolar individual que advinham da intersecção de variáveis pessoais, familiares e escolares ou pedagógicas. Assim, seria fundamental uma atuação de cariz preventivo e não apenas remediativo no insucesso/abandono escolar. Por um lado, o sistema educativo e de saúde não dispunham de recursos e respostas concretas para fazer face a esta problemática. Constatou-se ainda que o sistema formativo não integrava alternativa para os alunos com NEE e/ou em risco educacional, uma vez que a maior parte destes alunos não conseguia ingressar na formação profissional de ensino-aprendizagem, restando-lhes apenas as Cerci's (formação profissional especial) que têm um carácter muito limitativo. Em termos familiares era necessário a intervenção com os agregados. Neste sentido, era essencial desenvolver um trabalho de promoção das competências parentais e um acompanhamento personalizado e sistemático. Além disso era necessário capacitar os pais que estavam ausentes do percurso escolar dos filhos e que eram os primeiros a desvalorizar o conceito de escola/aprendizagem, o que gerava o abandono e insucesso escolar precoce. (Obra do Frei Gil, s/d.)

O trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto “Quinta Pedagógica do Ribeiro” focou-se essencialmente no aluno junto com as escolas parceiras, cujo objetivo era o combate ao insucesso e abandono escolar precoce dos alunos com necessidades educativas especiais e/ou em risco educacional. (Obra do Frei Gil, s/d.)

É importante referir a ação pioneira do projeto no combate a esta problemática: no ano de 1999, aquando produção do projeto, já se estava consciente desta realidade, agora preferida prioridade nacional e que se regista no recente Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar “*Eu não desisto*”. A este propósito pode ler-se “a inserção profissional precoce, conexas ao abandono escolar (...) apresenta-se como um fenómeno reprodutor de desigualdades sociais, para o qual a Escola e o sistema de formação, por via de políticas de prevenção ao abandono escolar (...) têm responsabilidade de inverter”. (Obra do Frei Gil, s/d.)

O Projeto “Quinta Pedagógica do Ribeiro” edifica-se como uma medida específica de prevenção e combate do abandono escolar precoce. A intervenção do projeto, teve como finalidade acabar com este ciclo, capacitando os jovens com NEE de competências práticas/profissionais, através de atividades no âmbito de uma formação-ação, com particularidades e estabeleceu a ponte entre o mundo escolar e o mundo do trabalho, de uma forma suportada. Neste sentido, a intervenção ampliou para o contexto familiar do aluno, com a colaboração da escola e da comunidade (Obra do Frei Gil, s/d.). A ação do projeto dirigiu-se concomitantemente a quatro agentes: aluno, Família, escola e comunidade. Assim, nestes três anos, a Quinta Pedagógica tornou-se um suporte de um verdadeiro trabalho em rede e congregador de esforços, potenciador da inversão do processo de exclusão social. (Obra do Frei Gil, s/d.)

Em última observação, defrontamo-nos que as respostas na área educativa e da saúde acima descritas são insuficientes, tanto em número, como em qualidade. Apesar do projeto “Ser Criança” ter tido um impacto bastante positivo, continua a ser necessário dar enfoque a um combinado de necessidades e para as quais nunca houve uma resposta direta devido ao trabalho realizado com a criança ser separado do contexto familiar. (Obra do Frei Gil, s/d.)

Partindo destas premissas, é essencial a criação de um serviço capaz de desenvolver atividades de carácter primário, secundário e terciário, atividades diferenciadas de cariz socioeducativo, destinadas a crianças e jovens em risco desenvolvimental/educacional e suas famílias. (Obra do Frei Gil, s/d.)

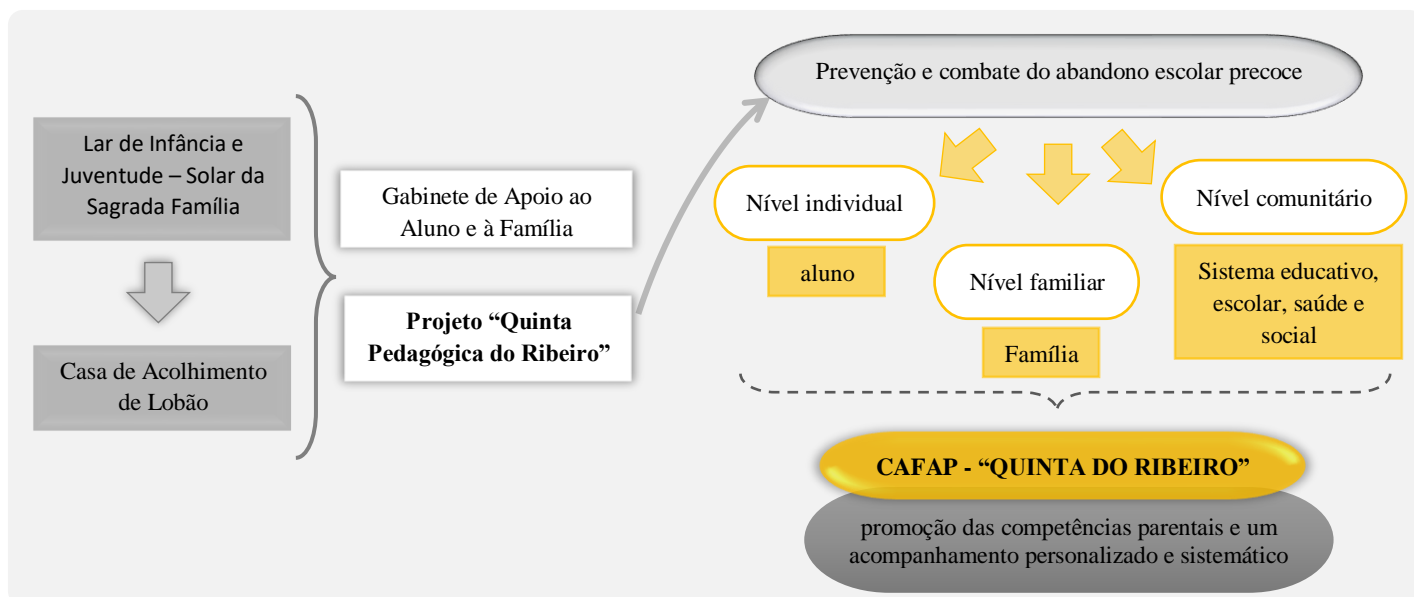
O CAFAP “Quinta do Ribeiro” é uma resposta social inovadora que se distinguiu das existentes pela forma como se antecipava na sua organização e capacidade de articulação de nível endógeno e exógeno. (Obra do Frei Gil, s/d.)

Esta é uma resposta social que supõe uma rede de parcerias eficiente. Neste sentido, desejou-se manter, fidelizar e fortalecer as parceiras estabelecidas no âmbito do Projeto “Quinta Pedagógica do Ribeiro”, nomeadamente com o Unidades de Saúde, Tribunal, Comissão Proteção Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira e Centro Distrital da Segurança Social, Agrupamentos de Escolas e Camara Municipal de Santa Maria da Feira entre outras, bem como, ampliar esta rede a outras entidades de âmbito concelhio conforme as necessidades. (Obra do Frei Gil, s/d.)

As parcerias foram muito diferenciadas, tanto pelo grau de solicitação, pelo envolvimento quer ainda, pela capacidade de resposta. Em termos de solicitação, e transportando-nos ao projeto desenvolvido, denotou-se que as escolas são os parceiros mais intervenientes e também os que mais se envolveram, de forma direta (na resolução de problemas dos alunos) e, indiretamente (dos utentes da Instituição, colaboração na organização de catividades conjuntas, entre muitas outras) do projeto. (Obra do Frei Gil, s/d.)

Com estas respostas sociais orientadas para as Famílias e para as crianças/jovens, pretende-se reforçar as competências dos intervenientes no sistema familiar da criança/jovem através de uma abordagem sistémica e otimizada dos recursos locais da comunidade onde está inserido. (Obra do Frei Gil, s/d.) Esquemáticamente apresentamos sinteticamente os motivos identificados para a criação do CAFAP – “Quinta do Ribeiro”:

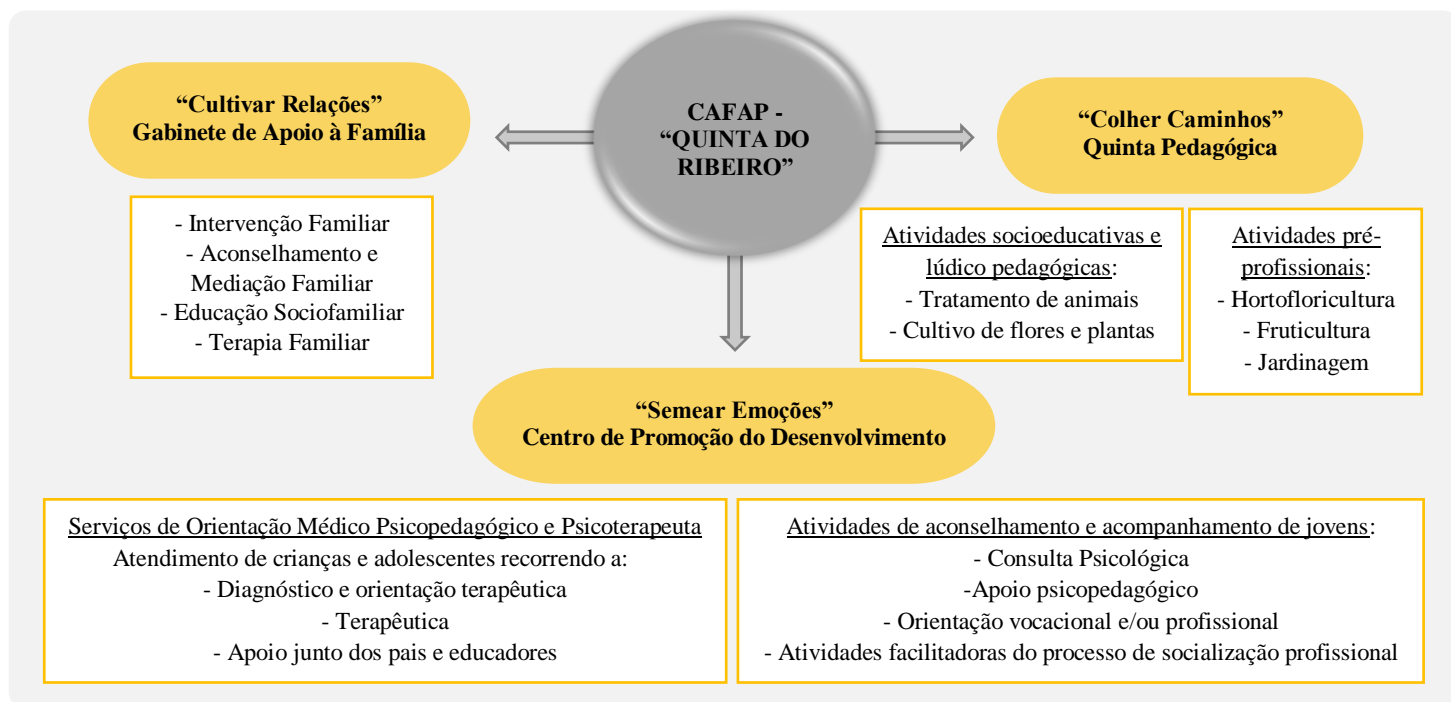
Fig. 6 – Surgimento do CAFAP



Fonte: Elaboração própria (2018)

No seu processo evolutivo e na prossecução dos seus objetivos podemos observar que o CAFAP oferece um conjunto de três medidas inovadoras: o Gabinete de Apoio à Famílias, o Centro de Promoção do Desenvolvimento e a Quinta Pedagógica. Segue-se esquemáticamente a apresentação destas medidas inovadoras e dos seus serviços:

Fig. 7 – Evolução do CAFAP

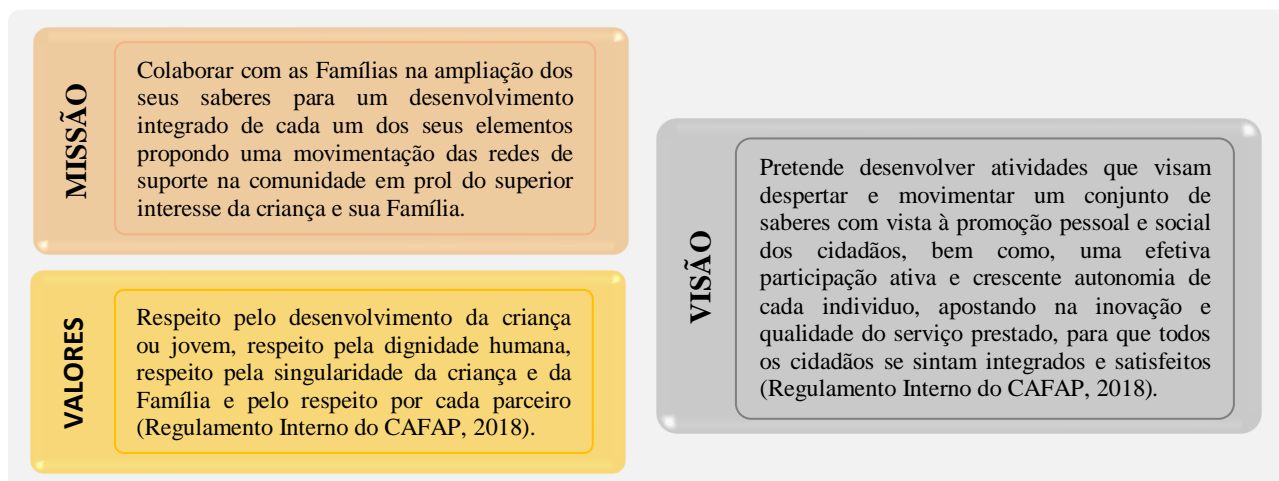


Fonte: Elaboração própria (2018)

Atualmente, a resposta social CAFAP encontra-se no concelho de Santa Maria da Feira, com sede na Rua Ribeiras do Cáster, n.º 10 – r/c esq., Lugar do Balteiro, 4520-426 Santa Maria da Feira, a sua área de intervenção é coincidente com a área geográfica do concelho, que perfaz 21 freguesias com uma área geográfica de 213.45 km².

O CAFAP é uma resposta social especializada na "(...) prevenção e reparação de situações de risco psicossocial (...)" (Diário da República, Portaria n.º 139/2013, artigo 3.º). Na figura abaixo (Fig. 7) encontra-se descritos a missão, a visão e os valores da sua intervenção:

Fig. 8 – Missão, visão e valores da intervenção do CAFAP



Fonte: Elaboração própria (2018)

O CAFAP pretende ser uma estrutura polivalente e especializada no âmbito da prevenção, deteção, avaliação e intervenção inter e multidisciplinar, para crianças e jovens dos 0 aos 18 anos e respetivos agregados familiares, sendo assim seu objetivo a promoção da mediação entre as famílias e os serviços envolvidos de forma a facilitar a comunicação, a potenciar e a promover a solução de eventuais dificuldades que possam surgir na relação Família/serviços.

Apresenta um universo de 45 Famílias, nas quais:

- 25 Famílias estão integradas na modalidade da Preservação Familiar - *consiste na prevenção da criança ou jovem ser retirada do seu meio familiar* (Diário da República, 1.ª série – N.º 64 – 2 de Abril de 2013 Artigo 8.º);
- 10 Famílias, encontra-se na modalidade da Reunificação Familiar - *detém uma intervenção focada e intensa, cujo objetivo é que a criança/jovem regresse ao seu meio familiar, nomeadamente nos casos de acolhimento residencial em instituição ou em família de acolhimento* (Diário da República, 1.ª série – N.º 64 – 2 de Abril de 2013 Artigo 8.º);
- 10 Famílias, estão destinadas nos Pontos de Encontro Familiar - *espaços que permitem a efetivação de encontros/visitas em situações de separação/divórcio, cujas partes envolvidas se encontrem em litígio e onde o contacto, o exercício do direito de visita, as relações e os contactos com as crianças foram interrompidos, são difíceis ou demasiado conflituosos e estes não são possíveis em casa* (Diário da República, 1.ª série – N.º 64 – 2 de Abril de 2013 Artigo 8.º).

A sua finalidade é desenvolver atividades que privilegiem a promoção do exercício de uma parentalidade positiva, através de uma intervenção especializada no diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das Famílias, tendo em conta a realidade social onde se encontram inseridas (Regulamento Interno do CAFAP, 2018). O CAFAP propõe-se a desenvolver atividades que visem estimulação e dinamização de um conjunto de saberes com o intuito de promover a nível pessoal e social as Famílias, bem como uma participação ativa e crescente autonomia (Obra do Frei Gil, s.d.).

Da prática desta resposta social no território de Santa Maria da Feira, pode surgir uma necessidade de proximidade com as Famílias que se trabalha. Para concretizar esta

proximidade é possível a criação de polos desde que sejam oportunos e se mostrem necessários ao desenvolvimento da sua atividade (Regulamento Interno do CAFAP, 2018).

Segundo a Portaria nº. 193/2013, de 2 de abril esta “estabelece a forma de intervenção, organização e funcionamento dos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental” (artigo 1.º), uma vez que “é reconhecida pela necessidade de uma intervenção especializada direcionada às famílias em situação de risco psicossocial, o que se reveste de particular importância também à luz do sistema de proteção de crianças e jovens e da promoção dos seus direitos”, como se diz no seu exórdio (Regulamento Interno do CAFAP, 2018).

O CAFAP tem como objetivo global a promoção de competências pessoais, parentais, sociais, educacionais, familiares e relacionais das Famílias de todo o concelho de Santa Maria da Feira com/e em risco e/ou perigo, ou seja, dificuldades e problemas na dinâmica da Família e do comportamento e/ou perturbações de desenvolvimento de algum elemento da Família. Disponibiliza apoio às Famílias que se encontrem em risco psicossocial, designadamente, quando:

- a) A situação de risco requeira uma intervenção, em tempo útil, que evite a declaração de perigo e a retirada da criança ou do jovem;
- b) A avaliação do risco assinala a inadequação das dinâmicas relacionais e práticas formativas e educativas da família com consequências negativas para o bem-estar e desenvolvimento da criança ou jovem;
- c) A aplicação de medida de promoção e proteção em meio natural de vida designadamente, medida de apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar e confiança a pessoa idónea, exija uma intervenção especializada junto da família;
- d) A situação familiar tenha levado à aplicação de medida de promoção e proteção de colocação da criança ou do jovem em família de acolhimento ou em instituição;
- e) O apoio especializado à família haja sido recomendado complementarmente a uma intervenção de natureza psicossocial ou terapêutica;
- f) O contrato celebrado no âmbito do Rendimento Social de Inserção preveja uma intervenção especializada junto da família (Diário da República, 1.ª série – N.º 64 – 2 de Abril de 2013 Artigo 4.º).

Considera-se em risco psicossocial, a Família ou os responsáveis pela criança ou jovem que, por diferentes fatores, não ajam de forma adequada no que respeita ao exercício das competências parentais, pondo em perigo o desenvolvimento integral da criança/jovem. O CAFAP, ainda, pode disponibilizar apoio em situações de rutura ou conflito familiar que ponham em causa o convívio e o bem-estar social familiar das crianças ou jovens (Diário da República, 1.ª série – N.º 64 – 2 de Abril de 2013 Artigo 4.º).

No desenvolvimento da sua atividade, terá sempre presente os princípios previstos no artigo 5.º da Portaria nº. 139/2013, de 2 de abril. Esses são:

- Promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem;
- Intervenção sistémica;
- Valorização das competências parentais;
- Autonomia das Famílias;
- Participação e corresponsabilização das Famílias;
- Colaboração entre os profissionais;
- Intervenção mínima;
- Privacidade;
- Obrigatoriedade da informação.

Os princípios fundamentais de todo o trabalho social, na sua inclusão e integração social, implicam uma intervenção exaustiva, sistemática, sistémica com os sujeitos e/ou famílias mais vulneráveis e, fazendo apelo à sua participação, apontando para uma ação concertada e coordenada entre várias entidades parceiras, com vista a alcançar a união de esforços, saberes e recursos (Obra do Frei Gil, s.d.).

A equipa de trabalho é constituída por profissionais de formação académica diferentes-multidisciplinares, dado a importância de articulação de informação e debate de intervenções. Esta equipa multidisciplinar participa em formações internas e externas para ampliar os seus conhecimentos de modo a obter uma melhor intervenção junto das Famílias.

Existe cooperação com diversos serviços nomeadamente, na área da educação e na área da justiça, permitindo que as respostas sociais sejam concretizadas a vários níveis e pertinentes á situação de cada Família (Regulamento Interno do CAFAP, 2018). Deste modo, apresentamos esquematicamente (Fig. 9) a equipa da resposta CAFAP, referindo que estes profissionais estão com percentagem de tempo de afetação diferenciados também pelas necessidades da resposta.

Fig. 9 – Equipa do CAFAP



Fonte: Elaboração própria (2018)

2. O processo de intervenção e suas fases

De acordo com a análise documental (Regulamento Interno do CAFAP, documentos internos e legislativos como a Legislação da Portaria n. °139/2013 de 2 de abril) é possível identificar setes fases na intervenção.

1) Encaminhamento – chegada do processo encaminhado

No CAFAP – “Quinta do Ribeiro” os processos chegam através do Formulário de Encaminhamento da própria resposta do CAFAP, este Formulário é encaminhado por entidades específicas como a CPCJ, o Tribunal, as Entidades Educativas, a Extensão de Saúde, a Segurança Social ou outras que interajam com as famílias.

Após a receção do mesmo a equipa técnica verifica se o Formulário tem a documentação e informação necessária, ou seja, se o tipo de apoio solicitado vem descrito, assim como, os motivos do encaminhamento e a breve história da Família. No caso de não haver informação ou de esta não suficiente, há uma solicitação do preenchimento do Formulário e de informações de forma a clarificar o pedido e/ou situação em causa.

Nesta fase receciona-se de imediato o pedido e isto acontece de duas formas, a primeira é no caso de ficar em lista de espera (aguarda um novo contacto) acontece quando não há documentação/informação, a outra, acontece quando se passa para a intervenção direta (consoante a capacidade do momento e atual do CAFAP).

2) Reunião de equipa técnica

Após a receção do pedido, realiza-se uma reunião de equipa técnica para a análise da situação da Família encaminhada e, em conjunto, há proposta que por ser por três vias: a aceitação com condições para marcação de acolhimento, a aceitação condicional e a não

aceitação por falta de indicação ou pouca adequação, após esta proposta deliberada em equipa é realizado um conhecimento por escrito à entidade que fez o encaminhamento.

Posteriormente ao conhecimento à entidade encaminhadora, nesta fase, a equipa reflete em conjunto sobre a análise e avaliação das informações recolhidas, sobre a decisão dos profissionais a acompanhar a Famílias e a decisão do coordenador de caso, assim como, a resposta e o desenvolvimento de atividades que privilegiem a promoção do exercício de uma parentalidade positiva.

3) Encontro com a família

Nesta fase existe o primeiro encontro com a Família, denominado de 1.º encontro de acolhimento, que pressupõe a presença do profissional do CAFAP, da Família e da entidade encaminhadora. Neste encontro há um esclarecimento da forma como a intervenção se processa, dos direitos e deveres da Família e da função de cada um dos intervenientes.

Importa referir que a Família é livre nas suas escolhas e pode aceitar ou recusar a intervenção proposta. No caso de haver aceitação por parte da Família, existe a assinatura do acordo familiar.

4) Segundo encontro de acolhimento

Nesta fase, já se encontra o CAFAP e a Família sozinhos, e começa a intervenção. As fases da intervenção vão desde a avaliação da situação familiar, a elaboração do Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF), o desenvolvimento e acompanhamento do PIAF ao termo de intervenção.

5) Intervenção junto da família

A intervenção varia consoante o apoio solicitado e as necessidades identificadas, podendo nem sempre corresponder ao que é solicitado por não se corresponder com as necessidades da Família, no entanto, o CAFAP intervém naquela que julga a melhor resposta para aquele momento da Família.

As modalidades de intervenção existentes no presente CAFAP são as de Preservação Familiar, Reunificação Familiar e os Pontos de Encontro Familiar, sendo concretizáveis com as ações de Formação Parental ou com o Apoio Psicopedagógico e Social.

Os programas inseridos na Formação Parental são:

- **“Co-construídos”**: programa que tem como fomentar a aquisição e reforço das competências parentais, com vista a uma Parentalidade Positiva. Destina-se a Famílias com crianças dos 0-5 anos/ Famílias com jovens dos 13 aos 18 anos de idade;
- **“Em Busca do Tesouro das Famílias”**: programa que tem como objetivo de promover competências individuais, parentais e sociais, destinadas a Famílias com crianças dos 6-12 anos;
- **“O Crescer do Girassol”**: programa que pretende propiciar um ambiente de estimulação em contexto domiciliário de maneira a aumentar as competências nas Famílias com crianças em idade dos 0-6 anos;
- **“Gira Hábi(TUS)”**: programa que pretende promover as competências para o exercício das responsabilidades parentais, sociais e individuais em contexto domiciliário destinado a Famílias com crianças/jovens dos 6-18 anos.
- **“Viagens por Terras da Parentalidade”**: Programa que pretende promover uma parentalidade positiva e destina-se a famílias grávidas e famílias com crianças em idades até aos 3 anos.

Os programas inseridos no Apoio Psicopedagógico e Social são:

- **“Saber Mais”**: programa que pretende desenvolver competências cognitivas e académicas, ampliando os conhecimentos do mundo e as aprendizagens escolares, com vista à integração escolar. Destina-se a Famílias com jovens do 2º e 3º ciclo, com necessidades educativas especiais (NEE);
- **“Sementes Mágicas”**: programa que pretende promover a motivação escolar através da ampliação da autoeficácia e persistência. Destina-se a Famílias com crianças que frequentem o 1º ciclo;
- **“Stop é Cool”**: programa que tem como objetivo de promover o treino de competências sociais e escolares que permitam lidar de forma adequada com as exigências dos diferentes contextos da sua vida. Destina-se a Famílias com jovens que frequentem o 2º e 3º ciclo.
- **“Sarilhos do Amarelo”**: projeto que pretende promover a autorregulação a três níveis: emocional, cognitivo e comportamental, em Famílias com crianças dos 5 anos até ao 1º ciclo do ensino básico.
- **“Clube dos Afetos”**: programa pré-escolar que pretende trabalhar os sentimentos em paralelo com as pré-competências, em crianças dos 3 aos 5 anos.

Para além dos descritos o CAFAP, inclui também intervenções terapêuticas, como:

- **Terapia Familiar**, pretendendo fortalecer as famílias ao nível da sua comunicação e interação, com o intuito de melhorar os padrões de interação e facilitar o cumprimento das suas funções enquanto sistema familiar e destina-se a Famílias com problemáticas definidas no sistema familiar;
- **Terapia de Casal** pretende fortalecer o sistema conjugal, trabalhando a expressão de sentimentos e a negociação entre as finalidades individuais e conjugais e destina-se a Famílias com problemáticas definidas no sistema familiar;
- **Treino de Competências Familiares** pretende minimizar fatores perturbadores no sistema familiar e fortalecer as relações na Família e comunidade, destinadas a Famílias com problemáticas definidas no sistema familiar.

Relativamente ao MAIFI (Modelo de Avaliação e de Intervenção Familiar Integrada), inserido também nas intervenções terapêuticas, os programas incluídos são:

- **Avaliação para compreensão/definição do tipo de caso:** deve contribuir para decidir pelo arquivamento da sinalização/denúncia ou seguimento para uma avaliação de segurança imediata da criança e/ou do tipo e foco das necessidades da Família;
- **Avaliação do risco:** pretende avaliar a probabilidade de ocorrência ou de recorrência de maus tratos ou negligência futura;
- **Avaliação compreensiva:** pretende compreender que sentido assume o maltrato/outra situação de perigo, bem como a manutenção do risco psicossocial, e em que medida a Família é capaz de o ultrapassar;
- **Avaliação do potencial de mudança:** avaliar a capacidade da Família em promover dinâmicas familiares que potenciem o bem-estar e o desenvolvimento saudável da criança.

Por último, os **Pontos de Encontro Familiar (PEF)** são espaços que permitem a efetivação de encontros/visitas/convívios em situações de separação/divórcio, cujas partes envolvidas se encontrem em litígio e onde o contacto, o exercício do direito de visita, as relações e os contactos com as crianças foram interrompidos, são difíceis ou demasiado conflituosos e estes não são possíveis em contexto natural.

Por isso, quando não há acordo dos progenitores quanto ao exercício das suas responsabilidades parentais, é que se pode falar no direito de visita, constituindo este na regulação do acesso ao progenitor não-guardião ao (s) seu (s) filho (Diário da República, 1.ª série – N.º 64 – 2 de Abril de 2013 Artigo 8.º). Neste sentido, o serviço existente é a **Mediação Familiar**, constituída pelos seguintes programas:

- **Concretizar e acompanhar visitas e convívios no âmbito tutelar cível:**
 - Visitas no interior do CAFAP com vigilância;
 - Visitas no interior do CAFAP sem vigilância;
 - Visitas com Saídas do Ponto de Encontro sem vigilância;
 - Ponto de passagem para entrega a mãe/pai/outro e regresso;
 - e o seguimento e avaliação do regime de visitas;
- **Intervir e mediar situações de conflito conjugal e parental.**

O período de intervenção pode ter um período mínimo até 12 meses, podendo terminar antes dos 12 meses nos seguintes casos, se a Família assim o desejar ou no caso de se verificar três faltas consecutivas injustificadas, na mudança de residência para fora da área de intervenção, na prestação de declarações falsas, quando a resposta social oferecida deixa de ser a adequada ou no caso de a resposta social deixar de ser necessária.

6) Avaliação final da intervenção

Nesta fase é já a fase após a intervenção, em que se elabora o relatório de avaliação e na qual se renova ou cessa a intervenção, em ambos os casos, é dada informação à Família e à entidade encaminhadora. A cessação ou renovação da intervenção deve-se à alta de serviço, à indisponibilidade da Família, à ordem judicial, à incapacidade do CAFAP e à não necessidade da intervenção.

Assim, o CAFAP pretende ser um equipamento de colaboração especializada às famílias, tendo como objetivo a qualificação familiar, por meio do fortalecimento e da aquisição de competências parentais, segundo as características individuais de cada Família.

3. Sistema de atores

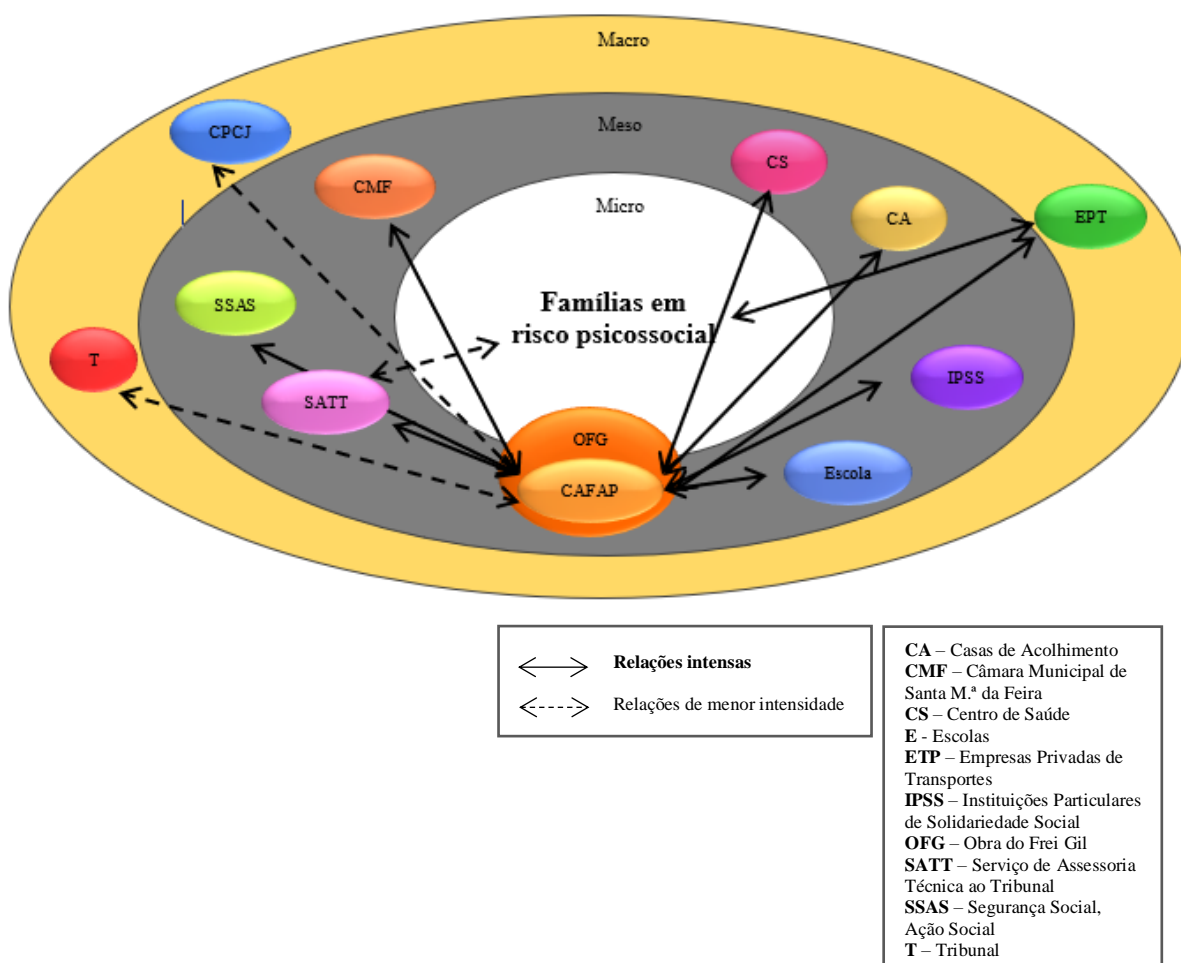
O CAFAP apresenta-se com um sistema de ação em que interagem um conjunto diverso de atores, nomeadamente, as famílias e respetivas crianças e jovens intervencionados, o

Tribunal, a Segurança Social, a CPCJ, as Casas de Acolhimento, a Escola, as Unidades de Saúde, as IPSS, entre outras.

Tratando-se de uma resposta que define como principal foco de intervenção a Família, o bem-estar e qualificação desta, é nela que se deve centrar e recair toda a atenção, requerendo sempre que se mostra necessário acionar o imprescindível apoio das entidades parceiras e do trabalho articulado em rede: o Tribunal, a Segurança Social, a CPCJ, as Casas de Acolhimento, a Escola, as Unidades de Saúde, as IPSS, entre outras.

A Figura 9 ³ representa os atores que integram o sistema de ação da resposta - CAFAP -, e também a intensidade das relações estabelecidas entre os mesmos, realçando-se a equipa do CAFAP e as famílias em risco psicossocial, sendo estas o foco central da intervenção.

Fig. 10 – Sistema de ação da equipa do CAFAP

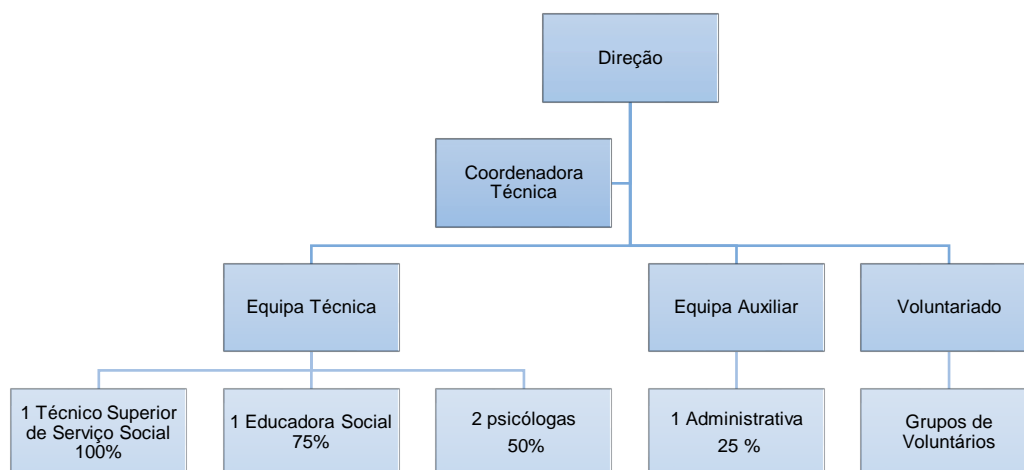


Fonte: Elaboração própria (2018)

³ Elaborada tendo por base Guerreiro (2011, p.55) - Figura 2 Sistema de Ação da equipa de inserção e acompanhamento na transição

Como referido anteriormente, o CAFAP é constituído por uma equipa técnica de diversas áreas, equipa multidisciplinar desde a Assistente Social, Psicóloga à Educadora Social, alguns destes profissionais são também Mediadores e Terapeutas Familiares. No organograma (Fig. 10) podemos ver a organização hierárquica do CAFAP:

Fig. 11 – Organograma da Instituição CAFAP



Fonte: CAFAP, s.d.

Tendo por base o presente organograma, podemos observar que a Instituição se encontra organizada de forma hierárquica em três grupos com diferentes funções, verificamos que no topo se encontra a Direção, seguidamente, a coordenadora Técnica, posteriormente, a Equipa Técnica, a Equipa Auxiliar e o Voluntariado.

Serão, assim, abordadas as funções da Coordenadora Técnica, assim como as da Equipa Técnica, pelo que a coordenadora seja a Técnica de Serviço Social nesta resposta social, tendo por base o Regulamento Interno da Resposta Social do CAFAP (2017).

Tabela 1 – Funções da Equipa Técnica do CAFAP

Funções	
COORDENADORA TÉCNICA	<p>Coordenar e gerir o funcionamento do CAFAP de modo a alinhar a atuação da equipa técnica com a missão, visão e valores</p> <p>Representar a direção nas suas ausências e impedimentos e fomentar o intercâmbio com outras entidades</p> <p>Coordenar a elaboração do plano anual de atividades e fazer a sua monitorização, garantindo a sua implementação, avaliação e eventuais revisões</p> <p>Programar, definir, supervisionar e avaliar todas as atividades desenvolvidas de forma a garantir a qualidade dos serviços e um clima organizacional saudável e seguro</p> <p>Atribuir funções a cada técnico, salvaguardando a sua formação específica</p>

Definir processos, procedimentos e instruções de trabalho, submetendo-os previamente a aprovação superior

Elaborar, em colaboração com a equipa técnica, as medidas a serem tomadas e as intervenções a realizar, garantindo a execução das mesmas

Convocar, dinamizar e coordenar as reuniões de equipa técnica de modo a promover a partilha de informação e adoção de estratégias concertadas de intervenção

Decidir sobre a admissão das Famílias encaminhadas para intervenção
Colaborar na definição da política de gestão dos recursos humanos, contribuindo para a satisfação dos colaboradores e melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados

Fomentar a participação de todos os colaboradores no levantamento das necessidades de formação para definição e implementação do plano anual de formação

Promover a valorização das competências profissionais, humanas e técnicas dos colaboradores para potenciar a qualidade da intervenção

Proceder à gestão administrativa dos recursos humanos (elaboração de mapas de férias, horários laborais, elaborar propostas de admissão de pessoal, etc.) cumprindo os normativos legais em vigor e submeter à apreciação prévia e decisão da Direção

Manter a Direção informada de todos os assuntos relevantes

Avaliar anualmente o desempenho dos colaboradores em estreita articulação com a Direção, incentivando a implementação do sistema de recompensas e incentivos
Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo ISS - Instituto da Segurança Social, sobre questões de natureza técnica
Cumprir e fazer cumprir todos os normativos legais em vigor relativos aos CAFAP's

Garantir a implementação do projeto de segurança das instalações e do plano de Emergência

Colaborar com a Direção na conservação, e manutenção das instalações e equipamentos e na rentabilização dos recursos humanos, de forma a contribuir para a sustentabilidade da Organização

Zelar pela boa imagem da instituição e apoiar ações de divulgação e de angariação de fundos, em articulação com Direção

EQUIPA TÉCNICA

Prestar colaboração ao Coordenador na elaboração das Intervenções e Atividades

Planificar atempadamente as intervenções/ atividades inerentes a cada uma das medidas

Reunir uma vez por semana, de preferência, com o coordenador

Participar em reuniões de serviços da comunidade, sempre que tal se revele necessário à avaliação, acompanhamento e encaminhamento das Famílias

Conhecer as Famílias, promovendo encontros regulares

Elaborar informações/ relatório sobre a situação, estado e respetiva evolução das Famílias

Promover o cumprimento do acordo e programas específicos elaborados para cada Família

Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres das famílias, assim como de todos os colaboradores

Avaliar os pedidos de apoio específicos com o coordenador

Refletir sobre as práticas, estratégias e metodologias em matéria de infância e juventude, visando a dinamização da intervenção que se impuser a cada Família

Promover contactos pertinentes com outras entidades durante a avaliação, acompanhamento e encaminhamento das Famílias

Colaborar com o coordenador na manutenção da unidade e boa imagem organizacional

Como podemos observar, nesta instituição esta equipa de trabalho é constituída por profissionais de formação académica diferentes-multidisciplinares, dado a importância de articulação de informação e debate de intervenções, assim, existe 1 Coordenadora e Técnica Superior de Serviço Social, 1 Educadora Social, 2 Psicólogas (uma delas exercendo papel também de Administrativa) e 1 Mediadora Familiar.

A equipa participa em formações internas e externas para ampliar os seus conhecimentos de modo a obter uma melhor intervenção junto das Famílias. Existe cooperação com diversos serviços nomeadamente, na área da educação e na área da justiça, permitindo que as respostas sociais sejam concretizadas a vários níveis e pertinentes á situação de cada utente (*Regulamento Interno da Resposta Social do CAFAP, 2017*).

4. O percurso de estágio

A produção do presente relatório é o resultado do percurso de cerca de sete meses, tal como já anteriormente referido, de um estágio com famílias. Este teve como objetivo geral compreender o processo de intervenção com as famílias acompanhadas pelo Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) – “Quinta do Ribeiro” de Santa Maria da Feira, estando inserido no mestrado em Serviço Social. Em concreto pretende compreender o desenho de procedimento de intervenção caracterizando-o, avaliar o modo como se concretiza o acompanhamento familiar, e aferir as potencialidades e os desafios/limites do acompanhamento familiar efetuado, tanto na perspetiva das famílias como dos profissionais.

O percurso de estágio encontra-se dividido em três fases que se acabam por interligar no decorrer deste, ou seja, numa primeira fase podemos caracterizar como a fase de acolhimento, de integração e de conhecimento da instituição, num segundo momento temos a fase de contacto e interação com as famílias desde a abertura do processo no

CAFAP até à sua cessação, por fim, uma fase de abordagem mais ativa junto da equipa técnica com participação e discussão sobre a intervenção com as famílias, realização de entrevistas junto das famílias com o conhecimento das suas características, problemas, necessidades, forças e recursos, assim como dos profissionais de entidades parceiras que articulam com o CAFAP e, também, a participação e o papel observativo da estagiária na execução dos programas para as crianças como para os pais.

Numa primeira fase, com o objetivo de integração da estagiária na equipa, foram analisados documentos internos do CAFAP desde o regulamento interno, base das famílias intervencionadas e acompanhadas por este, bem como manuais de procedimentos e documentos existentes relativos aos programas (MAIFI, Sarilhos do Amarelo, Viagens por Terras da Parentalidade, Em Busca do Tesouro das Famílias, entre outros), também foram consultados estudos e relatórios de estágios realizados no CAFAP, visando captar os princípios orientadores da intervenção da instituição e da equipa.

Numa segunda fase, após a integração, o conhecimento da instituição, dos seus objetivos, abordagens e metodologias de intervenção, procedeu-se à consulta dos processos das famílias inseridos nas modalidades do CAFAP desde a instauração do processo com a abertura do processo tanto em formato digital – inserção dos dados da Família na base de dados e nas grelhas das famílias -, como em suporte manual – abertura do processo num dossier individual correspondente a cada Família, separação com 5/6 marcadores correspondente a cada fase e/ou da modalidade -, à admissão, ao conhecimento histórico e sociofamiliar, até ao momento de intervenção e nos casos de cessação, leitura dos relatórios de avaliação, possibilitando à estagiária a sua participação nas intervenções e decisões conjuntas com a equipa. Inclusive, a estagiária teve a oportunidade de acompanhar uma Família, em avaliação MAIFI, desde da sua admissão até à elaboração do relatório (cessação da intervenção), possibilitando a sua participação nas intervenções sociais, domiciliárias e comunitárias.

Na elaboração do relatório a estagiária pode participar de forma ativa e autónoma de informações relativas à Família e à intervenção realizada no que respeita à avaliação compreensiva a avaliação da história familiar, a avaliação da capacidade parental (prestação de cuidados básicos, segurança física e doméstica, segurança afetiva, estimulação, orientação e estabelecimento de limites), na avaliação do funcionamento familiar e fatores que influenciam a capacidade parental (dinâmicas familiares, contributos pessoais dos prestadores de cuidados para o funcionamento familiar,

qualidade da relação conjugal, perturbação no funcionamento dos prestadores de cuidados e facilitadores da mudança), na avaliação dos fatores ambientais e sociais (habitação, gestão doméstica, empregabilidade e integração/ suporte social).

Respeitante à avaliação do risco a estagiária em conjunto com a equipa técnica pode determinar quais os fatores de risco e quais os de proteção, estes variam de Família para Família, podendo ser fatores de risco ou de proteção visíveis nas capacidades parentais, nas dinâmicas e funcionamento familiar, ao nível da segurança física/doméstica, na orientação e estabelecimento de limites, na organização da vida familiar e nos fatores ambientais.

A equipa conta com 45 famílias, sendo estas distribuídas pelas diferentes modalidades (Preservação Familiar, Reunificação Familiar e Pontos de Encontro Familiar), contudo, o contacto mais próximo e participação ativa da estagiária foi possível numa Família em MAIFI, como referido anteriormente, onde a estagiária elaborou o Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF) e o roteiro de vida e o relógio das rotinas, esta foi acompanhada pela dupla de profissionais – Assistente Social e Psicóloga -, com quem foi partilhado maior tempo de estágio, de modo a compreender um contínuo de situações e de ações a realizar. Esta dupla para além desta Família acompanha outras em modalidades diferentes, sendo que foi interessante e enriquecedor a partilha de momentos com estes, fazendo todo o sentido pois o foco de trabalho dirige-se ao acompanhamento familiar nas várias modalidades.

Numa terceira fase deste percurso e, ainda, em interação com as famílias e entidades parceiras, a estagiária com a colaboração da equipa técnica do CAFAP, realizou contactos e agendou as entrevistas a executar no local de trabalho da entidade parceira, utilizou-se o mesmo processo para as famílias onde foi possível, com a colaboração das mesmas, marcar um dia e uma hora para as entrevistas serem efetuadas, algumas das entrevistas foram realizadas no CAFAP e outras, por impossibilidade de deslocação ou outros motivos apresentados pelas famílias, foram realizadas no domicílio.

Para o presente estudo foram entrevistadas, através de um guião orientador de entrevista (Apêndice I), 17 famílias, importa salientar que estas famílias não correspondem às mesmas que iniciaram o processo no CAFAP quando a estagiária iniciou o seu estágio, mas sim famílias que já se encontravam com o processo cessado ou já tinham iniciado antes da entrada da estagiária. Aqui, foi privilegiada a riqueza da informação retirada da

consulta dos processos de cada Família, a partilha de sentimentos por parte destas e as dificuldades e as potencialidades de cada caso. Assim como, as forças e vulnerabilidades tendo como ênfase nos recursos necessários para as ultrapassar e as forças e competências familiares salientando a pertinência de as reforçar e promover.

Para além das famílias, como referido, foram entrevistados elementos da direção da Obra do Frei Gil, profissionais e voluntários do CAFAP – “Quinta do Ribeiro” e profissionais de entidades parceiras do CAFAP que exercem atividade no território de Santa Maria da Feira - Segurança Social no âmbito da Promoção e Proteção na Assessoria Técnica ao Tribunal – Família e Menores, Segurança Social no âmbito do Tutelar Cível, CPCJ, Agrupamentos de Escolas, Unidades de Saúde, IPSS’s, Casas de Acolhimento -, e a entidade de supervisão dos Pontos de Encontro Familiar – Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica (CTFIS) dos Açores.

A efetivação da entrevista passou, primeiramente, pela deslocação e encontro da estagiária com os participantes (famílias, profissionais e voluntários) de forma individual, apresentando-se enquanto estagiária do CAFAP.

Contextualizado o estudo e facultado o termo de consentimento (Apêndice II) com o esclarecimento deste e dos seus objetivos, salientou-se que a participação é voluntária, que os dados recolhidos são confidenciais e anónimos, e que serão usados de forma sigilosa meramente para o presente estudo. No caso de concordarem em participar, assim como, concordarem com a gravação de voz / entrevista para facilitação na transcrição da mesma, é assinado o termo de consentimento e devolvido à estagiária. Importa referir que a estagiária se demonstra sempre disponível para qualquer dúvida e esclarecimento.

Nesta fase, sendo uma fase de abordagem mais ativa junto da equipa técnica com participação e discussão sobre a intervenção com as famílias, a participação e o papel observativo da estagiária na execução dos programas para as crianças como para os pais com a dinamização da Educadora Social.

Para além das atividades descritas, ao longo do percurso de estágio foi possível colaborar, em conjunto com a equipa técnica, na redação e elaboração do livro do CAFAP intitulado “Com Famílias no Entendemos: Modelos e Práticas para e com Famílias”, é uma obra teórica e prática, sobre o CAFAP e as famílias intervencionadas e acompanhadas por este, sendo um modelo centrado na promoção do bem estar da

criança e da Família, pretende a divulgação de práticas neste contexto e partilha práticas profissionais através de estudos de caso. Com o livro concluído, procedeu-se à apresentação deste numa data comemorativa, no 11.º aniversário do CAFAP, onde a estagiária com a restante equipa pode apresentar o mesmo aos convidados - equipas parceiras e às famílias acompanhadas pelo CAFAP -, num momento alegre e acolhido por todos. Após a apresentação do livro, o CAFAP foi convidado a estar presente em diferentes locais para a sua divulgação e partilha, a estagiária ficou encarregue das apresentações e organização dos slides, e acompanhou dois elementos da equipa nestas partilhas, na responsabilidade de oradora, estes momentos aconteceram na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego e no Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução.

Por fim, a estagiária teve responsabilidades e desempenhou algumas funções, como a elaboração e atualização dos dados do CAFAP na Carta Social, a participação nas reuniões da Comissão Alargada da CPCJ e do Conselho Local de Ação Social – CLAS, participação nas reuniões de equipa multidisciplinar, participação em reuniões de supervisão dos Pontos de Encontro Familiar com a equipa técnica, participação na supervisão MAIFI em Coimbra com a Dr.ª Ana Melo, participação nas reuniões na sede da Obra do Frei Gil em Mira sobre o Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD) e através deste foi proposto pela estagiária a elaboração de um fluxograma para o CAFAP de forma a simplificar esquematicamente todo o processo desde que um processo dá entrada até que cessa no CAFAP (Apêndice III), encontros de articulação com o SATT, planificação, dinamização e registo de contactos telefónicos, de sessões e de visitas domiciliárias, preenchimento do formulário de encaminhamento MAIFI, realização de contratos, ofícios e informações sociais e elaboração de genogramas.

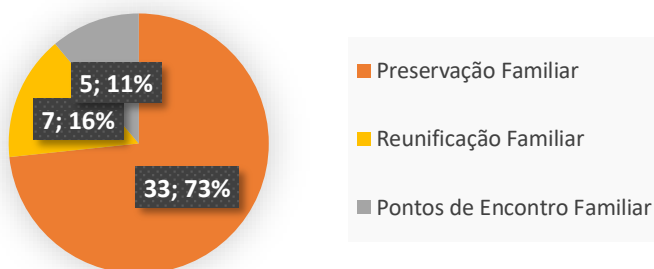
5. Caraterização das famílias acompanhadas

Após a identificação dos atores envolvidos no presente processo de intervenção, importa perceber quais são as famílias acompanhadas e intervencionadas pelo CAFAP e quais as suas características. Através do acesso aos processos internos, da base de dados das famílias intervencionadas pelo CAFAP foram criados gráficos que facilitaram a leitura dos dados e a organização dos mesmos.

No momento da recolha dos dados, incidente com o período de estágio (junho a setembro de 2018) verificou-se que estão em intervenção e acompanhamento 45

famílias ativas. Deste total, 33 famílias encontram-se em PF, 7 encontram-se em contexto de RF e 5 nos PEF.

Gráfico 1 – Contextos de intervenção

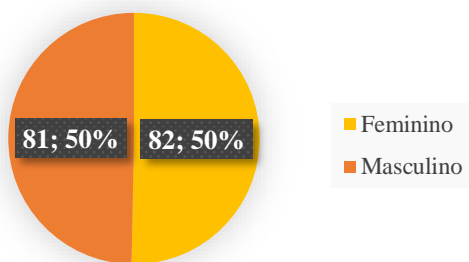


Fonte: Elaboração própria (2018)

Neste momento, as famílias e suas respetivas crianças e jovens residem acompanhadas nas seguintes freguesias: Argoncilhe, Arrifana, Canedo, Escapães, Espargo, Fiães, Fornos, Gião, Lobão, Lourosa, Maceda, Mosteirô, Mozelos, Nogueira da Reguedora, Oliveira de Azeméis, Rio Meão, Sanfins, Santa Maria da Feira, Santa Maria de Lamas, São João da Madeira, São João de Ver e Souto.

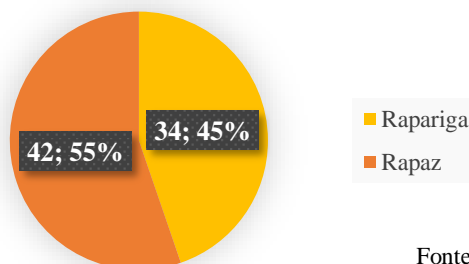
Tendo em conta a composição dos agregados constata-se que das 45 famílias acompanhadas, 82 são do sexo feminino e 81 são do sexo masculino, sendo que destes números, 76 são menores, 34 são raparigas e 42 são rapazes.

Gráfico 2 – Distribuição da composição das famílias por sexo



Fonte: Elaboração própria (2018)

Gráfico 3 – Distribuição da criança/ jovem por sexo

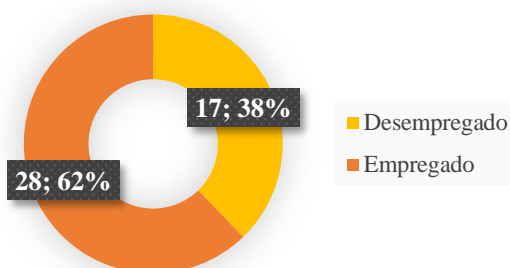


Fonte: Elaboração própria (2018)

Este acompanhamento abrange as mais variadas famílias desde que tenham crianças e/ou jovens a seu cargo, no entanto, no caso dos Pontos de Encontro Familiar, a criança/jovem podem-se encontrar institucionalizados. Sabemos que 26 das famílias são famílias nucleares, 8 são monoparentais, 6 são reconstruídas, 1 é unitária, 1 é alargada e as restantes não possuímos informação.

Ao nível da situação profissional, observamos que contrariamente ao que é dito sobre este tipo de famílias, no caso específico do presente CAFAP as famílias encontram-se na sua maioria (62%) integradas no mercado de trabalho.

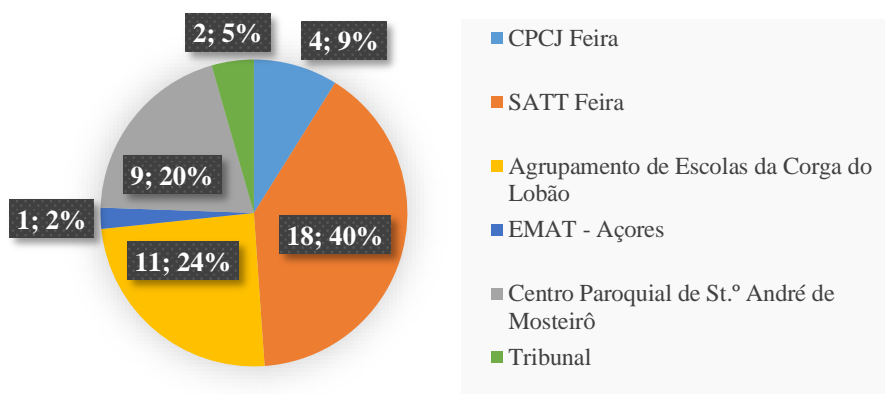
Gráfico 4 – Situação profissional



Fonte: Elaboração própria (2018)

Por fim, no que diz respeito aos encaminhamentos, estes são na sua maioria feitos pelo SATT, no entanto existem encaminhamentos realizados por outras entidades como podemos ver no gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição por encaminhamento



Fonte: Elaboração própria (2018)

Importa referir, mais uma vez, que as famílias aqui apresentadas não correspondem às mesmas que participaram no presente estudo, sendo explanado seguidamente a metodologia do estudo e efetivos critérios de seleção do estudo.

CAPÍTULO 4 – AS POTENCIALIDADES E OS DESAFIOS DO ACOMPANHAMENTO PRESTADO PELO CAFAP

1. Metodologia do estudo

O objetivo geral que guia este estudo é assim explorar potencialidades e desafios do acompanhamento familiar na resposta CAFAP na perspectiva dos intervencionados (famílias), dos profissionais do CAFAP como elementos da Direção da Obra do Frei Gil, assim como, profissionais parceiros do CAFAP. Procura-se explorar se estes têm a mesma ou diferentes perceções acerca do papel do CAFAP, no que diz respeito à resposta em si e ao acompanhamento prestado. Neste sentido, destacam-se como objetivos específicos:

- Compreender o desenho de procedimento de intervenção caracterizando-o;
- Avaliar o modo como se concretiza o acompanhamento familiar;
- Aferir as potencialidades e os desafios/limites do acompanhamento familiar efetuado tanto na perspectiva das famílias como dos profissionais envolvidos nos processos.

No que concerne às opções metodológicas e considerando os objetivos deste estudo de estágio, assim como, tendo em conta que o que se procura é chegar às perspetivas das famílias e dos profissionais, a metodologia utilizada assentou na técnica de recolha de dados orientada pelo modelo de estudo qualitativo. Neste tipo de estudos *estamos abertos a diferentes formas de ver o mundo (...) para as compreendermos, temos de ouvi-las (...)*. (Alves, 2011, p.17 cit. Krueger, 1998b, p.3), permite-nos, também, aprender com os participantes a forma como eles experienciam a realidade, os significados que lhe atribuem e como interpretam a sua experiência (Alves, 2011, p. 17 cit. Atieno, 2009).

Desenvolvendo-se este estudo no âmbito de um contexto específico – CAFAP – “Quinta do Ribeiro” –, procuramos compreender e aferir as potencialidades e os desafios do acompanhamento familiar prestado por este CAFAP, a partir das experiências e perspetivas das famílias, e dos diferentes atores envolvidos. Durante o estágio a aluna teve como preocupação ouvir as famílias sobre a perceção do acompanhamento realizado pelo CAFAP, assim como, das coisas boas, menos boas e a melhorar.

A recolha de dados foi feita através da técnica de observação direta e participante, e da técnica de entrevista semiestruturada. Este tipo de observação apresenta-nos uma série de vantagens possibilitando um encontro pessoal e estreito da estagiária com o fenómeno, em complemento a esta técnica a estagiária pode fazer anotações do que era observado e anotava no seu diário de campo. Por sua vez, para a técnica de entrevista foi utilizado como instrumento de recolha de dados o guião de entrevista e a gravação de áudio da mesma, utilizando-se o gravador, o que permite orientar, identificar, sistematizar os conteúdos recolhidos e facilitar na transcrição das mesmas. Para o tratamento de dados e análise de conteúdo das entrevistas realizadas utilizou-se, na versão 18.2.0 o software MAXQDA 2018, com este programa foi possível organizar a informação obtida durante as entrevistas por categorias.

Os participantes foram selecionados de acordo com certos critérios que a estagiária estabeleceu, como: as famílias correspondem aos processos cessados (maio e junho) ou aqueles que já tinham iniciado antes da entrada da estagiária no contexto de estágio, os profissionais do CAFAP, respetivos voluntários, assim como profissionais de entidades parceiras, foram selecionados por terem ou terem tido recentemente um contacto, uma articulação com o CAFAP de forma próxima.

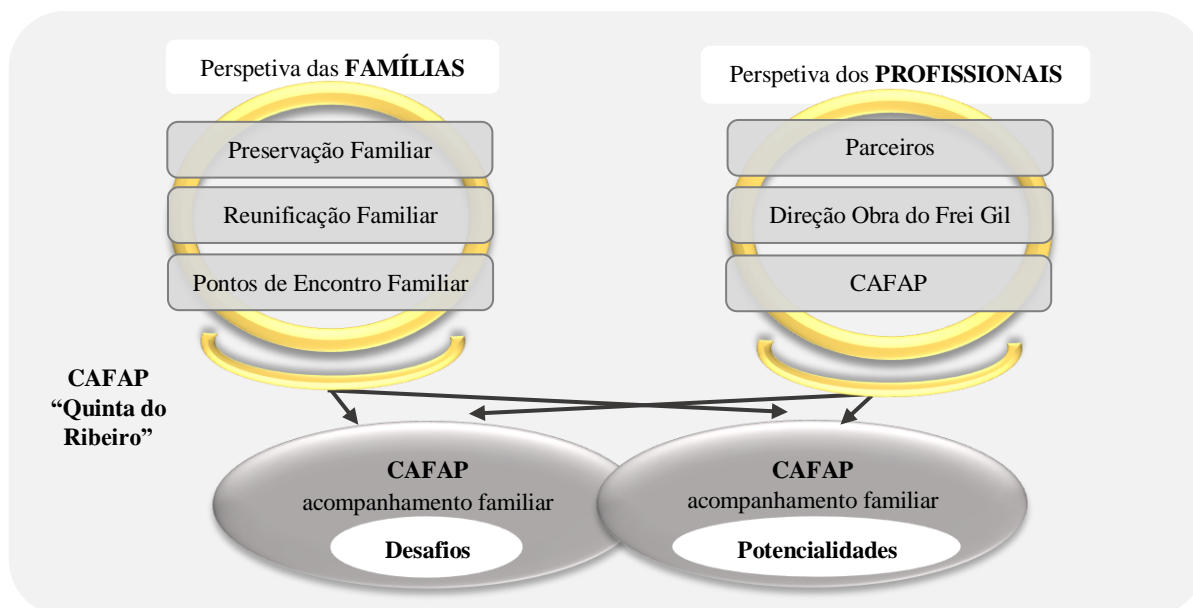
Deste modo, foram realizadas 51 entrevistas semiestruturadas individuais e presenciais, sendo entrevistadas:

- 17 famílias acompanhadas nas modalidades existentes no CAFAP;
- 5 elementos da equipa técnica do CAFAP;
- 2 voluntárias do CAFAP;
- 3 elementos da Direção da Obra do Frei Gil;
- e, nas entidades parceiras foram entrevistados:
 - 2 profissionais da Segurança Social no âmbito da Promoção e Proteção na Assessoria Técnica ao Tribunal (SATT) – Família e Menores;
 - 2 profissionais da Segurança Social no âmbito do Tutelar Cível;
 - 4 profissionais da CPCJ;
 - 2 profissionais do Agrupamentos de Escolas;
 - 1 profissional da Unidade de Saúde;
 - 5 IPSS's;
 - 5 Casas de Acolhimento;

- e, 2 profissionais da entidade de supervisão dos Pontos de Encontro Familiar.

Para uma mais clara compreensão das diferentes variáveis e relação entre as mesmas em análise neste estudo, apresentamos de seguida uma representação gráfica que procura ilustrar o presente estudo.

Fig. 12 – Mapa conceptual do estudo



Elaboração própria (2018)

2. A perspetiva dos intervencionados - Família

Como potencialidades da perspetiva das famílias, destacam-se diferenças significativas no tipo de respostas dadas pelas modalidades Preservação Familiar e Reunificação Familiar, e dadas pelas famílias em Pontos de Encontro Familiar.

Deste modo, começamos então por dar destaque a esta diferença mais significativa, o facto de as famílias terem capacidade de **resiliência para superar adversidades** em prol do bem-estar das crianças e de lhes proporcionarem segurança e afetividade dentro do que é possível dadas as circunstâncias do motivo de resposta desta modalidade, denota-se, assim, duas grandes características de potencialidades comuns nestas famílias:

- o facto de os filhos **puderem ter contacto com ambos os progenitores**:

“Se não fosse esta intervenção eu não tinha as minhas filhas neste momento, e não tenho uma, tenho duas.” (F13 PEF)

“(...) eu acho que é positivo, pelo menos até ela ser adulta, porque todos nós conseguimos perceber as coisas, não quer dizer que aceitemos e concordemos, mas conseguimos perceber melhor a outra parte, mesmo com os defeitos que o pai possa ter, ela perceber um bocadinho que é o feitio dele, é a maneira dele ser, e **não quebrar a 100% o laço (...) mas acho que é muito positivo eles não cortarem o vínculo (...).**” (F14 PEF)

- e, o facto de mencionar a existência de **comunicação entre ambas as partes, entendimentos e de possíveis acordos:**

“(...) causa algum transtorno em termos laborais, muito mesmo (...) sim, teve um impacto, na medida em que começamos numa coisa em que não nos comunicamos em que **comunicamos mais ao menos.**” (F15 PEF)

“(...) basicamente eu quando pedi foi porque **era completamente impossível eu falar com a outra pessoa**, era completamente impossível (...) acima de tudo a única expectativa que eu tinha é que era possível chegar a um **rascunho do que é uma regulação das responsabilidades parentais**, saudável que vise o bem estar do menino, **sem a anulação de ambas as partes (...).**” (F15 PEF)

“(...) está a ter impacto no menino, a **comunicação começou a existir** apenas em mensagens relativas ao x, (...) deveria ser mais, mas não é, (...).” (F16 PEF)

“O acompanhamento familiar é debatermo-nos diversos assuntos importantes na vida dos menores, **debater com os adultos a vida dos menores (...)** a postura do CAFAP não é impor nada, não é tem de ser assim, ao contrário do tribunal, **o CAFAP procura que os adultos se entendam.**” (F17 PEF)

“Sim, recomendaria a outra família que estivesse a passar por uma situação idêntica, mas foi como eu disse esta mediação se calhar está a ser feita fora do tempo, eu concordo acho que não é passado cinco anos que vamos estar aqui a debater, porque já muita coisa aconteceu, já muitos problemas existem, e não é agora que vem o CAFAP e vamos mudar isto tudo, e estes pais começam a acordar, a **fazer acordos das coisas básicas, aniversários, das coisas importantes, percurso escolar**, não se está aqui a falar de muito mais, numa outra fase se calhar a seguir à separação, sim seria benéfico ter uma equipa a ajudar nesses **entendimento** e daí penso que surgisse sucesso, assim não.” (F17 PEF)

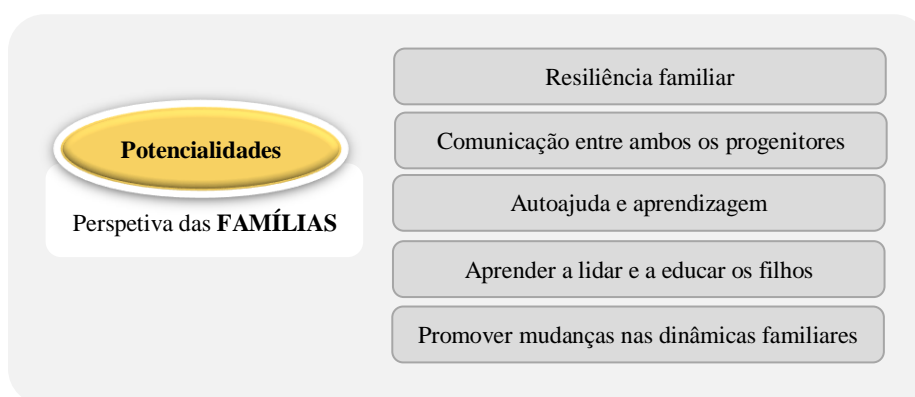
Como podemos observar a resiliência é um fator potenciador neste tipo intervenção, a importância de a Família se conseguir adaptar e lidar com as adversidades emergentes, enfrentando os desafios que surgem na sua vida de forma positiva torna possível uma intervenção eficaz, para além de permitir reconhecer na Família capacidades que outrora eram desconhecidos.

As seguintes características das famílias vulneráveis têm sido apontadas como fundamentais para auxiliar a definição de estratégias colaborativas de intervenção: i) enfrentar múltiplos desafios; ii) a vivência de sucessivas crises; iii) dificuldade em confiar nos outros; iv) sentimentos de incapacidade aprendida; e v) resiliência (e.g., Carrilio, 2007; Madsen, 1999; Sousa & Rodrigues, 2008; Summers, Templeton & Fuger, 1997). (Riveiro, C., Sousa, L., Grilo, P., e Rodrigues, S., 2013, p.18).

Deste modo, o CAFAP assume-se como um serviço orientado para a Família:

mantendo presente as necessidades de segurança e bem-estar da criança e do jovem; se orientem por modelos ecológicos-desenvolvimentais e sistémicos e valorizem modelos de resiliência de forma a centrarem-se na forças e no reforço de competências relacionais e individuais necessárias para a construção do bem-estar das crianças e jovens, no presente e futuro; privilegiem a construção de relações de colaboração com as famílias promotoras de autonomia e “empowerment”; promovam a articulação e colaboração com a comunidade e com as instituições comunitárias. (Barrocas, 2017, p. 11)

Fig. 13 – Potencialidades do CAFAP na perspetiva das famílias



Fonte: Elaboração própria (2018)

Passando agora para as restantes potencialidades na perspetiva das famílias, destaca-se o facto de o CAFAP, para além da disponibilidade que têm para as famílias e de lidarem com estas da melhor forma possível, ser um **motor de autoajuda, de constante aprendizagem para as famílias e, com isto, ser promotor de mudanças nas dinâmicas familiares**, isto foi possível observar durante as entrevistas. O orgulho com que as famílias identificavam o CAFAP neste registo – registo de ajuda e de aprendizagem -, e a admiração com que descreviam o facto de o CAFAP ensinar outro modo de fazer, foi expresso pelas famílias ao longo do seu discurso:

- o facto de **lidarem e relacionarem-se melhor entre família** e de certa forma o CAFAP permitir que se **melhore o contexto e ambiente familiar**:

“Uma das coisas boas que trouxeram foi que a minha filha **lidasse com o pai** (...) se não fosse através do CAFAP podia acontecer que a minha filha tivesse mais revoltada comigo sem ter culpa, sem ela ter motivos para isso (...).” (F6 PF)

“A equipa que nos está a acompanhar é excelente (...) houve coisas em que não concordamos, mas elas têm nos ajudado a **entrar mais em diálogo entre nós** os dois que era praticamente nenhum (...) a equipa do CAFAP ajudou na nossa **comunicação**.” (F2 RF)

“Jogar ao bingo (...) por acaso gostei, foi uma parte que me tocou muito jogar o bingo, as outras partes também (...) os trabalhinhos que nos dão para fazer dá que pensar, mas é bom (...) nós chegávamos a casa e íamos logo fazer aquilo (...) a maneira que eles falam, a **maneira como eles lidam connosco** faz com que a família se junte mais e que haja **equilíbrio** (...).” (F4 RF)

- o facto de as famílias aprenderem coisas que nunca pensariam que pudessem fazer sentido, **aprenderem** coisas novas, aprenderem a **lidarem** com as crianças em Família e a **educá-las**:

“Às vezes saber sempre nos alerta para mais um pouco (...) dizem que a gente está sempre a aprender e é verdade, coisas novas que explicam (...) há coisas que elas dizem que eu penso que por acaso não é mal pensado, até bate certo (...) **aprendemos sempre coisas novas** (...).” (F7 PF)

“É para **melhorar o ambiente familiar** (...) é o **impor as regras** aos miúdos (...).” (F8 PF)

“Bem os resultados é mesmo me **ajudar**, me dar dicas para me **ajudar a educá-los**, dar dicas também a ajudar com a **lidar com as fases deles** (...).” (F9 PF)

“Tem **ajudado**, tem sim senhora (...) tem ajudado no nível do desenvolvimento das crianças, também para eu **educar da melhor forma**, arranjar técnicas para eu conseguir educar, conseguir que eles me obedeçam que é preciso **regras e limites**.” (F9 PF)

“Sim, sempre melhorou alguma coisa (...) ao nível da **educação** a gente não fazer tanto o que eles querem (...).” (F10 PF)

“Tentar fazer o que nós estávamos ali a falar, tentar **impor as regras, tentar gerir as coisas melhor**, e tentar fazer as coisas os três em conjunto que é para ver se ele fica mais por casa.” (F11 PF)

“Fazer mais e melhor, **ser mais boa mãe**, aprendemos a ser mãe todos os dias e eu tento melhorar a cada dia para ele.” (F12 PF)

“Fazem tudo bem (...) **falam da menina**, falam de mim, falam da higiene, da alimentação, de como educar a miúda (...).” (F1 RF)

Podemos observar que uma das grandes potencialidades deste acompanhamento familiar prestado pelo CAFAP é a ajuda, a ajuda em compreender os modos de fazer, a ajuda em reaprender, a ajuda em interagir, em capacitar, em fazer e em mudar trazendo benefícios para as próprias famílias, pois muitas das vezes as famílias não percebem que não estão a fazer da melhor forma porque só conhecem aquela maneira de fazer, como refere Freitas (2011, p. 53) “*é porém fundamental perceber-se que “apesar das suas diferenças, todos os pais querem o melhor para os seus filhos, embora nem sempre conheçam a melhor forma de os ajudar.*”

Na intervenção centrada na Família é necessária uma relação humana, que depende não só da abertura e da resiliência das famílias, como da sua participação e colaboração na intervenção, e esta ajuda de que falamos só é possível se o profissional tiver essa capacidade de desmitificar o que está a acontecer de errado e/ou o que há a melhorar de forma a provocar a mudança naquela Família, como refere Barrocas (2017, p.8):

o profissional é identificado como o catalisador da mudança, ajudando os membros da família a reconhecer padrões disfuncionais e a explorar novas maneiras de se relacionar. As famílias são empoderadas enfatizando as suas forças, mas os conflitos também podem ser identificados, na medida em que os padrões seguros de resposta ao stress estão desenvolvidos (1998, Minuchin, citado por Frankel & Frankel, 2006).

Antes de passarmos para os desafios do acompanhamento familiar na perspetiva das famílias, cabe-nos referir, do que foi possível observar, que existe uma grande preocupação destas famílias, nomeadamente daquelas em que estavam em Preservação Familiar e Reunificação Familiar, no que diz respeito à **retirada das crianças do seu meio familiar**, mesmo que essa não seja da competência do CAFAP, consideramos assim como uma preocupação, um receio das famílias e não um desafio do CAFAP. Cabe-nos afirmar, como já referido anteriormente, que de acordo com a Portaria,

entende-se que a Preservação Familiar “visa prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural de vida”, enquanto que a Reunificação Familiar “visa o regresso da criança ou do jovem ao seu meio familiar, designadamente nos casos de acolhimento em instituição ou em família de acolhimento, através de uma intervenção focalizada e intensiva que pode decorrer em espaço domiciliário e ou comunitário” (p. 1943). (Barrocas, 2017, p. 12)

O desafio do CAFAP será o de esclarecer as famílias que não é competência deles a retirada das crianças, mesmo que já o façam, e sendo este uma preocupação famílias de as motivarem a serem famílias melhores, famílias capazes, famílias permeáveis à mudança, famílias com mais competência, para que de alguma forma se anule e/ou atenuate este receio, se isso não acontecer podemos considerar um entrave na intervenção e na relação CAFAP-Família.

Esta preocupação não é só inicial aquando a apresentação do CAFAP nas suas vidas, mas sim durante toda a intervenção e até mesmo no final da intervenção:

“O meu não foi bom (...) eu estava naquela coisa, não compreendia porque me tinham **tirado a menina** e não aceitava ninguém (...) a mim foi a questão de **confiar em alguém, é-me difícil**. (...) Foi uma adaptação um bocado difícil (...) mas aceitei mais ou menos (...) foi um bocado invasor no início.” (F2 RF)

“Eu vou ser muito sincera, **é termos feito este trabalho todo entre aspas e depois chegar ao fim ao cabo e ela não vir** (...) é isso que eu digo, estar a

lutar por uma coisa que depois no fim não se pode concretizar (...) eu tenho muito esse receio (...).” (F4 RF)

“Que elas não me deem o x (...) **tanta coisa para depois não me darem o x** (...).” (F5 RF)

“Tínhamos medo era de **ficar sem o menino** (...) a nossa preocupação era como os outros tinham falado mal de nós (...).” (F7 PF)

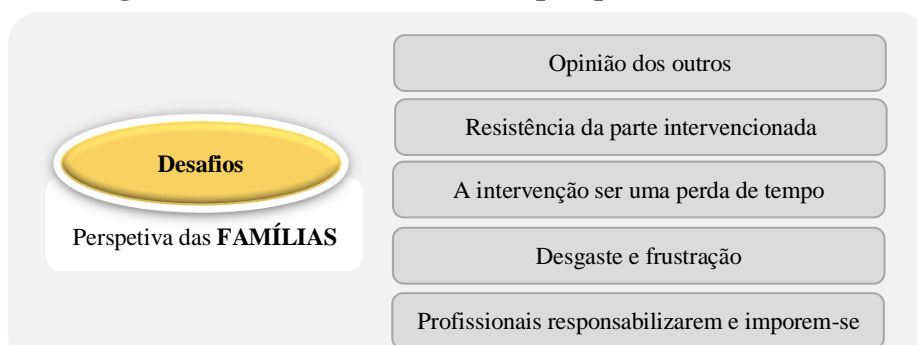
“Não, não tenho problemas nenhuns (...) eu tenho sempre aquele receio que me **tirem os meus meninos** (...).” (F10 PF)

“A única coisa que tenho receio é **ficar sem os meus miúdos** (...).” (F11 PF)

No entanto, devemos ter em atenção que estas modalidades preveem que a Família se encontre estruturada e com o mínimo de condições e/ou com as condições necessárias para que a criança se mantenha e/ou regresse para o meio familiar.

Ao intervir junto de crianças e jovens em perigo privilegiam-se as medidas que não os retirem do seu meio familiar, contudo, há situações que obrigam a um afastamento temporário da criança ou jovem da família, de forma a criar as condições necessárias para a sua futura reintegração e bem-estar. (Freitas, 2011, p. 43)

Fig. 14 – Desafios do CAFAP na perspetiva das famílias



Fonte: Elaboração própria (2018)

Alguns dos desafios e constrangimentos apresentados pelas famílias destacam-se a valorização da **opinião dos vizinhos sobre a presença do CAFAP em casa das famílias**, demonstra-se que ainda existe um certo estigma acerca do que os outros podem pensar quando uma entidade, seja ela qual for, se encontra no contexto habitacional da família:

“É ter todas as semanas eles lá em casa, é **constrangedor**, os próprios vizinhos começam logo a comentar, *estão sempre em casa deles*.” (F8 PF)

Outros desafios e constrangimentos do acompanhamento familiar prestado pelo CAFAP, denotam-se:

- na **resistência da parte intervencionada** – famílias, a pouca abertura das famílias ao CAFAP:

“É assim eu vou-lhe ser sincero, acredita que não vejo (...) **este trabalho não é fácil e nós temos que nos tentar por do outro lado** (...) é óbvio que tudo isto são estratégias, nada é feito ao acaso (...) isto parte de uma base de estratégias para tentar fazer as coisas não é por acaso (...) é um empenho muito grande nisso (...) os pontos negativos não existem porque repare (...) há uma meta, um objetivo traçado que foi sinuoso, **não foi fácil**, mas o que complicou no fundo foi a parte que estava a ser intervencionada porque não é fácil tudo isto (...) se eu neste momento pego no telefone e ligo à minha filha e ela atende, instalou-me o whatsapp (...) o CAFAP veio ajudar no nosso relacionamento, se não fosse todo este processo (...) de entre de várias situações e de várias instituições que estão a lidar com o processo desde início, o tribunal mostra-se inoperativo, os tribunais têm de fazer mais não há dúvidas (...) chegam ali, leem o processo e sentam-se, os tribunais deviam de ter técnicos lá, deviam de lá ter técnicos a acompanhar os processos porque estão muito mais inteirados do que os juízes não há dúvidas (...).” (F13 PEF)

“(...) **foi o prolongar do tempo** (...) a gente quando chega ao fim percebe melhor o caminho e eu agora já percebi o caminho, o objetivo era que embora a minha filha demonstrasse **resistência**, havia a possibilidade de se conseguir este bocadinho (...).” (F14 PEF)

“(...) tinha receio de **estar na mesma sala que o pai do meu filho**, no início tinha muito, no entanto, já passaram vários meses e já consigo lidar com o meu medo, que o meu medo era apenas meu, e que chegando ao carro, respirando fundo várias vezes e tentando (...) às vezes ainda há algumas **descargas de adrenalina** porque são vários anos de uma relação muito tóxica e não é fácil, mas foi isso (...) tanto é que eu pedi mas nunca imaginei que fosse em conjunto, pensei que numa primeira fase pudesse ser haver uma ajuda de comunicação em que nós não estivéssemos os dois ao mesmo tempo (...) que fosse uma facilitadora de comunicação, ou seja, compreender os objetivos de um, compreender os objetivos do outro e fazerem a união sem que houvesse, cara a cara (...) isso fez-me até na altura chegar à hipótese **de não querer mais continuar**, mas depois eu entendia que apesar de ter sido eu a pedir, depois a juíza entendeu que fazia todo o sentido que isto acontecesse, por isso havia grandes expectativas da parte do sistema jurídico que isto acontecesse e, portanto, eu tive de aprender a lidar com a situação tal e qual como ela foi exposta (...) porque eu realmente nunca pensei que fosse uma coisa de estarmos os dois ao mesmo tempo (...) **não vou dizer que é fácil**, porque não o é, questiono muitas vezes as minhas escolhas e acabo por me **culpabilizar** muito no sentido de podia ter visto as coisas mais cedo, ou vá, quer ver as coisas mais cedo, porque eu ver as coisas via (...) e acima de tudo achava que podia mudar, que é uma estupidez (...) tenho de aceitar porque o tribunal está-se bem a marimbar para isto (...).” (F15 PEF)

“Aqui no CAFAP uma das coisas e uma das coisas que eu me **reuso** daqui para frente e já disse às técnicas por respeito ao trabalho delas, eu **não continuarei a mediação com a presença do advogado**, é esta mediação é feita com a intenção do pai e da mãe se entenderem, do pai e da mãe chegarem a acordos, a possíveis acordos, debaterem problemas que tenham (...) acho que esta mediação não é para o advogado estar a contar a vida dela, fazer comparações com a vida dele e muito menos afirmar e dizer que conhece melhor os meus

filhos do que eu, jamais eu vou permitir isso (...) é a coisa negativa desta mediação toda (...).” (F17 PEF)

A resistência da Família faz com que a intervenção não seja tão operativa como desejada, contribuindo assim para um desafio, um constrangimento do acompanhamento familiar prestado pelo CAFAP, *está relacionada, de acordo com a abordagem da complexidade, com a autopoiese da família. Tal como nos salienta Vos (2003), o ambiente só consegue influenciar um sistema autorreferencial se esse sistema mostrar vontade de cooperar com ele* (Grilo, 2013, p. 77).

- no pensamento de esta intervenção ser uma perda de tempo:

“Não era e não é preocupação em termos do CAFAP, eu estou mais bem preocupado com o bem-estar dos meus filhos e estou mais preocupado em que os meus filhos tenham um pai e uma mãe, nem é mais nem menos, é que tenham um pai e uma mãe, essa é a minha preocupação e uma luta pela qual me divorciei, só peço igualdade, não peço mais ou para ter menos igualdade para estar com os meus filhos, em termos do CAFAP o CAFAP como eu digo apareceu por ordem do tribunal não fiquei preocupado **achei que era uma perda de tempo**, porque já existiu outra mediação mas particular e numa mediação temos de estar aqui, estarmos com a intenção de fazermos as coisas bem, não é estarmos aqui e só dizer ah está bem, está bem, e por de trás nada do que se diz aqui acontece, já tinha tido a experiência anterior e portanto não era a preocupação com o CAFAP, eu tenho outras preocupações, pelo CAFAP eu sabia o que vinha aqui fazer (...).” (F17 PEF)

- no possível desgaste e frustração:

“É assim ao casal, ex casal, à nossa intervenção, é assim, **não foram fáceis as sessões** (...) ele vinha com muitas acusações (...) e uma pessoa também se sente **fragilizada** (...) não foi fácil, ele interrompia-me (...) era muito difícil para mim, não por causa do CAFAP, mas por causa das coisas que ele me fazia passar, não tinha rentabilidade (...) as coisas eram muito demoradas, e atenção isto era como penalização para as técnicas porque elas para tentarem tirar algum fruto, às vezes saímos daqui já noite escura (...) eu penso que elas era para tentar espremer alguma coisa (...) trazia custos para mim a **nível emocional** e eu não posso falar por eles, mas a mim trazia-me custos (...) eu cheguei a casa muitas vezes a **chorar desesperada** (...) foi muito complicado para chegar a algum veredito, o que conseguimos eu ainda hoje acho que foi muito positivo (...) o único documento que saiu foi o nosso acordo sobre as meninas, mas com tanta coisa que se passou eu acho que seria importante até para o tribunal perceber que se passa, que houvesse um resumo como o da minha filha, fazem de resumo de como ela age com o pai e de como pai age com ela, claro que é um resuminho, mas como as coisas se passam (...) a nós era um resumo que das sessões resultou um acordo (...) e eu acho que é pena, porque depois não se percebe bem a gravidade do contexto porque a nível dos tribunais os processos funcionam muito independentes e depois a juíza acho que muitas vezes (...) houve alturas que não havia a noção do que se estava a passar (...).”

“Os constrangimentos são muitas vezes as demasiadas vezes que acontecem as conversas paralelas ao x, a **lavar roupa suja**, em relação ao casamento (...) **as técnicas têm de ser mais musculadas** (...)” (F16 PEF)

O desgaste e frustração podem ser resultado de múltiplas intervenções, o que leva a Família a desacreditar e a construir o pensamento de que é uma perda de tempo esta intervenção, o que complica depois todo o desenrolar desta, pois são famílias que possivelmente já se encontram desmotivadas devido às experiências anteriores de outras intervenções sem sucesso, vindo para o CAFAP um pouco desacreditadas, desmotivadas e, também, contrariadas, construindo, novamente, o pensamento de ser uma perda de tempo e que não adianta de nada esta intervenção porque não haverá resultados, realçando que esta intervenção é voluntária, ou seja, as famílias não são obrigadas à intervenção do CAFAP, podem rejeitar, negar as mesmas. O mesmo refere Santos (2012, p. 61):

Muito do que se foi conhecendo em relação à vida desta família corresponde à descrição que Lawick e Bom (2008) fazem relativamente a outras com problemas semelhantes, as quais viveram experiências frustrantes frequentes, tendo desenvolvido uma atitude de desconfiança em relação ao mundo exterior. Os técnicos propõem-se a ajudar, no entanto, adotando uma postura de controlo que contribui para que a família se sinta culpabilizada, o que influi negativamente no estabelecimento de uma relação de confiança. Os profissionais sentem-se impotentes e acusam as famílias de não cooperarem (Lawick e Bom, 2008).

- e, na **responsabilização e de se imporem**:

“(...) **aumentar a responsabilização**, ou seja, **exigir mais de cada sessão**, ou seja, cada sessão ter objetivos mínimos traçados, não sei como se faz isto, mas nós não estamos a falar de números, estamos a falar de coisas que são mais difíceis de fazer (...)” (F15 PEF)

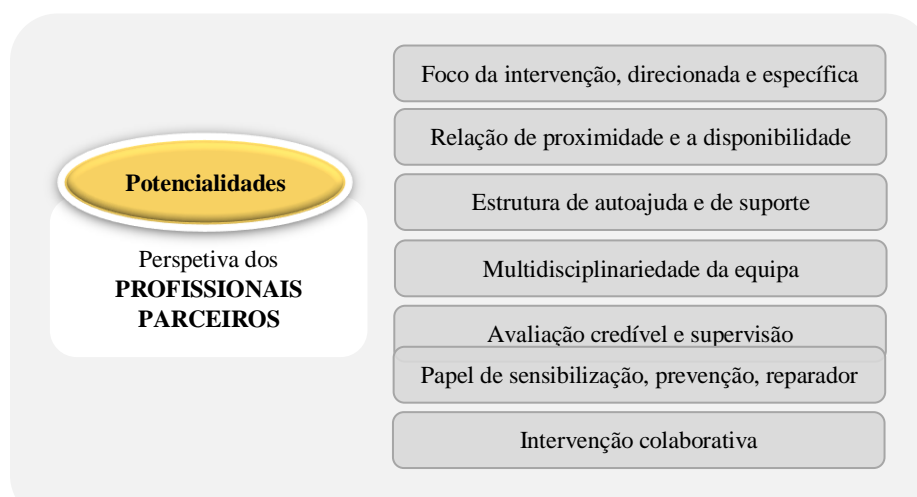
Ao longo das entrevistas, a estagiária pode denotar que nas sessões da modalidade de PEF há uma maior frequência de respostas no que diz respeito ao facto de ser frustrante saírem das sessões sem nada feito, sem nada objetivado e cumprido, “sessões sem sumo”, o que leva novamente para as famílias o pensamento de ser uma perda de tempo esta intervenção. As partes não se mostram cooperantes criando barreiras à intervenção dos profissionais do CAFAP. Denota-se, também, que existem muitos conflitos, coisas mal resolvidas, e que o objetivo bem definido e traçado do que querem tratar na sessão não acontece anteriormente nem aquando da intervenção, sendo que muitas das vezes geram algum tipo provocação à outra parte, criando ainda mais atrito, conflito e desgaste emocional e, neste caso, frustração e desgaste para os profissionais porque

veem-se incapazes de responder e agilizar a situação, procurando formas solucionarem esta em conjunto (CAFAP-Família).

3. A perspetiva dos profissionais - Parceiros

No ponto de vista dos profissionais de entidades parceiras do CAFAP que participaram no presente estudo, como a Segurança Social no âmbito da Promoção e Proteção na Assessoria Técnica ao Tribunal (SATT) – Família e Menores, a Segurança Social no âmbito do Tutelar Cível, a CPCJ, os Agrupamentos de Escolas, a Unidade de Saúde, as IPSS's, as Casas de Acolhimento (CA) e o Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica (CTFIS), foi possível aferir várias potencialidades do acompanhamento familiar prestado pelo CAFAP comuns nos discursos dos participantes, nas quais se destacam as seguintes:

Fig. 15 – Potencialidades do CAFAP na perspetiva dos profissionais parceiros



Fonte: Elaboração própria (2018)

- **o foco de intervenção, intervenção muito específica, direcionada e contínua:**

“O CAFAP tem um papel muito importante naquilo que é a intervenção com as famílias porque com uma **intervenção muito específica, muito direcionada**, acaba por nos permitir trabalhar situações muito concretas que não seriam possíveis trabalhar com qualquer outra entidade a qualquer outro nível (...) o CAFAP tem uma **intervenção muito específica com a família**, quando é para trabalhar determinada temática, determinada área é aquela área que se trabalha, e na minha experiência tem resultados muito bons normalmente.” (P3 SATT)

“Bem já consideraria como uma entidade de segundo nível, já com uma especialização mais focada junto das famílias era bom que fosse primeiro nível e que fosse mais acessível a todas, mas é de segundo e ainda é um luxo (...) acho que é muito importante nas famílias em crise precisamente porque têm determinadas vulnerabilidades que não estão a conseguir lidar com elas, porque permite fazer uma **intervenção muito próxima e contínua** nessas famílias, seja

em contexto mesmo de domicílio (...) e outras mais de intervenção familiar, seja em terapia de casal, ou de abordagem de casais que estão juntos ou que estão separados e não conseguem comunicar nomeadamente sobre os filhos, acho que todo esse acompanhamento de proximidade contínua é essencial. (...) **O acompanhamento de proximidade, contínuo, conhecimento próximo junto das famílias** sobre as suas potencialidades, os seus riscos para os puder trabalhar e daquilo que conheço da equipa o modo de funcionamento é sempre com a **visão da potencialidade da família**, o que às vezes é um bocadinho contrária de algumas CPCJ's que é do risco da família, está tudo concentrado no risco e ninguém liga à potencialidade e eu acho que isso é uma mais valia do trabalho do CAFAP ou pelo menos da forma como ele foi pensado é puderem ter este bonos de puderem olhar para as potencialidades e benefícios.” (P14 Saúde)

“Tem um papel muito importante porque faz uma **intervenção muito direcionada para a família**, trabalha com a família, num contexto muito da **proximidade**, vai ao domicílio, vai conhecer vários aspetos da família e é uma **intervenção ao longo do tempo** (...) não é uma intervenção isolada, é **estruturada, contextualizada**, (...) e acaba por surtir mais efeito do que uma intervenção pontual, mensal ou semestral, acaba por ter mais sucesso se realmente se for bem acolhido pela família.” (P23 CPCJ)

“O CAFAP é um dos parceiros (...) as famílias necessitam de uma intervenção **mais específica e mais contínua**, e isso é importante para tentar que aquela família mude (...).” (P22 CPCJ)

Denota-se o seguinte, os CAFAP surgem como mecanismos especializados e direcionados à Família, reconhecendo a necessidade de ser desenvolvida uma intervenção especializada e, também, direcionada às famílias em situações de risco psicossocial conforme o plasmado na Portaria, em termos da área de atuação destes. Nesta linha, o facto de o CAFAP se apresentar com um foco e com uma intervenção muito específicos e direcionados acresce como um fator potenciador do acompanhamento e do sucesso da sua intervenção, assim como a continuidade e regularidade no tempo. Barrocas (2018) afirma que:

(...) se pretende que os CAFAP assumam especial relevância no diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das famílias, bem como na promoção de uma parentalidade positiva, assim como uma intervenção especializada dirigida às famílias com crianças e jovens com vista à valorização de competências parentais, pessoais e sociais das famílias, tendo em conta o desenvolvimento integral das crianças e jovens no seio familiar. (Barrocas 2018, p. 45)

O mesmo vai ao encontro da potencialidade seguinte, em que o CAFAP se incorpora como uma estrutura de ajuda e de suporte onde se espera que sejam promovidas e valorizadas as competências parentais, pessoais e sociais das famílias.

- **o facto de serem uma estrutura de ajuda e de suporte, fornecendo conhecimentos, ferramentas e estratégias, promovendo competências à**

Família para ultrapassar dificuldades e melhorar a qualidade da dinâmica familiar:

“(...) se há aqui na família algumas dificuldades o CAFAP tem essa virtude, essa **competência**, esses **conhecimentos**, para poder, entretanto, dar à família esses conhecimentos, essas **ferramentas** para conseguir ultrapassar essas dificuldades.” (P3 SATT)

“Na minha perspectiva o CAFAP tem um papel fundamental na intervenção com as famílias, no sentido de **promover competências**, de **criar situações de mediação** para debulhar determinados conflitos, de **criar estratégias** para resolverem determinadas conflitos que passam por vezes nas dinâmicas familiares e não só pela parte das competências parentais, **criar espaços**, no caso deste CAFAP aqui da Feira, **criar espaços de convívio** entre as crianças e os seus pais que estão separados (...) o CAFAP tem ajudado nesses convívios, no reatar de relações (...).” (P4 SATT)

“(...) são o **motor de ajuda**, o **motor reconciliador**, não com o intuito das pessoas estarem juntas mas no sentido das pessoas se entenderem e isso bate com a comunicação, e o **motor de criar uma nova história**, de reestruturar (...) e pelo que vi as colegas de Santa Maria fazem tudo, tudo com um **empenho máximo**, se não conseguirmos ir por esta via vamos por uma outra, elas fazem as visitas, elas fazem tudo, o que é bom mas tem uma pequena parte de perigo que é querermos mais que as próprias famílias às vezes, é uma luta que nós temos tido aqui com nós próprias, nós queremos muito mas às vezes temos que ver os *timings* das pessoas e das famílias, por vezes o fazer menos significa que elas próprias não têm que os deixar mas deixar que se reestremem para começarem a acontecer as mudanças. (...) a **partilha**, o **empenho**, a **abertura** e a **dedicação**, e o **acreditar** que é possível a mudança e as coisas irem caminhando para essa família feliz que falávamos a pouco.” (P9 CTFIS)

“(...) acho que é isso, é o **papel de suporte**, é mesmo isso, quando a família está numa situação de vulnerabilidade e risco ter ali o **apoio** (...) tu tens apoio, tens alguém que sinaliza e que a família entenda o CAFAP como este suporte, portanto eu acho que pode ser sempre muito positivo (...). O **apoio** e o **suporte**, haver o espaço de quer para a pessoa puder espelhar aquilo que sente, quer para puder ter a oportunidade de construir dinâmicas familiares diferentes, com o apoio do CAFAP, portanto, acho que é o crescimento das famílias (...). Como vantagens vejo isso, como apoio e suporte, de numa situação de crise não se tornar numa situação de risco. E a potencialidade é o **trabalho em rede** também.” (P10 CTFIS)

“(...) a nível de intervenção, eu acho que tem mesmo a ver com **fazer questionar as famílias** sobre alguns aspetos até do nosso dia a dia, que parece banal mas quando se fala “*ai mesmo eu não faço assim*”, “*assim realmente...*” faze-los **refletir sobre os problemas** e daquilo que nós às vezes achamos correto e não é (...) tem de haver aqui o meio termo para depois não se entrar em conflitos.” (P6 IPSS)

“(...) muitas vezes acham que os CAFAP’s têm uma varinha mágica e um antibiótico debaixo e que chegam ali e tum tum tum e está tudo bem, as coisas não são bem assim (...) o CAFAP na minha opinião tem um trabalho de mérito se for bem feito porque faz aquilo que nenhum de nós consegue fazer que é chegar à família, não julgar, trabalhar, avaliar invés de chegarem aqui “querem? É isto que nós temos para vocês? Vamos trabalhar em conjunto?” continuou a

achar que o CAFAP bem estruturado é uma das mais valias no sucesso do trabalho das famílias. (...) o benefício do acompanhamento é exatamente isto, o trabalho das fragilidades das famílias e **eleva as potencialidades** da mesma, é para isso que o CAFAP existe, é para isso que os técnicos estão lá e têm de dar o seu melhor e é isso que tenho visto com quem tenho trabalhado, é por cima de tudo a potencialidade daquela família e **reduzir nas fragilidades** (...).” (P18 CA)

- **a relação de proximidade, a disponibilidade e o acreditarem na Família:**

“Os benefícios eu acho que é estarem **presentes na família** (...) haver ali uma **boa articulação** entre as famílias e os técnicos e que as coisas funcionem na melhor forma para se ter os resultados que se pretendem.” (P22 CPCJ)

“Eu acho que o facto de intervirem **diretamente e de uma forma muito próxima regular com as famílias**, não é aquele acompanhamento de *olhe venha aqui ao gabinete hoje e volte daqui a dois meses*, não, vocês vão muito ao terreno, vão muito à casa das pessoas (...) o facto de vocês se **disponibilizarem** para irem ao fim de semana que isso por vezes acontece (...) acho que isso é muito importante porque se calhar há famílias que até estão integradas, felizmente, a nível de trabalho e tudo e que não têm disponibilidade num horário que é o laboral e acho que é muito importante isso e a proximidade realmente, a **intervenção de proximidade é fundamental**.” (P16 CA)

“(...) pegam numa família e que à partida parece que as outras entidades que intervieram nelas não **acreditavam** em que houve ali um potencial de mudança e que foram capazes efetivamente de **promover a mudança**, eu acho que isso é muito importante, e perceber essa mudança na família (...) acho que isso é muito importante, é uma vitória, isso é um ganho extraordinário (...) por cada uma dessas famílias e por cada elemento que consigam promover essa mudança, só isso eu acho que devem de ficar felicíssimos (...).” (P17 CA)

“(...) tem uma intervenção de **maior proximidade** do que nós no acolhimento conseguimos ter ou do que um técnico numa comissão consegue ter, primeiro um técnico da comissão é basicamente gestor de processo e é muito difícil, ou se muda o paradigma de intervenção e de deixa de haver *tem de ser assim, que tem de fazer*, ou então é muito difícil de se estabelecer as tais **relações de confiança** e conseguir outros resultados e aí encaminhando para uma entidade como o CAFAP podemos conseguir outros resultados, porque a forma como intervêm é diferente (...). Eu acho que é a **questão da proximidade** que se pode criar que invés de ser mais vertical pode ser mais horizontal e com essa relação de **confiança, proximidade e horizontalidade** se consiga trabalhar de outra forma com a família (...) um trabalho mais de proximidade e também demais **regularidade**. (...).” (P20 CA)

É a partir deste reconhecimento e valorização das competências parentais, pessoais e sociais das famílias que se estabelece uma relação de proximidade e de confiança, onde os profissionais acreditam nas famílias e as famílias veem no CAFAP como uma entidade em que podem confiar. O facto de o CAFAP ter a flexibilidade de se ajustar às disponibilidades das famílias quando esta dispõe de tempo e vontade para estar com este, constitui-se como um elemento chave para o acompanhamento familiar ser potenciador,

na medida em que a Família vê que o CAFAP não estipula um horário meramente consoante a disponibilidade que tem, mas sim consoante aquilo que conseguem estabelecer juntos, através desta relação de proximidade, chegando a um consenso.

Por um lado, o que se acabou de afirmar vai de encontro ao que é espectável de se acontecer enquanto resposta do CAFAP, por outro lado é visível através de outros estudos esta concordância, como podemos ver no estudo de Grilo (2013):

Ainda assim, podemos observar flexibilidade na intervenção da equipa com as famílias, no decorrer da intervenção, em que se adequam as estratégias, consoante as famílias, tal como referido na secção anterior. A equipa técnica mostra, igualmente, disponibilidade para a intervenção em dias e horários que não os definidos no horário normal de trabalho. (Grilo, 2013, p. 106)

No estudo de Barrocas (2018), é visível que o que foi afirmado até ao momento é observável noutros estudos sobre o CAFAP, é o caso do estudo de Barrocas (2018), onde podemos ver que os princípios orientadores do CAFAP referidos por quem participou nesse estudo, são a abordagem colaborativa, a disponibilidade e a relação de confiança:

Os princípios orientadores que tiveram mais expressividade por parte dos participantes foram a abordagem colaborativa, seguida da disponibilidade e da relação de confiança. (Barrocas, 2018, p. 44)

- **a multidisciplinidade da equipa:**

“Potencialidades? Potencialidades são muitas (...) é óbvio que a vossa intervenção é muito importante, porque vão trabalhar ali um bocadinho a disfuncionalidade que a família tem, os conflitos familiares (...) os **técnicos são tão variados** que acabam por, a parte psicológica, a parte social, acho que é assim, posso dizer que tem tudo de bom para trabalhar uma família para que ela chegue àquele objetivo que é a estabilidade familiar, a estabilidade em termos de relacionamento, (...) o feedback das famílias é que realmente o CAFAP tem ali uma função que é **apoiar e compreender**, compreender também é importante (...).” (P11 IPSS)

“O CAFAP na minha perspectiva oferece um **conjunto de profissionais** e de técnicas que podem ser colocadas ao serviço da família (...) o facto de fazer uma **avaliação**, o facto de haver uma relação que se inicia do zero, permite que as pessoas venham a fazer daquele espaço o que elas próprias quiserem e muitas intervenções não são assim (...) o CAFAP é o modelo do vai, está e pergunta, o que é para si o problema, o que precisamos de mudar, é a mais valia, depois então põe as **ferramentas** em prática (...) a **relação calorosa e agradável** (...) uma **relação de colaboração, de apoio** (...) a ideia de definir o problema com as pessoas e ajuda com as pessoas. (...) Muitas vezes é uma **rede segurança** (...) uma rede de segurança a pensar, uma rede de segurança a tomar decisões, uma rede de segurança para lidar com alguns problemas (...) é isso poderem contar com uma rede de segurança, poderem contar com alguém que não lhes deve nada e que a qualquer momento pode-se dispensar (...).” (P19 CA)

- **o facto de serem um motor de avaliação credível e supervisionado:**

“Os benefícios são estes mesmos, são aplicar-se uma medida de promoção e proteção e de facto existir a promoção desta família, ou seja, tentar ultrapassar as fragilidades da família e **revelar os fatores de risco** para a criança ou jovem e fazer com que a família possa ser um esteio de segurança para os seus descendentes, no fundo é **melhorar a qualidade da dinâmica familiar.**” (P4 SATT)

“(…) é positivo, elas tentam ajudar as famílias no seu papel parental e educador (…). Eu confesso que, nos serviços nós nunca temos tempo assim para **avaliar**, o CAFAP é um **serviço especializado** e, efetivamente, acho que é um serviço muito importante no acompanhamento de determinadas famílias desestruturadas (…).” (P12 IPSS)

“Portanto é a **reestruturação**, é uma **análise da situação**, e uma **reestruturação à medida daquela situação**, não colocam situações padrão (…) fazem um trabalho à medida junto daquela família e trabalham o que é estreitamente necessário, (…) vão ao essencial e o que é necessário trabalhar.” (P21 CPCJ)

“Eu penso que o CAFAP é muito importante, realmente para **avaliar as potencialidades de uma determinada família** e ajudar a família a alcançar o seu potencial máximo e depois alcançar de o seu potencial, **avaliar** se efetivamente tem ou não condições para ter as crianças junto deles. (…) Eu penso que a equipa do CAFAP possa realmente ajudar as famílias a identificarem as suas fragilidades, **fazerem essas famílias compreenderem que existem soluções** para aqueles problemas, ensinar-lhes outras formas de se relacionarem com os filhos que sejam mais benéficas para as crianças, transmitir realmente alguma informação sobre as necessidades das crianças e jovens, sobre a que sinais devem de estar atentos nos filhos, os desafios de cada faixa etária (…) conflito entre o próprio casal também trabalharem essas questões, do relacionamento entre os próprios casais (…) ajudarem as famílias a reconhecer o que realmente precisa de ser trabalhado, que recursos existem disponíveis para **superar essas fragilidades** (…).” (P13 IPSS)

Para além das potencialidades descritas, acresce o facto de existir e ser assegurada uma supervisão e uma avaliação acreditada e credível, comprovada na prática para a intervenção específica com este público. Apostar e enriquecer na formação e na partilha de experiências faz com que tenhamos a noção do efeito espelho, ou seja, que vejamos onde estamos a falhar, para pudermos melhorar, e onde estamos a fazer com que as experiências corram com melhores resultados e impactos, criando e adaptando soluções ajustadas.

Para Grilo (2013, p. 118), o efeito espelho permite *compreender o funcionamento complexo das famílias, diminuindo a frustração perante a aparente não mudança destas e, por outro lado, munir-se de outros instrumentos e estratégias, que poderão facilitar o diálogo e o trabalho colaborativo com as famílias que acompanha e, como*

consequência, ativar o caminho para a mudança das mesmas, sendo este o papel do técnico interventor, capacitar as famílias e provocar a mudança.

Por sua vez, e concordando com até aqui descrito, a necessidade de formação, de supervisão e de avaliação torna-se num processo natural e efetivo para este tipo de intervenção, para Barrocas (2018, p. 48) *num cenário de intervenção em que a realidade não é estática e em que as famílias são confrontadas persistentemente com novos desafios, o técnico interventor precisa de ter ferramentas para conseguir constantemente re(inventar) a forma de intervir, (re)inventando-se ele mesmo na forma de pensar, atuar e de se relacionar com a família.*

- **o papel de sensibilização, de prevenção e um papel reparador:**

“Eu acho que o CAFAP tem um **papel de sensibilização**, eu acho que também é importante, integralmente de mais uma **estrutura de apoio** chamemos-lhes assim uma mais valia que poderá dar e que no nosso caso à escola mas à própria comunidade onde está inserido, acho que é essa a mais valia deles, a **estrutura de apoio, de auxílio**, é mais uma mais valia que temos (...) poderá ser um **bom parceiro**, ou um **bom recurso** para algumas situações (...).” (P8 Escola)

“Eu acho que se esse acompanhamento for bem feito, por exemplo, pode ser muito útil, em situações de crianças já mais crescidas ou na adolescência em que começa a haver um risco de comportamentos desviantes, haver um **acompanhamento em termos das práticas educativas**, haver um acompanhamento dos jovens, dos pré adultos (...) eu acho que aí pode-se **prevenir** muita coisa, o CAFAP pode ajudar muito lá está no acompanhamento destas famílias (...) pode ser útil para outras problemas da sociedade (...) vocês podem ter um papel muito importante na **prevenção de determinados comportamentos e de situações mais complexas** (...).” (P5 IPSS)

“O papel é muito de **elucidar e de sensibilizar** a família para (...) porque há coisas que falham e eles não estão a ver o porquê que falham (...) por vezes são coisas tão simples que o CAFAP pode **fazer toda a diferença**, e faz, temos aqui muitas situações em que a intervenção deles foi fantástica.” (P24 CPCJ)

O CAFAP sendo uma resposta especializada de serviço às famílias com crianças e jovens, e como explana a Portaria, encontra-se vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial com a promoção e o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias, assim, através desta potencialidade referida pelos participantes, podemos afirmar que o CAFAP cumpre com o que é esperado, tornando-se como benéfico na sua atividade com estas famílias, sensibilizando, prevenindo e reparando situações como as expressas.

- **e, a prática de intervenção colaborativa e articulada com a rede e com os parceiros:**

“Do ponto de vista concreto deste CAFAP tenho uma opinião muito positiva, são **atentos**, estão **disponíveis**, **partilhamos informações**, **trabalhamos efetivamente em conjunto** e essa é a maior mais valia que no fundo (...) não funcionamos se tivermos capelinhas e aqui com o CAFAP com quem nós estamos a trabalhar efetivamente existe uma **boa articulação** e um bom o trabalho, tenho uma boa opinião deles. (...) é o permitir a articulação entre diversas entidades, o trabalho mais no terreno e sobretudo trabalhar questões da própria autoestima das famílias.” (P15 CA)

Como podemos ver ao longo das potencialidades descritas, o CAFAP permite uma relação de proximidade, de ajuda, de apoio e de suporte, é disponível tanto para as famílias como para as entidades que articulam consigo (parceiros), acreditam nas potencialidades das famílias disponibilizando ferramentas, conhecimentos e estratégias para melhorarem a qualidade da dinâmica familiar e a própria parentalidade positiva, o facto de haver multidisciplinaridade na equipa técnica permite várias perceções da situação focalizando assim a intervenção, mas tudo isto que podemos observar só é possível se a Família – agente de mudança – estiver disponível e apta para que tal aconteça porque como foi descrito numa das entrevistas:

“É muito importante e vou ser rápida, é muito importante e se as famílias souberem aproveitar essa mais valia melhor, se não souberem aproveitar é para esquecer porque de facto pode, intervimos nós, intervém o CAFAP, intervém a pessoa, **a pessoa é que é o motor da mudança se a pessoa não quiser nunca vamos conseguir nada** porque pode haver uma legião de pessoas a tentar que aquela família vá pelo aquele sítio se a pessoa não quiser não vale a pena (...).” (P11 IPSS)

Uma das potencialidades que devemos ter em conta neste acompanhamento familiar específico, mas objetivando servir como uma resposta para outras intervenções em contexto familiar, é a questão de saber acreditar nas famílias elevando as potencialidades, as suas forças e competências.

Não nos podemos esquecer que a grande maioria das famílias detêm competências, mesmo com as dificuldades e desafios do seu dia a dia, no entanto, o que as obstrui de alcançar um desenvolvimento estável e saudável prende-se com o facto de se encontrarem bloqueadas pelas suas competências, ou seja, não detêm os conhecimentos e aptidões necessárias para fazer face à resolução dos desafios com que se deparam.

Assim, e tal como se tem vindo a defender através das perspetivas sistémicas, todas as famílias possuem competências e recursos, o que nos leva a olhar para o conceito de famílias multidesafiadas e consequentemente a posicionar-nos na mudança de perspetivas do conteúdo para o processo, do problema para a solução, do défice para a força e do risco para a oportunidade. O conceito de desafio sublinha que todos os obstáculos convidam à reorganização e ao crescimento (Walsh, 1998). Por seu turno Guerra (2006) defende que num

contexto complexo deve deslocar-se a atenção do paradigma da «resolução dos problemas» para a atenção aos problemas dos processos de interacção múltipla, aceitando que os problemas são uma «construção social» permanente num contexto complexo, de grande incerteza, cuja «orientação» pertence a um colectivo de atores em interacção. (Barrocas, 2017, p. 16)

É, também, saberem colocar-se no lugar do outro, no lugar da Família, não haver uma relação vertical, mas sim horizontal, é não terem intervenções padrões, cada Família é uma Família, e cada intervenção responde às diferentes necessidades das diferentes famílias, é necessário explorar todas as áreas descentralizando um pouco do nosso foco de intervenção – problema -, e perceber o contexto, as causas que levaram/motivaram a sinalização e como surgiram estas causas. Como referem Almeida, M., Ferreira, M., Souza, P. e Serrão, C. (2016, p. 61):

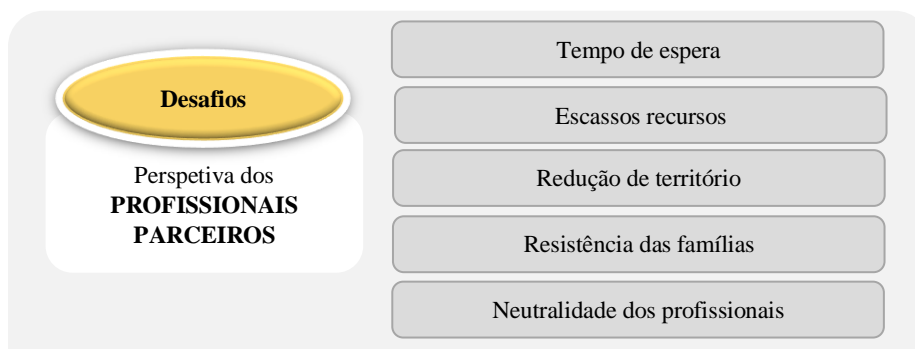
Valorizar uma intervenção focalizada nas competências das famílias e na busca de autonomia pelos membros que as constituem, é uma estratégia de capacitação das famílias (...). Nesta abordagem, as famílias têm o poder de decidir a mudança em si mesmas e os interventores, enquanto elementos ativos e em constante relação com as famílias, funcionam como catalisadores de mudança. Pretende-se, assim, aliar as competências da família e as competências dos profissionais, numa ação co-construída, “onde a família e o interventor, num só sistema, co-criam novas soluções” (Andersen, 1995, citado por Alto, 2010, p. 14).

Como tal ao elevar as potencialidades e reduzir as fragilidades das famílias faz com que estas vejam ali uma entidade que finalmente não as julga, que não as censura, que as vai ajudar porque possivelmente cria empatia e pode confiar. Não nos podemos esquecer que muitas das vezes estas famílias são multintervencionadas e/ou multiassistidas, que vêm desacreditadas e desmotivadas, e muitas entidades que intervêm com famílias são incapazes de ver as suas forças e potencialidades, como refere Santos (2012, p. 32):

Uma das tendências do sistema de proteção de crianças é centrar-se maioritariamente no objetivo de proteger as crianças, sendo por vezes incapaz de identificar as forças inerentes ao sistema familiar (Austin, 2005; The National Technical Assistance and Evaluation Center, 2008). As potenciais ameaças à segurança das crianças e os fatores de risco identificados, que estão presentes em algumas famílias, assim como o fato de estas famílias não procurarem voluntariamente os serviços (p.e., De Jong & Berg, 2001; Trotter, 2006; Carpeto, 2008), sendo frequentemente vistas como resistentes ou não colaborantes, são desafios que podem interferir na aliança de trabalho desejada entre o profissional e a família (The National Technical Assistance and Evaluation Center, 2008). Uma relação de natureza voluntária entre famílias e serviços coloca-as numa posição ideal para que se possam alcançar mudanças positivas e consistentes (State of Victoria Department of Human Services, 2003).

Por sua vez, os desafios do acompanhamento familiar prestado pelo CAFAP na perspectiva dos profissionais parceiros (Fig. 16) são uniformes no que toca à perspectiva, ou seja, as perspectivas não fogem muito uma das outras sobre os desafios.

Fig. 16 – Desafios do CAFAP na perspectiva dos profissionais parceiros



Fonte: Elaboração própria (2018)

Como tal destacam-se três grandes desafios: o **tempo de espera**, os **escassos recursos** e a **adesão/aceitação das famílias**.

- **o tempo de espera, não haver resposta atempadamente:**

“(…) os constrangimentos é em termos de **recursos** porque é aquela questão do tempo, porque ficam muito tempo pendentes foi o que eu expliquei, no tutelar cível essencialmente acaba-se por se perder, porque eles têm de decidir num curto **espaço de tempo** e depois quando eles pegam no caso já é tarde, já estão outras coisas decididas (…) a questão também da **área geográfica** (…)” (P2 Tutelar Cível)

“**Não conseguirem dar resposta atempadamente** (…) às vezes fica em lista de espera uma família e quando o CAFAP tem possibilidade de intervir a situação já está completamente alterada e aí se calhar já nem se justifica a intervenção (…) é **muito demorado**, as coisas têm de ser feitas na altura, depois já não é possível.” (P22 CPCJ)

“A nível de constrangimento é ao nível da equipa, da quantidade possível de trabalho que podem apresentar (…) a dimensão é que é pequena para o **âmbito territorial** que nós temos, por isso eu acho que mereciam um reforço da equipa para puderem trabalharem com outra folga (…) o **tempo de espera** é muito e as situações de limite acabam por chegar a um limite tão grande e agudo (…) os desafios é mesmo **umentar a capacidade de resposta**, para abranger não só o perigo mas trabalhar o risco de **forma precoce** (…)” (P21 CPCJ)

Esta questão da resposta em tempo útil, pela partilha e observação feita, é um desafio constante no que toca às intervenções com famílias, sabemos que os recursos humanos dentro das instituições não são os suficientes para darem resposta aos pedidos solicitados, sabemos que há um grande volume processual e o que está

legalmente definido talvez careça de ajustes ao nível da capacidade de famílias vs. número de profissionais vs. solicitações. Isto, por forma a responder em tempo útil àquilo que são as necessidades da Família no momento, existindo prioridades para a seleção dos processos a intervir (ex. a idade das crianças e/ou jovens, a gravidade da situação, etc.) devemos prevenir e evitar que haja famílias à espera de intervenção.

Desta forma, o tempo de espera poderá ser substancialmente reduzido com o aumento do número de profissionais competentes na área, criando condições para que as respostas como a do CAFAP consiga satisfazer as necessidades da Família em tempo útil, de forma precoce e imediata, visto que as famílias estão em constante mudança, tanto podem evoluir positivamente e não precisarem dos apoios e serviços, mas pode acontecer o inverso, evoluírem negativamente, e as situações devem ser respondidas no momento para que não se propaguem no tempo.

- **os escassos recursos, nomeadamente, a redução de território:**

“Constrangimentos que me parecem, eu realmente tenho ideia do trabalho que temos tido com eles, com a **falta de recursos**, a **falta de meios** e de **tempo** que vão tendo, é mais nesse sentido que eu noto que eles às vezes queriam ir mais longe, ou por falta de **meios pessoal** ou de outro tipo de situações que não conseguem abranger tanto como gostariam ou como às vezes o são solicitados para o fazer.” (P8 Escola)

“Os constrangimentos é **funcionarem na escola**, não terem nenhum **espaço** na escola só para eles, eles apenas são um organismo externo que vem, sentam-se numa sala ao fim de 45/60 min saem, só isso (...)” (P7 Escola)

“É um bocadinho o que te estava a dizer antes, a **acumulação de funções**, de papéis, do **número de técnicos disponível para as funções que existem** (...) ou seja, este acumular de funções existe porque não há número de pessoas, de recursos humanos suficientes para desempenhar as funções. (...) O facto de termos clientes obrigados (...) também é um desafio sabermos transformar um cliente obrigado num cliente voluntário ou, pelo menos, disponível, (...) o **trabalho em equipa** é um desafio mas é super importante e uma das potencialidades dos CAFAP’s mas, por outro lado exige muito de nós (...) sempre na base das relações, a relação que se tem criado se há alguns constrangimentos, acho que o facto de para cima, superiormente, parece-me que não há um apoio, não há uma hierarquia ou uma organização, no papel pode estar escrita mas depois na prática parece-me que os CAFAP’s estão um bocadinho desamparados (...) embora haja muitas iniciativas, há a Rede Nacional (...) isto tem de partir quase do **poder político**, tem de ser uma resposta social que o Estado tem de dar mas por outro lado **falta organização**, não que todos os CAFAP’s tenham de ser iguais. mas parece que nos falta uma “mãe” e um “pai” digamos assim.” (P10 CTFIS)

“A **falta de recursos**, não conseguir chegar e responder às necessidades todas e às famílias todas (...)” (P5 IPSS)

“A **redução de técnicos**, a **redução de território**, se calhar às vezes as próprias famílias não querem ser ajudadas e nem sempre facilitam o trabalho.” (P16 CA)

Este desafio – os escassos recursos – é outro dos desafios constantes do trabalho social, num estudo recente realizado por Barrocas (2017, p. 40) sobre outro CAFAP, podemos ver que este desafio também se encontra presente, *Os Recursos são insuficientes (50%) e desajustados no tempo (30%)*. A autora referida, também no mesmo estudo, aborda a questão da territorialidade da resposta, e este é um dos outros desafios aqui apresentados:

Muito embora alguns CAFAP que dão resposta ao concelho de Lisboa também dão resposta a outros concelhos limítrofes, é importante refletir-se sobre a otimização destes recursos, e alargar a sua cobertura a todo o distrito. (Barrocas, 2017, p. 43)

Podemos, assim, afirmar mais uma vez, que as respostas CAFAP encontram-se desadequadas e carecem de alguns ajustes a este nível, que ainda há um trabalho pela frente no que toca a este desafio, para Barrocas (2017, p. 49) *Os recursos são insuficientes e desajustados no tempo segundo as perceções dos participantes*.

- **a adesão/aceitação das famílias, o desafio da resistência:**

“O CAFAP não pode fazer milagres, não é? Se as famílias **não aderem**, não se consegue trabalhar ou eventualmente se a família não tem esta capacidade de reflexão, de pensar sobre si própria porque às vezes é muito difícil para estes pais admitirem as suas fragilidades portanto fecham-se (...) e não conseguem pensar sobre isto e pronto pode não haver esta capacidade de mudança e até mesmo por às vezes de delimitações cognitivas porque temos aqui muitos pais com delimitações cognitivas que não conseguem fazer este trabalho de reflexão e aí o CAFAP pode fazer algum trabalho, que tem feito, algum trabalho na melhoria das condições básicas, garantirem aqui rotinas básicas para as crianças mas depois outras coisas mais complexas não pode ir além da capacidade das pessoas, eu penso que estes são os maiores desafios, não é? A **adesão das pessoas à intervenção**. Mas eu acho que o nosso CAFAP tem aqui uma grande **capacidade de estabelecer relação com as pessoas**, elas estão sempre numa postura de **apoio com as famílias**, que estão ali para ajuda-las a melhorar, que não estão ali para criticar, que não estão ali para criarem uma situação de maior crise na família e ao mesmo tempo acho que no geral elas conseguem **estabelecer boas relações com as famílias** (...) neste caso deste CAFAP elas têm a **capacidade de relação** mas quando têm de chamar à atenção sobre determinados aspetos e trabalhar e dizerem *isto não está bem, não conseguiram, temos de trabalhar isto de maneira diferente*, elas fazem-no, mas eu conheço equipas de outros CAFAP’s que não fazem isto (...) eu acho que este CAFAP aqui de Santa Maria da Feira tem esta capacidade, estabelece uma **boa ligação** com as pessoas mesmo nas situações em que tem de ser um bocadinho mais críticas.” (P3 SATT)

“Eu acho que não é da parte deles as menos boas, continuo a dizer a mesma coisa (...) os **limites são as famílias** (...) atenção que não estou a culpabilizar

as famílias (...) e depois há um historial das famílias que também é importante porque se calhar não é aquele próprio casal que se está a trabalhar, eles têm os problemas mas se calhar formos a ver os antecedentes que fizeram com que eles tivessem aqueles problemas que tivessem hoje (...) e pronto a sociedade em si também que é muito castradora, muito reprovadora e muitas das vezes as famílias têm problemas e a sociedade faz com que elas ainda fiquem mais culpabilizadas então aí é que há uma revolta muito grande, e não se faz mesmo nada porque eles *não, se eu já estigmatizado, não vou melhorar, não quero saber.*” (P11 IPSS)

“(...) talvez também alguma **resistência dos próprios progenitores à intervenção** por desconhecerem potencial, por não se quererem expor em relação aos técnicos, ao nível da **colaboração** penso que também possa haver resistência, que eu penso que são superadas depois (...) penso que isso é superável mas pode haver essa resistência (...)” (P13 IPSS)

“Nós não podemos pôr que é difícil como um constrangimento que isso faz parte, dizer que é muito difícil trabalhar com famílias em crise não pode ser um constrangimento porque é uma inerência (...) da parte da família pode ser um constrangimento porque muitas das vezes a ajuda e o apoio pode resvalar para o **controlo** e isto é a parte menos bonito do apoio, alguém que poderá querer estar a mandar em nós, alguém que poderá querer estar a controlar, **a dizer o que devemos fazer e o que não devemos fazer** (...)” (P19 CA)

“Pode **não ter a aceitação por parte da família**, aquela família pode não estar tão recetiva, penso que não acontece muito isso (...) **falta de aceitação, elevado número de solicitações**, eu penso que é isso, eles estão muito sensibilizados com estas problemáticas todas, e têm mesmo esta apetência de trabalhar com as famílias, gostam mesmo de ajudar (...)” (P24 CPCJ)

“(...) para já é preciso haver uma **abertura por parte da família**, a família tem de aceitar aquela intervenção e às vezes as famílias não gostam desse tipo de invasão, dentro de casa, também não percebem o motivo, dão o exemplo de outras famílias que se calhar precisavam mais (...) outro dos desafio será **chegar às famílias** de forma a que eles compreendam a intervenção e adiram (...) deve haver aquele momento de desconfiança até depois confiarem na equipa (...)” (P23 CPCJ)

Este desafio aparece explanado no estudo de Barrocas (2017, p. 47) como um dos fatores constrangedores de sucesso na intervenção com famílias, constituindo-se como um desafio presente e duradouro na intervenção com famílias:

A adesão à intervenção também se constitui como fator constrangedor, na medida em que a maior parte das famílias intervencionadas pelos CAFAP encontram-se num contexto de involuntariedade, muitas das vezes mandatadas por parte do Tribunal. Pelo facto de serem famílias muito intervencionadas, tornam-se muito resistentes à intervenção, não aderindo.

A este propósito, segundo Riveiro, C., Sousa, L., Grilo, P., e Rodrigues, S. (2013, p.11),

Melo defende que,

Se a interacção profissional-família for colaborativa, se para ela confluírem diferentes saberes e disciplinas, tidos como diferentes facetas de uma só vida e concebidos como parte de um todo unificado, se se respeitar a sabedoria do

sistema familiar e as exigências do encaixe com o seu meio, talvez mais facilmente se crie uma rede que impulse os movimentos da família para a mudança (2011: 19).

- **e, a neutralidade dos profissionais, o seu envolvimento emocional, as suas expectativas e a frustração:**

“(…) a **neutralidade**, não sempre, mas por vezes, somos seres humanos e somos **tendenciosos**, portanto tens mais tendência em simpatizar com uma pessoa do que com outra, e uma coisa que tens de estar sempre, em alguns casos, a contrariar, porque nos baseamos muito na neutralidade (…).” (P9 CTFIS)

“Acho que como de toda a gente que trabalha com famílias, sobretudo com estas famílias de tribunal, das alineações parentais por aí fora, é serem apanhos no fogo cruzado e **se deixarem embrenhar** por estas coisas e portanto e depois deixarem de conseguir ver alguma parte da família com o seu potencial, acho que é isso e mais uma vez, os tais procedimentos de qualidade de monitorização, de acompanhamento, das reuniões e da supervisão, para conseguirem fazer isso.” (P14 Saúde)

“Talvez o facto de **criarem expectativas** na família que depois não lhe podem atender porque no fundo a família aceita-as nas perspetiva que se calhar eles nos vão trazer a solução, criar harmonia, e o final feliz de todos juntos e felizes e se calhar o CAFAP terá que lidar com algumas soluções com essa não solução e com a amargura de se não for bem aceite de desapontar as famílias.” (P15 CA)

“(…) é claro que isso depois tem muitos constrangimentos, devem de ficar **frustradas** e pensar que poderiam fazer muito mais (...) eu acho que acabamos por sempre querermos sempre fazer mais (...) o facto de também de se investir muito numa família e de se perceber que se investiu imenso e não se obteve resultado que era esperado, ou haver recuo, ou aquele sucesso que era esperado, isso também acontece, é como nas crianças e nos jovens que temos cá (...) às vezes em quem mais investimos parece que o ganho não era o esperado, mas isso também somos técnicos é para **sabermos lidar com essas coisas, não desistir**, somos **resilientes** e andar para a frente (...) e acho que é uma resposta que está aí para ter bastante futuro, acho que é uma árvore que ainda vai dar muitos frutos, esperemos (...).” (P17 CA)

“O **envolvimento** às vezes emocional que tem a ver tal e qual o nosso trabalho aqui, só com amor e com disponibilidade é que se faz este tipo de trabalho de qualidade e tudo isso tem os seus limites e nós não conseguimos saber quais são os seus limites, o limite para quem está de fora é um e para nós é outro (...) se for para aquela família ter sucesso tem de haver esse risco.” (P18 CA)

O desafio da competência interpessoal e profissional da neutralidade e da imparcialidade apresentado pelos profissionais pazeiros mostra-nos que de facto a interação e relação humana tem os seus obstáculos.

Por um lado, os profissionais devem criar empatia, uma relação de confiança, mas isto só é possível através da relação humana, da relação com o outro, de o escutar e ajudar a

chegar à solução para os seus problemas. Por outro lado, tem de haver o equilíbrio e/ou ser quase imparcial, o profissional deve ter uma atitude em que não deve tomar partidos, não deve criar e expressar os seus sentimentos, assim como expectativas sobre o processo e à intervenção realizada, para que esta não seja condicionada. É importante saber-se ser neutro, aceitando e valorizando a diferença, sabendo gerir conflito, no entanto no caso do trabalho social, e em específico no caso do papel do Assistente Social este compromisso entre ser-se neutro e estabelecer-se uma relação com as famílias é uma relação quase impossível e um desafio enorme pois parte do trabalho social tem como base as relações humana, o mesmo refere Sousa (2008, pp. 121 – 122):

Competência ético-política – o Assistente Social não é um profissional “neutro”. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista – relações essas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº 273/93), e que assumem claramente uma postura profissional de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade.

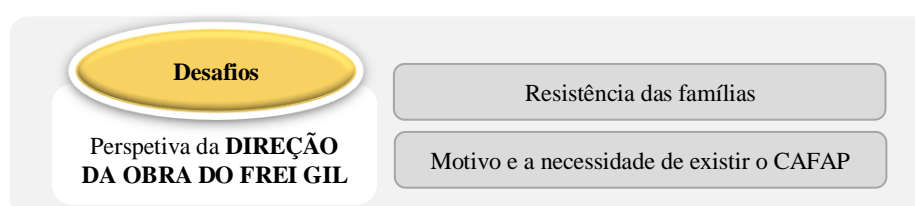
De referir que os parceiros destacam muito a intervenção do CAFAP e esta resposta como uma mais valia para eles e para o trabalho em rede, *ajustando os serviços e tornando o trabalho dos profissionais mais útil e adaptado às características das famílias* (Riveiro, C., Sousa, L., Grilo, P., e Rodrigues, S., 2013, p.24).

4. A perspetiva dos profissionais – Direção da Obra do Frei Gil

Para este estudo foi importante contar com a participação dos elementos da direção da “casa mãe” do CAFAP, a Obra do Frei Gil, compreender de que forma os elementos da direção, inclusive o presidente da Obra do Frei Gil, perspetivam esta resposta e como fazem o balanço desta, a nível das potencialidades e dos desafios.

Deste modo, podemos ressaltar como perspetiva destes profissionais sobre os desafios do acompanhamento familiar prestado pelo CAFAP, alguns dos que já foram enumerados pelos profissionais parceiros.

Fig. 17 – Desafios do CAFAP na perspetiva da direção da Obra do Frei Gil



Fonte: Elaboração própria (2018)

- a parte da **aceitação das famílias** e de **lidar com as situações que elas apresentam**:

“Na relação que se estabelece entre técnico e família radica o melhor e o pior do acompanhamento familiar, já que o **compromisso pode ser quebrado** a qualquer momento, sem que daí, segundo creio, resultem quaisquer “penalizações”. E todos sabemos como estas **ligações** podem ser muito ténues... ou, de um momento para o outro, transformarem-se em algo muito forte.” (Direção 2)

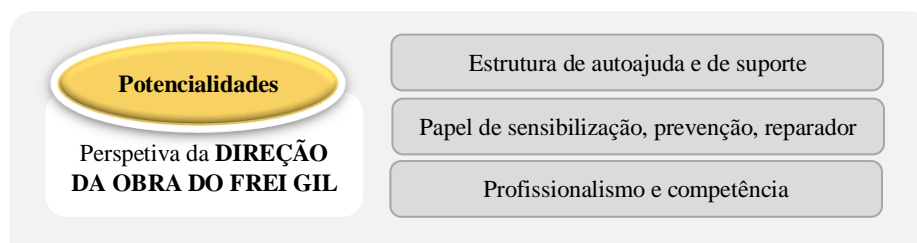
“O CAFAP tem a experiência e a formação adequada. Os desafios prendem-se com a **especificidade de cada caso** e da forma como encontrar solução para eles, como conseguir a **aceitação**, a **tolerância** entre as partes em conflito e conseguir motivar para a mudança.” (Direção 3)

- e do motivo e da necessidade de existir esta resposta:

“Os negativos são os inerentes à sua **necessidade**. O ideal é que não fossem necessários.” (Direção 1)

“A **existência duma resposta deste tipo deveria envergonhar-nos a todos**, pois, explicitando, é o exemplo acabado da maneira como a sociedade que construímos (não) cuida dos seus membros, atirando muitos deles às feras.” (Direção 2)

Fig. 18 – Potencialidades do CAFAP na perspetiva da direção da Obra do Frei Gil



Fonte: Elaboração própria (2018)

Como aspetos positivos do acompanhamento familiar prestado pelo CAFAP, destacam-se, mais uma vez, aquelas enumeradas anteriormente, ou seja, há novamente concordância de que as potencialidades seguintes são de facto uma mais valia do CAFAP existir:

- o facto de serem uma **estrutura de ajuda, de apoio, de auxílio e de suporte, fornecendo conhecimentos, ferramentas e estratégias, promovendo competências à Família para ultrapassar dificuldades e melhorar a qualidade da dinâmica familiar**:

“Uma família sinalizada é uma família com vulnerabilidades a diferentes níveis. Feita a **avaliação** e delineadas as **estratégias** a seguir, o papel dos técnicos do CAFAP será fundamental para, conseguindo o **empenhamento** da família,

tentar que todos os elementos que a constituem ultrapassem as dificuldades de comportamento e relacionamento dentro do núcleo familiar e com a comunidade onde se insere.” (Direção 2)

“É suposto que as famílias intervencionadas melhorem as suas competências pessoais, parentais e sociais.” (Direção 2)

“A família é a base de sustentação e construção da sociedade. A forma como se efetua a relação entre os seus componentes, como se transmitem e se constroem valores, são fatores essenciais para a preservação e sucesso da família, para o grau de desenvolvimento social de um país. A intervenção e acompanhamento do CAFAP às famílias de Santa M.^a da Feira tem contribuído para a melhoria das relações familiares em casos onde existiam dificuldades, o que contribuiu para a defesa de muitas famílias. A criação de condições de melhoria no processo educativo dos menores tem sido também um fator positivo.” (Direção 3)

- **papel de sensibilização, de prevenção e um papel reparador:**

“Evitar a destruição do futuro das crianças e jovens por completa alienação da responsabilidade dos adultos. Como positivo a obtenção de resultados.” (Direção 1)

“Não atuando a montante, que o faça, pelo menos, a jusante, promovendo o funcionamento deste tipo de respostas, para **minorar os danos** e contribuir para um **desenvolvimento mais equilibrado dos seus apoiados**, evitando-se que se engrosse o número de jovens a institucionalizar. Concretamente e não acompanhando tão de perto quanto gostaria ou seria até necessário, tenho nota e conhecimento que, de uma maneira geral, o CAFAP - Quinta do Ribeiro tem desenvolvido um **trabalho meritório**, que é reconhecido localmente, como o demonstra o destaque dado pelo município entre as suas instituições e o seu empenhamento na **deslocalização das instalações** e, talvez o facto mais saliente, a **existência de lista de espera** (de conotações contraditórias: sendo em si mesma um aspeto negativo, pois não deveriam existir pessoas a necessitarem de ajuda, é, do ponto de vista da instituição, um aspeto positivo, sintomático de que somos alguém que sabe fazer e faz bem).” (Direção 2)

- **e o facto de haver profissionalismo e competência:**

“No entanto, e como já disse, sendo um mal necessário, é importante que o trabalho seja feito com **profissionalismo, competência e sensibilidade**, mas também com a noção exata de que pode ser a última/única oportunidade que muitos/alguns têm.” (Direção 2)

“Faço balanço positivo. Há **bom empenho** da parte dos seus colaboradores e sempre que é oportuno procuram articular experiências com outras iniciativas semelhantes, o que é enriquecedor para o seu empenho. Tem havido um bom trabalho de apoio às famílias.” (Direção 3)

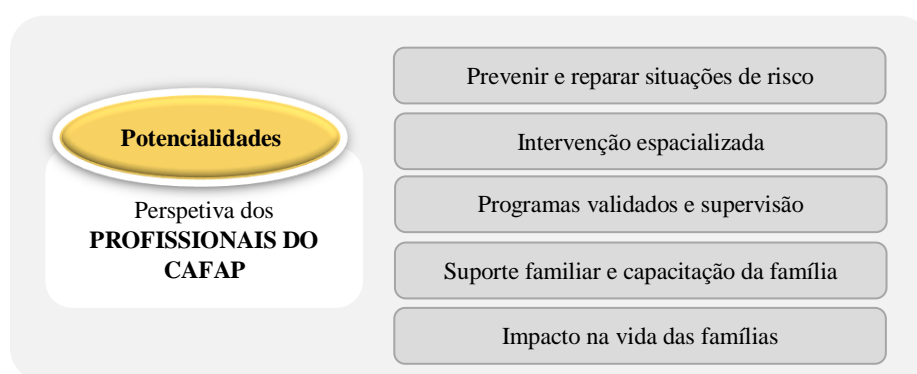
Como podemos observar, há consenso no tipo de perspetivas sobre o acompanhamento familiar prestado pelo CAFAP, tanto nas potencialidades como nos desafios deste. O que nos leva a afirmar que estas perspetivas comuns só enaltecem que a resposta

CAFAP é uma mais valia para a sociedade, para os parceiros e, fundamentalmente, para as famílias, ainda que possa existir espaço para melhoria.

5. A perspetiva dos profissionais – CAFAP – “Quinta do Ribeiro”

Passando agora para o foco de intervenção, o CAFAP, torna-se premente perceber se as perspetivas vão de encontro às já enumeradas ou se são apresentadas outras, sendo que o CAFAP para além de ser o contexto de estágio estudado, é a entidade que faz o elo de articulação para e com as famílias entre as entidades parceiras.

Fig. 19 – Potencialidades do CAFAP na perspetiva dos profissionais do CAFAP



Fonte: Elaboração própria (2018)

Podemos observar que existem perspetivas em comum com os profissionais parceiros no que diz respeito às potencialidades do acompanhamento familiar, como o papel de prevenção e reparação das situações de risco:

- **o prevenir e reparar situações de risco**

“Eu acho que o CAFAP é muito importante, nas famílias e principalmente na sociedade atual, porque o CAFAP **previne e repara** as situações de risco psicossocial das famílias e desenvolve as competências parentais, familiares, relacionais, sociais e educacionais das famílias e isso é muito importante, não só nas famílias multidesafiadas mas, também, nas famílias ditas normais porque todos temos desafios e nem sempre sabemos ultrapassá-los da melhor forma.” (Voluntária 1)

“(…) mas o CAFAP é muito importante no acompanhamento familiar porque vai **prevenir situações de risco e de perigo, vai promover um melhor exercício da parentalidade positiva** (...) o CAFAP também **avalia a dinâmicas de risco e de proteção das famílias**, os potenciais de mudança o que podem fazer para mudar, o CAFAP foca-se muito nas potencialidades da família e acho que isso é fundamental.” (Voluntária 1)

“Eu acho que o CAFAP tem aqui muitas potencialidades (...) hoje em dia nós percebemos que temos os pais têm a sua vida profissional, que se calhar não têm tanto tempo para dedicar aos seus filhos, podem ter alguns conflitos a nível matrimoniais, falta de tempo para dedicarem aos filhos (...) vivemos numa era

em que se calhar as pessoas não têm tanto tempo para investir numa qualidade de educação que depois vai ter repercussões mais negativas (...) portanto acho que a intervenção do CAFAP realmente é uma grande potencialidade no sentido de permitir que as famílias possam ou tenham **ferramentas para saberem lidar com as situações adversas** que já são sujeitas nas suas rotinas e no seu dia a dia.” (P5 CAFAP)

“Elas quando são encaminhadas até podem ter algum receio porque não nos conhecem, não sabem o que vão fazer, e se calhar já tiveram outras entidades a trabalhar com elas, e se calhar vão pensar que olha vem aqui mais outra para trabalhar connosco e pensam que vão fazer alguma coisa e não vão fazer nada, e eu acho que se as família tiverem disponibilidade realmente em comprometerem-se em estar com o CAFAP e em estarem a fazer as sessões acho que é uma mais valia para eles derivado ao motivo do encaminhamento (...) porque podemos ajudá-los (...) nas **emoções**, na **atenção positiva**, no saberem **lidarem com os filhos**, o **saber brincar**, o **saber estar e ouvir** (...) a relação entre pais e filhos e se calhar a relação entre o casal se assim for, a **relação familiar poderá ser diferente** (...) gostava que a quinta voltasse.” (P2 CAFAP)

Neste ponto torna-se importante referir a abordagem das práticas de intervenção positivas, ou seja, no CAFAP, como referido pelos vários participantes, é visível o papel de prevenção e de reparação de algumas situações dentro da Família, este papel assume-se como imprescindível neste tipo de intervenção em contexto familiar uma vez que reunimos as fragilidades e potenciamos as forças e os recursos das famílias, como referem Riveiro, C., Sousa, L., Grilo, P., e Rodrigues, S. (2013, p.31), as práticas permitem-nos “(...) *trabalhar no sentido de identificar e potenciar o melhor de cada indivíduo, família ou comunidade, numa perspetiva de prevenção e/ou superação, rumo a uma Sociedade onde o bem-estar e a equidade social são prioridades.*”

Outra das perspetivas em comum é a intervenção específica e especializada, os programas e a supervisão que existem no CAFAP serem credíveis e validados:

- **a intervenção especializada, programas validados e supervisão**

“O CAFAP tem muitas potencialidades, como tem uma **intervenção especializada**, os **programas são todos validados**, o CAFAP também tem sempre em **consideração a disponibilidade** da família tanto da atividade laboral, como das suas dinâmicas, o relacionamento da equipa técnica também é muito bom, e é essencial para toda a intervenção, o CAFAP também tem debates acerca das diversas situações e isso também (...) tem uma **intervenção estruturada e pensada com objetivos claros** (...).” (Voluntária 1)

“Eu acho que é disponibilizar um conjunto de **serviços e apoios, verdadeiros e práticos**, para a família.” (Voluntária 2)

“(…) a necessidade de **supervisão** nas várias modalidades do nosso trabalho, o **trabalho em equipa**, tento que dentro da nossa equipa todas as pessoas

consigam dar a sua opinião, consigam pronunciar sobre os assuntos (...) o facto de **as pessoas se sentirem ouvidas, incluídas** na opinião, de se puder expressar, eu acho que é importante numa tentativa de a gente se sentir numa pertença (...) acho que isso ajuda para que a gente cresça todos, cada um no seu papel, cada um na sua função, mas a gente cresce todos e isso faz com que a gente evolua (...) o trabalho em equipa, a **dupla de trabalho** acho que é fundamental na relação com as famílias (...) somos sempre de **formações base diferente** o que também é uma ajuda (...) os **programas serem programas maioritariamente validados** para nossa população, o serem **programas fidedignos na utilização** (...) são mais validados (...) gostaria de ter aqui outras áreas por exemplo, um educador de infância acho que eram áreas importantes aqui no CAFAP.” (P1 CAFAP)

“Ter **serviços diferentes e únicos** que outras respostas não o fazem (...) as outras intervenções que são feitas noutros serviços têm muitos juízos de valor, preconceitos, os técnicos têm muito por de trás isto, se calhar não metem a família num patamar igual para igual (...) eu acho que o CAFAP tentou mudar isso, tentou fazer para que isso não aconteça, temos muito mais cuidado com os juízos de valor, com as formas de pensar, por isto influencia muito depois a intervenção (...) os serviços são diferentes, nós trabalhamos em dupla, temos serviços que vamos ao **domicílio** que há muitos serviço, a maioria não vai, temos muito em conta a **disponibilidade** das famílias, ajustar os horários, somos muito **flexíveis** se calhar até de mais (...) isto depois acaba por depois condicionar também em termos de serviço, mas tentamos ir de encontro às necessidades das famílias, e temos tentado ter serviços que mais ninguém presta (...) a questão dos pontos de encontro é também algo que mais ninguém faz e **visitas supervisionadas** para além da segurança social (...).” (P3 CAFAP)

Nas potencialidades referidas pelos profissionais parceiros o facto do CAFAP ser uma estrutura de ajuda, de apoio, de auxílio e de suporte, fornecendo conhecimentos, ferramentas e estratégias para promover competências à Família para ultrapassar as adversidades e melhorar a qualidade da dinâmica familiar, podemos ver interligada com a perspetiva dos profissionais e voluntários do CAFAP, o que acaba depois por ter impacto na vida das famílias:

- **o suporte familiar prestado e a capacitação da família**

“No **suporte familiar** tem vários, dependendo das circunstâncias atuais de cada famílias, o CAFAP pode também **ter papéis de suporte diferentes**, se nós estamos perante uma família em que a criança não está lá, um conjunto de critérios para que a criança possa lá estar não estejam reunidos, o CAFAP pode fazer todo esse acompanhamento, numa situação de maior crise o CAFAP tem um maior contacto, tem 24 horas para as famílias, numa situação dessas (...) se estamos perante uma situação em que a criança está lá, algumas áreas não estão salvaguardadas no mínimo em que deveriam estar, então sim o CAFAP tem outro tipo de apoio para estar.” (P1 CAFAP)

“Nós pretendemos que as famílias sejam **autónomas** e que não precisem de nós para fazer as coisas e para serem **ativas**, ou seja, no fundo damos um **suporte**, mas em termos de **orientação de pensamento**, mas depois a operacionalização ser as famílias a colocar em prática.” (P3 CAFAP)

“Eu acho que as potencialidades é realmente puder **capacitá-las**, é puder ajudá-las a que elas se **autonomizem** que é isso que nós tentamos (...) o nosso grande objetivo é que elas **autonomizem naquilo que são as suas fragilidades e potencia-las fazendo com que essa fragilidade passe a ser uma força** (...) passar para um patamar de algum **equilíbrio** (...) aqui está-se à espera de um equilíbrio para que a criança possa viver o seu dia a dia nas várias áreas sem que haja estas discrepâncias .” (P4 CAFAP)

“(...) é aquilo que realmente as famílias necessitam, nós só temos a capacidade de haver aqui um **suporte familiar** a partir do momento em que as famílias notam que têm as suas características mas que não são detentoras de tudo, tal como nós também não somos, e a partir daí pode haver aqui um encaixe (...) às vezes é a forma como colocam em prática se calhar não está a ser a mais ajustada para as características daquela família e aquilo que nós fazemos em termos de suporte para a mudança é dizer *olhe você já fez assim e não resultou, se calhar essa não é a melhor forma de conseguir* (...) às vezes também têm haver com a inconsciência delas (...) nós damos esse conhecimento, elas têm esse conhecimento mas às vezes é saber colocar em prática (...).” (P4 CAFAP)

Na perspetiva das famílias umas das potencialidades que podemos conferir é a resiliência familiar para superar adversidades, o facto de os filhos puderem ter contacto com ambos os progenitores e a comunicação entre ambas as partes ser possível, podem observar estas potencialidades apontadas pelas famílias, como a potencialidade do impacto que o CAFAP tem na vida das famílias:

- **e, o impacto que tem na vida das famílias**

“O filho **regressar ao meio familiar**, preservar o filho em contexto familiar, nos pontos de encontro contribuir para que o filho **tenha relação** com ambos os progenitores (...).” (Voluntária 1)

“Aspetos positivos, eu acho que sim, da experiência que tive e que tenho como voluntária e da oportunidade que tive de ver ao longo da história do CAFAP, acho que a maior parte, grande parte, das famílias que encarou a vinda para o CAFAP como uma **oportunidade**, realmente saiu daqui mais feliz com ela própria (...) acho que **há ganhos para família** (...) e esses ganhos sempre foram quase ditos pelas próprias famílias e acho que esse reconhecimento, quando partilhado connosco é uma prova que realmente **as coisas correram bem**, é a **satisfação** com que as famílias saem com elas próprias (...).” (Voluntária 2)

“**Melhorar a situação familiar**, aquilo que os leva a vir para cá, e deixar as famílias mais felizes e mais satisfeitas (...) estar com os filhos, **os filhos não serem retirados**, porque eu acho que há poucas que veem para além desta parte mais visível, os outros tipos de ganhos eu acho que são raras as famílias que veem (...) os ganhos em termos do que é que mudaram, do que é que pensaram, que forma de estar, acho que há famílias que não conseguem ter essa perspetiva, mas ganham, mas melhor, eu acho que as famílias sabem o que aconteceu, que mudaram alguma coisa mas não sabem o que, não têm essa consciência (...).” (P3 CAFAP)

“Eu acho que as potencialidades que nós temos é acima de tudo o **respeito pelo outro**, o puder **escutar** e ter respeito pelo outro, e a partir daí o resto vem um

bocadinho, a motivação que nós também temos e depois transpormos para as famílias (...) o respeito pela família, de os puder ouvir e ter a visão deles, que é um dos grandes potenciais do nosso CAFAP, e depois acho que é a questão da motivação independentemente da situação.” (P4 CAFAP)

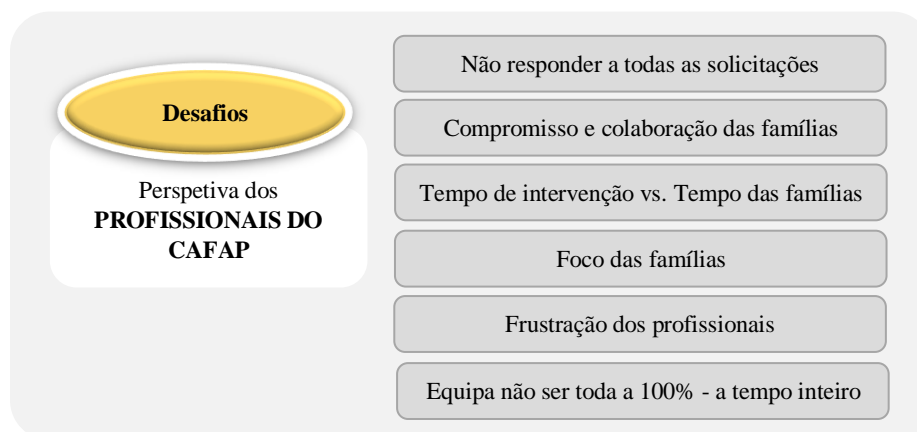
“Tentar **ajudar as famílias a serem melhores**, a estarem mais juntas, a conhecerem-se, a **comunicarem**.” (P2 CAFAP)

Neste ponto, encontra-se presente a questão da relação de confiança que é estabelecida entre interventor-parte intervencionada, o facto dos profissionais do CAFAP acreditarem nas famílias e transmitirem isso mesmo, não julgando e respeitando-as, criando espaços de abertura e de transparência, faz com que se criem condições para que a intervenção seja bem sucedida e com um impacto positivo na vida destas famílias.

A transparência e o não julgar foram os valores mais referidos pelos participantes, seguidos do respeito, integridade, isento de preconceitos e proximidade. Numa abordagem 45 que se queira colaborativa, em que a família se constitui como co-interventora no seu próprio processo interventivo, a transparência é fulcral em todas as fases do processo, já que resulta da relação empática e de confiança que o interventor consegue estabelecer com a família no primeiro momento do contacto. É neste contexto que o respeito nasce, da consciência do valor da percepção do outro e se manifesta num comportamento de atenção ao outro, obtendo a sua colaboração (Sousa, L. & Ribeiro, 2005). (Barrocas, 2018, pp. 44-45)

Como podemos observar as potencialidades apontadas pelos profissionais do CAFAP vão ao encontro às apontadas pelas famílias e pelos profissionais de entidades parceiras, existindo assim um consenso naquilo que são as potencialidades do acompanhamento familiar prestado pelo CAFAP. No entanto, no que toca aos desafios, existem aspetos que se acabam por ligar aos já descritos.

Fig. 20 – Desafios do CAFAP na perspetiva dos profissionais do CAFAP



Fonte: Elaboração própria (2018)

Os desafios que se destacam pelos profissionais do CAFAP são:

- **não responder a todos os pedidos**

“Olha um desafio grande enquanto profissional é alguma capacidade que a gente vai ganhando ao longo do tempo, de perceber que **nós não podemos dar resposta a tudo**, perceber as nossas limitações enquanto profissionais e limitações enquanto pessoa e profissional e dos meus conhecimentos, mas da própria resposta do CAFAP, o **CAFAP não pode abranger todos os pedidos que nos são feitos**, o CAFAP não tem capacidade para responder a todos os pedidos que o tribunal nos pede em termos de intervenção, nós não sabemos intervir em todas as situações em que o tribunal nos pede, e isso condiciona mas é uma realidade, a gente a percebermos do que é que eu sou capaz enquanto profissional também me torna um profissional um bocadinho melhor, percebendo eu que não posso ir fazer psicodrama com aquela família porque não tenho formação, não é uma área que me sinta confortável, (...) mas se eu souber que aquilo poderia ajudar a família a ser melhor, se eu perceber a minha limitação, se eu tiver conhecimento disso, eu posso se calhar ajudar, só o facto de eu não intervir com a família, mas já pode ser uma grande ajuda (...) do que estar aqui a alimentar intervenções que podem não fazer grande sentido.” (P1 CAFAP)

- **a indisponibilidade, a falta de compromisso e o estado em que as famílias chegam ao CAFAP**

“Pode ser negativo no sentido de as famílias **não conseguirem aceitar** tão bem o nosso papel, algumas famílias podem vir **fragilizadas** (...) às vezes não vêm com a ideia muito aberta, e **não conhecem o trabalho do CAFAP** (...).” (Voluntária 1)

“Os desafios que eu sinto é realmente as pessoas, às vezes as famílias que nos chegam já chegam um bocadinho num estado muito **desgastado** de intervenções e a gente contruir esta relação de confiança leva muito mais tempo do que quando as famílias nos chegam cá ainda numa fase menos intervencionada, ou o conflito não está tão presente ainda, e acho que o momento em que é proposto a intervenção do CAFAP por outras entidades é fundamental também para o sucesso da família, e isso não é uma coisa que depende de nós enquanto equipa, que nos faz aqui é perceber que as famílias chegam aqui já muito saturadas das intervenções e até desacreditadas que alguma coisa possa resultar com eles.” (P1 CAFAP)

“Se nós formos capazes de chegar às necessidades da famílias depois as potencialidades é realmente a gente saber lá chegar ao cerne da questão e a partir daí começar-se a abrir os leques de opções às famílias, e as famílias conseguem ver essas opções e conseguem experimentar, isso é o que eu acho o grande desafio, os limites é às vezes esta **questão da aceitação**, vêm **imposto**, vêm **contrariados**, alguns também acham que somos nós que vamos tirar os filhos, alguns preconceitos já conseguidos, coisas que a gente nunca fez aqui mas as pessoas acham que se faz (...) acho que é uma resposta que me permite a mim enquanto profissional ter oportunidades de experimentar várias coisas, é um contexto sensível e delicado, mas que ao mesmo tempo eu tenho aqui um contexto muito permeável à inovação, ao puder experimentar várias estratégias de intervenção, estar sempre nessa procura (...).” (P1 CAFAP)

“Às vezes o **compromisso** delas, dizerem que estão disponíveis e depois isso não acontece (...) a **comunicação** também é difícil (...) às vezes é difícil elas

confiarem em nós para falar connosco, eu acho que no início estão ali, dizem que sim, vão falando algumas coisas mas não abertamente e não dizem tudo aquilo que nós gostássemos que dissessem, com o tempo, com as sessões e com as dinâmicas e com aquilo que nós vamos transmitindo e vamos dizendo, elas vão falando (...).” (P2 CAFAP)

“(...) a **indisponibilidade**, o dizerem que sim que estão disponíveis e depois muitas aparecem mas entre estar e não estar é a mesma coisa, ou não comparecerem, (...) nós muitas vezes deixamos atividades ou coisas para as famílias para fazerem durante a semana (...) e eles não fazem (...) e eu acho que isso acontecesse mais quando são adolescentes, ou os filhos são crianças os filhos incentivam ah vamos fazer a atividade, quando são se calhar jovens não estão tão disponíveis e não fazem (...).” (P2 CAFAP)

Um dos desafios que entronca no anterior é o facto das famílias que chegam ao CAFAP virem de sucessivas intervenções sem sucesso, são famílias multiassistidas, que se encontram saturadas de tantas intervenções e encontram-se desacreditas que algo vai ser possível mudar. Riveiro, C., Sousa, L., Grilo, P., e Rodrigues, S. (2013, p. 19) referem o mesmo:

A frágil experiência de acontecimentos positivos permite compreender as dificuldades em confiar que os serviços lhes podem ser úteis ou poderão reconhecer as suas necessidades, dificultando o envolvimento e retenção das famílias nos programas de apoio.

No entanto as famílias comprometem-se com a intervenção, por vezes contrariadas, mas comprometem-se e quando isso acontece, por norma, são intervenções impostas, judiciais, ou seja, é visto para a Família como uma obrigação porque é um pedido de intervenção do tribunal. Este ponto, do compromisso e da colaboração na intervenção entre CAFAP e Família, está ligado com o seguinte.

- **o tempo da intervenção vs. o tempo das famílias**

“Acho que às vezes é o **tempo**, eu acho que sinto que as pessoas são **forçadas** em resolverem algumas questões num tempo em que o CAFAP impôs, o CAFAP quer resolver isto, tem x tempo, a família tem x tempo, não podemos andar aqui eternamente com os processos, acho que as coisas são apressadas, o ritmo das famílias é apressado (...) é o tempo, o ritmo que se exige às famílias para a mudança.” (Voluntária 2)

“(...) o respeitar a família, o **seu tempo** também, às vezes nós temos timings e informações para dar mas acho que acima de tudo é respeitar a família e não ir lá só para avaliar, às vezes temos de fazer avaliações mas não no sentido de ver o que ela está ali a fazer, o que não está a fazer, se a casa está arrumada ou se está limpa, não eu acho que se respeitarmos a família e o tempo, a nossa intervenção consegue ser de outra forma (...).” (P2 CAFAP)

Para haver mudança é necessário que as famílias acreditem no CAFAP, mas essencialmente que acreditem nelas próprias, sendo elas o próprio agente da mudança, no entanto tudo isto leva tempo. O tempo de intervenção nem sempre é o suficiente para isso acontecer, não acompanha o tempo das famílias, as famílias precisam de interiorizar que o CAFAP está ali para ajudar a melhorar o ambiente familiar, as dinâmicas familiares e que tudo o resto vem pela própria colaboração da Família.

Outro obstáculo à sua implementação centra-se nas características do próprio processo de ajuda colaborativa que acarreta a mobilização dos envolvidos na intervenção, exigindo tempo de negociação entre profissional e cliente (na definição dos objetivos e estratégias para a mudança) e compromisso para manter relações estendidas no tempo. Adicionalmente promover mudanças a longo prazo, apesar de desejável, assume-se como uma meta pouco popular em termos políticos, podendo ser vista como mais dispendiosa e morosa do que o desejado (McMillen, Morris & Sherraden, 2004). Riveiro, C., Sousa, L., Grilo, P., e Rodrigues, S. (2013, p. 25)

- **a descentralização do foco das famílias**

“Eu acho que as maiores dificuldades têm sido na mediação familiar (...) quando nós trabalhamos numa preservação ou numa reunificação nós estamos a trabalhar para a família e esta família normalmente já está unida enquanto nós estamos numa mediação nós estamos a gerir uma família que se desestruturou, ou seja, eles não estão a pensar como família, eles estão a pensar como uma parte em que realmente quero fazer o melhor e não pomos nada em causa para o meu filho, mas eles não se conseguem encaixar como uma família e então existindo um conflito que existe sempre e da forma como eles nos têm chegado a minha maior dificuldade aqui no CAFAP tem sido essa (...) eu acho que tem haver com a **dificuldade deles conseguirem focar na criança** única e exclusivamente, sabendo que aquilo que nós sabemos que eles vêm para cá e não pomos em causa que eles gostem dos filhos, o facto de haver aqui um conflito mal resolvido faz com que eles não se consigam focar só nos filhos, enquanto que as outras famílias em que nós estamos a trabalhar outras áreas estão focadas nos filhos e ao estarem focadas nos filhos conseguem perceber que *eu faço daquela forma mas se calhar aqui nunca tinha pensado que poderia fazer diferente*, por muito que nós tentemos focar nos filhos há sempre este que nós chamamos o mini foco mas de repente, e nós andamos assim (...) e nós temos debatido com isso, porque mais de metade do tempo da intervenção familiar muitas vezes não é para se estar a tratar efetivamente de assuntos da criança é coisas que a mãe ou o pai não fez, e nós temos de estar a gerir este conflito, e o que é suposto é que este conflito já tivesse de alguma forma resolvido e eles tivessem aqui só exclusivamente para trabalhar esta questão, e continuo a achar que eles chegam aqui num patamar que não é possível a mediação (...).” (P4 CAFAP)

- **a frustração dos profissionais, incapacidade de não haver mudança**

“Às vezes é **frustração**, é ficar irritada ou o estar à espera de uma mudança ou estar à espera de alguma coisa daquela família e aquilo não acontecer, a expectativa agora não tanto mas no início vivia mais o problema e as questões da família, agora nem tanto, agora sei que se, e isso aprendi mais no MAIFI com a

Ana Melo, que se a família não mudou, não quer, a culpa não é a nossa, nós fizemos o nosso trabalho se eles não querem é porque o tempo não é aquele e não querem aquilo para família deles (...).” (P2 CAFAP)

“Acho que a nossa intervenção passa muito pela questão, que nós gostaríamos que fosse, que passasse muito pela **mudança de pensamento** e não só numa vertente de primeira ordem, de primeira linha que é **mudarem comportamentos**, nós queríamos que as famílias **refletissem** porque é que é importante mudar de comportamentos, eu acho que mudar de comportamentos é fácil e acho que há muitas famílias que sabem o que devem de fazer e como fazer, e isto melhora mas melhora numa primeira linha, porque depois se voltarem a acontecerem coisas, muitos desafios, muitas coisas complicadas, voltam ao registo anterior, o que nós gostávamos que a família fosse capaz de fazer era, mudar ou tentar mudar formas de pensar (...) para depois terem impacto no comportamento (...) e não mudarem porque tem de ser, porque é assim que dizem.” (P3 CAFAP)

“Eu acho que às vezes é conseguirem **chegar ao pensamento que nós queríamos que eles cheguem**, e às vezes é preciso, dependendo das famílias que nós temos, é preciso utilizar **linguagens** diferentes, é preciso às vezes **persistir** entre aspas e explicar às vezes várias vezes que eles não estão a conseguir a perceber às vezes aquilo que nós queremos eu acho que é nós descermos ao nível deles (...).” (P4 CAFAP)

- **a equipa não estar toda a 100% no CAFAP**

“A questão dos horários acaba por depois condicionar, acaba por ser um desafio porque nós também temos as nossas famílias, e muitas vezes andamos aqui a reajustar horários e as famílias faltam, (...) somos muito disponíveis e às vezes acabamos por prejudicar pessoalmente por isso (...) depois a questão das planificações e das sessões de prevenção, como é em dupla e o facto de não **estarmos todas a 100%**, de não estarmos todas os dias todos, não nos encontrarmos todos os dias, às vezes as planificações são feitas mas podiam ser melhor se tivéssemos mais tempo, às vezes a nossa intervenção beneficiaria mais ou seria até mais rápida se nós conseguíssemos agilizar melhor entre a dupla (...) devíamos de ter mais **formação especializada**, apesar de que nós até temos procurado mas isto depois também implica questões pessoais, **questões financeiras**, e nem sempre realmente é possível também acho que beneficiaríamos mais se fossemos procurando mais formação especializada em determinados pontos, por exemplo na formação parental, na intervenção com as famílias, outros tipos de programas, outros tipos e formas de avaliar (...) que nos ajudasse a ter uma intervenção mais qualificada.” (P3 CAFAP)

“Os nossos desafios é o conseguir muitas vezes quando as famílias nos dificultam o processo é nós pudermos reverter essa situação para ser fácil, que nem sempre é possível, mas às vezes é, e eu acho que às vezes nós temos conseguido fazer isso, é mostrar-lhes outras visões, e partir daí eles poderem mudar ou não (...) ao CAFAP eu acho que realmente **nós termos aqui profissionais a 100% seria uma mais valia**, estarmos mais tempo cá, poderia ser um desafio que poderia ajudar ainda mais as famílias, e acho que em termos de organização de equipa eu acho que nós poderíamos melhorar um bocadinho (...) é para sentar é para fazer isto, o resto fica para trás, qual a nossa grande dificuldade, é que para nos sentarmos e para pudermos gerir melhor as coisas há famílias que vão ficar para trás (...) dado que nós não temos o tempo, nós

teríamos de reduzir na questão das famílias (...) ao aumentar mais profissionais aumentam mais famílias e aí nós voltamos sempre ao mesmo (...) uma coisa que a nossa instituição tem de bom é que sempre que nós pedimos uma formação ela raramente é negada, conseguem perceber a importância necessária.” (P4 CAFAP)

Podemos observar que a intervenção do CAFAP tem potencialidades para as famílias, para a comunidade e para quem articula com o serviço, mas ainda há coisas a melhorar para que a intervenção seja bem-sucedida. Assumimos que o impacto que o CAFAP tem nas famílias deve-se sobretudo à relação de confiança, no entanto, existem outros aspetos inerentes aos profissionais e ao trabalho com famílias, Santos (2012, p. 32):

Sousa e Rodrigues (2008) identificam alguns fatores, ligados aos técnicos que acompanham as situações familiares, que parecem influenciar positivamente o sucesso da intervenção com famílias em situação de vulnerabilidade: promover o apoio material (subsídios, alimentação, apoio jurídico, psicológico, etc.) e prático (p.e., ajudar a compreender a ligação entre ações e consequências); ser flexível (p.e., em termos de horário, de linguagem, promover encontros com as famílias em contextos mais informais); promover a reciprocidade, apreciando o cliente e sendo informal (p.e., colocando-se numa posição de igualdade, de quem tem conhecimentos, mas que também pode experimentar problemas e dificuldades em os resolver); disponibilizar de tempo para se envolver numa intervenção intensiva e prolongada (tendo em conta que as famílias vulneráveis experienciam problemas crónicos a longo prazo, necessitando de uma intervenção também prolongada [Summers and McMann, 1997, cit. por Sousa & Rodrigues, 2008]); Construir uma relação de confiança (a qual depende de todos os fatores anteriormente descritos). Para além do estabelecimento de uma relação empática e de confiança entre o profissional e a família, Dawson e Berry (2002) salientam a importância de ajudar as famílias a construir e manter redes de apoio social, como fatores determinantes para uma maior eficácia de algumas intervenções e na consistência das mudanças comportamentais e ao nível do estilo de vida. Reforçam também como relevantes para o envolvimento das famílias, a construção de objetivos comuns, a disponibilização de serviços que os clientes consideram necessários e de apoio, a focalização nas competências das famílias, o passar tempo suficiente com as famílias e o possibilitar o acesso aos recursos necessários, implementados de forma não punitiva e com o objetivo de apoiar as famílias.

Deste modo, a postura que os profissionais do CAFAP têm com as famílias é determinante para o desenvolvimento da intervenção. O saber numa perspetiva ecosistémica e transdisciplinar, de qualidade relacional e de capacidade humana e profissional, torna-se impreterível para compreender as situações e intervir de forma justa e eficaz.

É indispensável e, também necessário, transformar a relação dos profissionais que trabalham com famílias com uma nova linguagem orientada para as forças, potencialidades e recursos existentes nestas, criando relações baseadas na confiança, na

transparência e na colaboração, valorizando e co construindo formas de atuação inclusivas, emancipadoras, participativas e que motivam as famílias de forma positiva e ativa nos seus próprios processos.

CONCLUSÃO

Por último será apresentada a conclusão, onde será abordada a globalidade deste trabalho que teve como objetivo compilar e articular as etapas metodológicas percorridas no decorrer do estágio curricular de mestrado, estabelecer uma ligação coesa entre os diferentes fundamentos teórico-práticos apreendidos, bem como, refletir acerca das potencialidades e dos desafios relativamente ao acompanhamento familiar e intervenção prestada pelo CAFAP da Obra do Frei Gil.

A intervenção em contexto familiar, tal como reconhecido em vários estudos e investigações e pelos profissionais que diariamente nela se incluem, é complexa pela multiplicidade de transformações existentes na Família e pela relação que estabelecem entre si. Já começam a existir estudos no sentido de que as intervenções promovam resultados mais favoráveis ao nível das competências, das capacidades e das dinâmicas familiares, assim como, das suas condições de vida e de bem-estar. Também, já começam a existir alguns estudos sobre a intervenção dos CAFAP e de que forma estes potenciam ou não as famílias. No entanto, o que motivou a estagiária a fazer o presente estudo deve-se ao facto dos estudos existentes abordarem só uma modalidade do CAFAP, preocuparem-se só com as perspetivas dos profissionais e raros são aqueles que se preocupam em elencar as perspetivas dos vários atores de intervenção, assim como, da parte intervencionada - as famílias acompanhadas nas várias modalidades.

Partindo dos objetivos específicos iniciais, estes serão respondidos seguidamente, tendo por base o percurso e contexto de estágio, a observação, as entrevistas e o fluxograma (apêndice III):

- **Compreender o desenho de procedimento de intervenção caracterizando-o e avaliar o modo como se concretiza o acompanhamento familiar**

Numa primeira fase para se perceber como se realiza o acompanhamento familiar é necessário perceber como a Família chega ao CAFAP. A Família chega ao CAFAP através de uma ficha de encaminhamento interna do CAFAP, em que os profissionais parceiros do CAFAP - entidades que sinalizam – o preenchem, onde deve constar informação assim como documentação, no caso de não constar solicita-se à entidade de forma a clarificar o pedido, no caso de constar receciona-se de imediato e, consoante a capacidade do CAFAP e emergência da intervenção, passa para a intervenção direta.

A intervenção direta estabelece-se a partir de uma reunião de equipa técnica onde se realiza uma análise primeiramente individualmente e posteriormente em equipa sobre a situação da Família encaminhada, posteriormente é feito em equipa uma proposta e um conhecimento por escrito à entidade encaminhadora e se a proposta for à avante, inicia-se a intervenção. O CAFAP trabalha em dupla de áreas de formação diferentes, e por norma, a dupla que vai intervir tem um primeiro encontro com a Família e com a entidade encaminhadora nas instalações desta última.

A intervenção compreende quatro fases: avaliação da situação familiar, elaboração do PIAF, desenvolvimento e acompanhamento do PIAF, e o termo de intervenção. A intervenção é diferenciada de acordo com as modalidades de intervenção – PF, RF, PEF – que tanto pode ocorrer por ações de formação parental como de apoio psicopedagógico e social. Por norma, de acordo com o observado, os PEF são os que acontecem maioritariamente nas instalações do CAFAP, e as restantes sessões das outras modalidades podem ocorrer também nas instalações do CAFAP, mas maioritariamente são no domicílio da Família.

O período de intervenção varia de Família para Família, mas o período mínimo é até 12 meses podendo terminar antes no caso da Família assim o desejar, ou no caso de se verificar as seguintes situações: 3 faltas consecutivas injustificadas, mudança de residência para fora da área de intervenção, prestação de declarações falsas, a resposta social oferecida deixar de ser a adequada ou, no caso da resposta social deixar de ser necessária. A intervenção termina com uma avaliação final, podendo haver renovação ou cessação da intervenção. Por fim, a dupla de intervenção elabora um relatório de avaliação e este é partilhado com a Família e enviado à entidade encaminhadora.

- **Aferir as potencialidades e os desafios / limites do acompanhamento familiar efetuado pelo CAFAP na perspetiva das famílias e dos profissionais**

Através das entrevistas realizadas e da observação em contexto de estágio foi possível averiguar e aferir as potencialidades e os desafios / limites do acompanhamento familiar prestado pelo CAFAP. De acordo com o estudo de Barrocas (2017) os fatores potenciadores de sucesso da intervenção são:

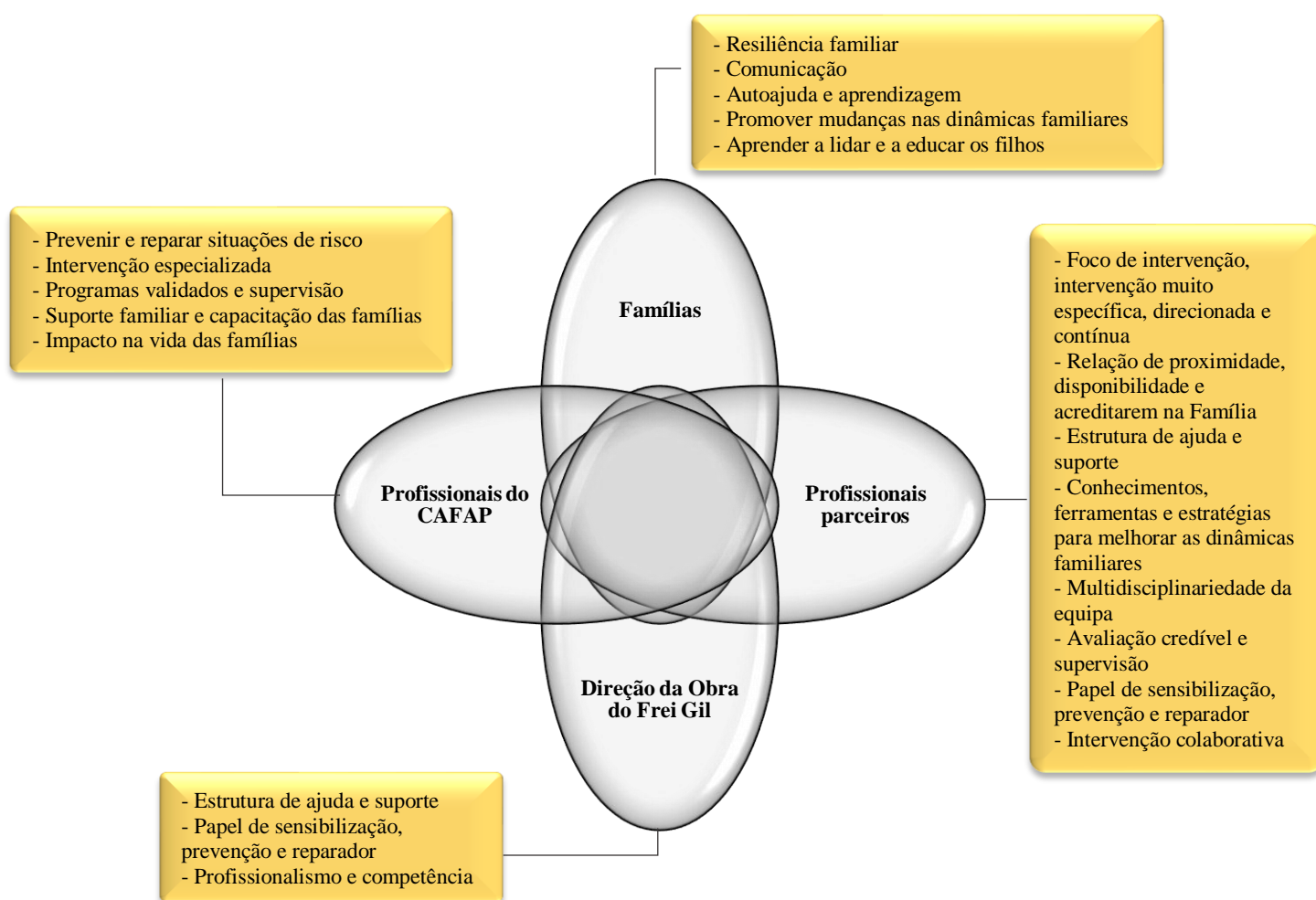
Os resultados revelaram que as dimensões mais referidas como fatores potenciadores de sucesso na intervenção foram os Técnicos Interventores (competências-chave, princípios orientadores e valores) e a Estrutura CAFAP

(princípios orientadores e suporte às equipas), seguidos das Famílias (essencialmente o foco na mudança). Barrocas, 2017, p. 52

Estes fatores potenciadores vão ao encontro das potencialidades referidas pelos vários participantes do presente estudo sendo que os que assumiram maior expressividade foram o facto da resposta CAFAP ser uma estrutura e um motor de autoajuda, aprendizagem e de suporte fornecendo conhecimentos, ferramentas e estratégias para melhorar a qualidade da dinâmica familiar, o papel de prevenção, sensibilização e reparador das situações de risco, os programas validados, a avaliação credível e a supervisão, e a intervenção especializada, específica, direcionada e contínua no tempo, todo este leque aqui apresentado acaba por promover mudanças e um impacto positivo nas famílias.

No esquema seguinte (Fig. 21), podemos observar as potencialidades nas suas várias perspetivas do acompanhamento prestado pelo CAFAP – “Quinta do Ribeiro”:

Fig. 21 – Esquema geral das potencialidades do CAFAP – “Quinta do Ribeiro”



Fonte: Elaboração própria (2019)

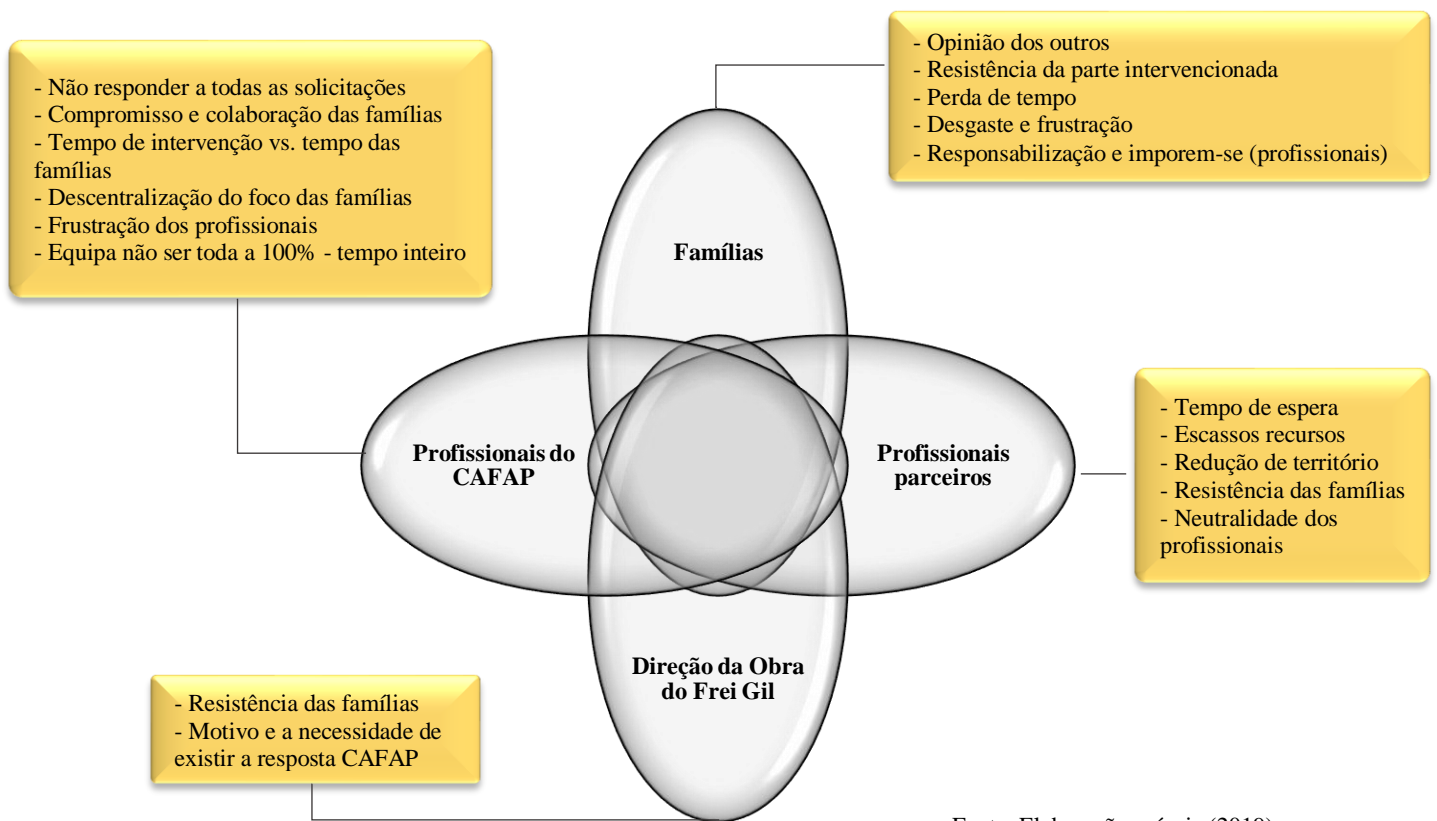
Por sua vez, os desafios / limites do acompanhamento familiar (Fig. 22) apresentados pelas famílias, encontram-se relacionados com o exterior, com o meio e contexto em que as famílias se encontram inseridas - domicílio, ou seja, a opinião e comentários dos outros sobre o CAFAP e sobre o que este vem ou não fazer, influencia de forma constrangedora as famílias, constituindo-se como desafio para estas e como uma entrave inicial para a intervenção do CAFAP.

A resistência por parte da Família é outro dos desafios do acompanhamento familiar que foi possível observar, nomeadamente, das famílias em que se encontravam na modalidade de Pontos de Encontro Familiar – Mediação, estas acham uma perda de tempo a intervenção e acabam por vir desacreditadas e desmotivadas para o CAFAP demonstrando resistência, o que depois acaba por causar frustração e desgaste não só aos profissionais que estão a tentar intervir mas a ambas as partes que estão a ser intervencionadas, pois estas famílias encontram-se separadas e/ou divorciadas e existe ainda um grande conflito.

Acabado de ser referido, o desgaste e a frustração, constitui-se um grande desafio naquilo que se espera alcançar – a capacitação da Família. As famílias, para além de virem para o CAFAP desacreditadas e desmotivadas, vêm saturadas de intervenções anteriores, por norma são famílias multiassistidas e, mais uma vez, há inicialmente uma grande resistência destas famílias, porque as intervenções anteriores foram intervenções sem fruto, sem sucesso, o que se julga que não houve um acreditar nestas famílias, levando-as ao desgaste, frustração e resistência de intervenções futuras.

Dentro dos desafios / limites é possível ver como entrave da intervenção entre os parceiros, o facto do CAFAP não dar resposta atempadamente e isso reflete-se também na perspectiva dos próprios profissionais do CAFAP, em que não conseguem dar resposta a todas as solicitações, derivado ao número de pedidos vs. a capacidade do CAFAP vs. o número de profissionais e o tempo que estes estão no CAFAP. Outro dos desafios apontados é o facto já referido das famílias virem com um grande conflito, o que as leva a descentralizar do foco da intervenção, do motivo de estarem no CAFAP, de se centrarem-se no bem-estar dos filhos e de chegarem a algum consenso e acordo, isto acaba por acarretar não só para as famílias, mas para os próprios profissionais do CAFAP, frustração e desgaste ao longo das sessões.

Fig. 22 – Esquema geral dos desafios do CAFAP – “Quinta do Ribeiro”



Fonte: Elaboração própria (2019)

Em síntese é possível referir a importância da prevenção e da capacitação das famílias, pois pela partilha dos participantes deste estudo muitas são as famílias que não têm conhecimentos sobre as fases de crescimento e de desenvolvimento da criança, nem conseguem decifrar e ler os sinais destas. Assim julga-se ser necessário investir muito mais na formação parental e colocar em prática, a lei não tem respostas para tudo, temos de reinventar e sermos criativos nas respostas que damos, deve-se proporcionar um ambiente securizante e harmonioso, criando formas de motivar as famílias a colaborarem e aderirem mais na intervenção proposta.

Muitos dos desafios e limites do acompanhamento familiar prestado pelo CAFAP que foram expostos anteriormente demonstram que este trabalho só é possível, novamente, com a colaboração das famílias e com a articulação dos serviços, no entanto alguns destes desafios não estão intrinsecamente ligados ao CAFAP, mas sim à forma como a lei propõe esta resposta.

Os problemas apresentados pelas famílias são problemas que qualquer Família pode estar sujeita, mas são as famílias mais vulneráveis e que têm processos em outros

serviços que acabam por ser aquelas que estão mais visíveis neste tipo de respostas. No entanto, isto não quer dizer que não existem famílias que não estejam presentes em outros serviços a necessitar de uma resposta como a do CAFAP, pois qualquer Família pode deparar-se com obstáculos do dia a dia, e não saberem responder e gerir da melhor forma e/ou de forma positiva.

Definitivamente, o ideal seria que o CAFAP abrange-se todas as famílias e não só aquelas que se encontram com processos instaurados nos serviços, porque na ótica da aluna as famílias multidesafiadas somos todas nós, não há nenhuma Família que não se depare com problemas e desafios ao longo da sua vida, a questão está na forma como são geridos esses problemas e desafios, umas sabem sim gerir de forma positiva e outras necessitam de ajuda para perceberem como gerir e obter práticas positivas na sua rotina. Assim é realçado a intervenção que as respostas como a do CAFAP executa como fundamental, benéfica e imprescindível, devendo ser o acesso a este mais aberto ou reestruturar-se ao nível de resposta, adequando-se à aquilo que se espera ser uma intervenção desejada com resposta atempada evitando que situações como as que levam à intervenção do CAFAP se previnem e não se perpetuem.

Importa, ainda referir as limitações encontradas neste estudo, estas relacionam-se com os participantes, nomeadamente na adesão das famílias em participarem no mesmo, o pretendido era o número de famílias ser igual ou superior ao dos profissionais, de forma a enriquecer este estudo. Apesar de ter sido da vontade da estagiária, a deslocação aos locais dos parceiros e das respetivas famílias constituiu-se como uma limitação, na medida em que foram precisos recursos ao qual a estagiária acarretou com os mesmos, deslocando-se na sua viatura própria, ao encontro dos participantes, no entanto, julga-se que se assim não fosse a adesão a participarem no estudo não seria a mesma, pois seria necessário estes viessem ao encontro da estagiária, gerindo os seus horários de outra forma. Outra limitação prende-se com o número de entrevistas e com o extenso guião de entrevistas utilizado, dificultando depois a transcrição e análise das mesmas.

Constitui-se como limitação o período de estágio escolhido ter coincido com a proposta da elaboração do livro do CAFAP, o que foi benéfico para a estagiária participar na sua elaboração, no entanto, encurtou e/ou acelerou o tempo do estudo (recolha de informação, articulação com a disponibilidade dos participantes, e realização das entrevistas).

Inicialmente era uma motivação, o facto de serem escassos os estudos sobre este tema, tornando-o mais valioso e rico uma vez que eram poucos ou quase nenhuns o que existiam sobre ambas as perspectivas que foram abordadas, no entanto, a reduzida literatura acabou por se tornar numa limitação. Por fim, outra das limitações encontradas foi a gestão dos prazos académicos devido à complexidade do tema e diligências necessárias.

Como sugestões para estudos futuros, propõe-se:

- um estudo que elenque as perspectivas dos profissionais e das famílias mas a nível nacional de todos os CAFAP, para ser um estudo representativo, de forma averiguar se as potencialidades e os desafios são os mesmos, e de que forma poderão melhorar a intervenção,
- um estudo que cingisse as famílias acompanhadas por um ou mais CAFAP's e tivessem aquelas que tiveram sucesso e as que não tiveram de forma a potenciarem e constranger esse mesmo sucesso.

Para concluir, realça-se o trabalho que é feito pelos profissionais que trabalham com famílias em situações às que foram apresentadas, este trabalho é um trabalho de proximidade que exige sensibilidade, confidencialidade, conhecimento pessoal e profissional, construindo uma relação de confiança, de parceria e colaboração, e que as famílias acreditem naquilo que são as suas forças, os seus recursos e as suas potencialidades, que acreditem também nos profissionais e na intervenção feita por estes, modificando assim o pensamento de ser uma perda de tempo a intervenção e concetualizando formas alterativas para a solução de problemas, pois se as próprias famílias não acreditarem que é possível mudar, mais ninguém pode fazer isso por elas.

Realça-se que os laços entre parceiros devem de ser cada vez mais próximos e cumpridores desta legalidade em prol da nossa sociedade inclusive das nossas crianças e jovens e suas famílias. A intervenção do CAFAP torna-se benéfica a esse nível, pois ajuda as famílias a viabilizarem as suas capacidades, a refletirem os seus comportamentos e atitudes, e proporcionar soluções aos seus desafios, soluções de parentalidade positiva, de vinculação segura, assim como, de dinâmicas familiares e educativas positivas, capazes de harmonizar o contexto familiar e trazer maior bem-estar e felicidade às suas vidas.

O trabalho do Serviço Social é impreterível numa equipa multidisciplinar, as Assistentes Sociais nas suas equipas devem favorecer que as famílias vivam situações que muitas vezes nem são delas e isso reflete-se nas suas decisões, devemos de sublinhar aquilo que há de positivo, os serviços devem de favorecer as dimensões positivas que podem acontecer na Família, devem de oferecer retaguarda e não apontarem o dedo. Enquanto profissionais temos o dever de reconhecer o que falha e encorajar as famílias, devemos de compreender as tensões e os desafios das famílias na sociedade.

Assim, este estudo pretendeu ser um contributo para uma melhor compreensão da resposta social CAFAP, das potencialidades e desafios do acompanhamento prestado por este, para a divulgação das suas práticas e para um melhor entendimento daquilo que é uma intervenção benéfica para e com as famílias.

“Não há famílias perfeitas (...) na minha singela opinião, enquanto pessoa, enquanto diretora, enquanto técnica, enquanto mãe e enquanto mulher a felicidade vem daquilo que nós queremos ser, tudo é importante no seu peso e medida, a nossa parte emocional, a conjugalidade é de extrema importância, enquanto mães, uma criança, duas, três, quatro ou cinco fazem de nós pessoas mais felizes mas muito mais stressadas, mais stressadas como quem diz que é a felicidade total, não é, faz parte da felicidade da vida de uma pessoa, é o centro do mundo? É! Mas é relativo porque nós para sermos felizes e fazermos os nossos felizes temos de fazer ponderar toda a nossa vida, e a nossa vida é feita de trabalho, é feita dos amores, é feita dos desamores, é feita dos dissabores, é preciso ter peso e medida nisto e ter peso e medida nisto é sabermos termos um olhar aberto para o mundo, para nós próprios, para dentro e para fora, que é o mais difícil (...) no nosso trabalho quer queiramos quer não, nós conseguimos projetar a nossa vida familiar e depois em casa conseguimos projetar a nossa vida profissional, e o grande problema é esse, depois andamos aqui numa ambivalência do que é correto e do que não é (...) eu costumo dizer que nós para sermos felizes temos de gostar de nós acima de tudo, primeiro, e a seguir gostarmos daquilo que somos, daquilo que fazemos e daquilo que nós queremos ser, não é o que os outros querem que nós sejamos (...) e uma família feliz tem de ter estes objetivos muito bem traçados, muito bem definidos (...) o mais importante não é amar, é saber tolerar, saber ouvir, saber escutar e saber estar, porque a vida é assim, é feita de desafios (...) eu costumo dizer que quanto mais rodeados estivermos numa estrutura forte mais felizes somos, porque conseguimos de alguma forma projetar aquilo que somos e ouvir aquilo daquilo que nos gostávamos de ser (...) eu costumo dizer que a infelicidade das pessoas vê-se na constante reconstrução das estruturas familiares que as pessoas têm.”

(Profissional de uma Casa de Acolhimento)

BIBLIOGRAFIA

Alarcão, M. (2000). (Des) Equilíbrios familiares: uma visão sistémica. Coimbra: Quarteto Editora.

Almeida, D. & Mourão, B. (2011). Ajudem-me a estudar. LivPsic

Almeida, M., Ferreira, M., Souza, P. e Serrão, C. (2016). “A educação social e as famílias multidesafiada: reflexões sobre um trajeto estimulado”. Práxis Educare. Revista da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação. Número 4. 58 - 64

Alves, C. (2000). Dilemas e conflitos da separação conjugal: experiência do serviço social na PMSC. Graduação, TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social. Florianópolis.

Barrocas, A. (2017). Práticas implementadas pelos CAFAP na intervenção com as famílias: perceção dos técnicos sobre os fatores de sucesso. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Católica Portuguesa

Batalhas, V. (2008). Acolhimento familiar: práticas e representações das famílias de acolhimento. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Departamento de Sociologia. Consultado em 13 de junho de 2018. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1630/1/Acolhimento%20Familiar.pdf>

Cardoso, J. (2016). O desafio dos profissionais de educação nos dias de hoje. As implicações das mudanças familiares. ISEC, Instituto Superior de Educação e Ciências.

Casimiro, C. (2002). Representações sociais de violência conjugal. *Análise Social*, Vol. XXXVII (163), 603-630.

Carvalho, M. I. e Pinto, C. (2015). Intervenção do Serviço Social com Indivíduos e Famílias (81-108) in Carvalho, M. (Coord) (2015). *Serviço Social com Famílias* (1^a ed.). Lisboa: PACTOR - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação, 1^a edição

Coelho, C. (2017). Famílias Multiproblemáticas: A perceção da sua parentalidade. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade de Évora. Escola de Ciências Sociais. Departamento de Psicologia.

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2018). Consultado em 23 de julho de 2018. Disponível em <http://www.seg-social.pt/criancas-e-jovens-em-situacao-de-perigo>

Dias, O. (2011). Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica – o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*. Viseu. ISSN 0872-0215. N° 19, p. 139-156.

Dunst, 1997 in Pereira, Ana Paula & Serrano, Ana Maria (2009). Práticas Centradas na Família em Intervenção Precoce: um estudo nacional sobre práticas profissionais. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança, área de Especialização em Educação Especial. Universidade do Minho. Braga.

Fernandes, S. (2015). Forças familiares nas famílias multidesafiadas: a perceção das famílias e dos técnicos. Dissertação do Mestrado em Psicologia. Universidade Católica Portuguesa. Educação e Psicologia. Porto.

Freitas, S. (2011). A intervenção de um CAFAP na relação Família-Escola. Relatório de Estágio de Mestrado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade do Porto

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios | Ministério da Justiça. (2008). Lisa Parkinson - Mediação Familiar (1.ª ed.). Agora Comunicação.

Giddens, A. (2007). *Sociologia*. 5ª ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

Grilo, P. (2013). A complexidade na intervenção com famílias socialmente vulneráveis: um estudo de caso do CAFAP. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra

Instituto Português de Mediação Familiar do Funchal - Espaços Família. (2009). Espaço Família. Lisboa.

Lourenço, A. (2010). O Invisível da Sociedade – Crianças e Jovens em Risco. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Instituto de Ciências da Educação, Lisboa. Disponível em <http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/1146/mestrado%20p%C3%B3s%20defesa.pdf?sequence=1>

Lopes, A., & Barros, L. (2017). Parentalidade positiva: Intervenção em Ponto de Encontro Familiar. Centro Distrital do Porto, Porto, Portugal.

Maldonado (1995). Casamento: Término e Reconstrução. São Paulo: Saraiva.

Melo, A. T. & Alarcão, M. (2008). Protocolo de Apoio ao Processo de Avaliação no Modelo de Avaliação e Familiar Integrada, versão em estudo.

Melo, A. T. (2009). Em Busca do Tesouro das Famílias Intervenção familiar em prevenção primária das toxicodependências (2ª ed. Revista e aumentada). Viana do Castelo: Gabinete de Atendimento à Família. (publicação avaliada e financiada pelo Instituto da Droga e Toxicodependência). (publicação também editada, por Imaxin em versão galega, com o apoio da Xunta da Galicia e do Concello de Santiago entre outros).

Melo, A. T. (2010). Em Busca do Tesouro das Famílias: Intervenção familiar em prevenção. 2ª Edição, Revista Aumentada. Gabinete de Atendimento à Família.

Melo, A. T. & Alarcão, M. (2011). From multi-problem to multi-challenged families. A multiple challenges comprehensive model. In Melo, A. As forças dos profissionais e da família multidesafiada na proteção da criança. Um modelo de avaliação e intervenção familiar integrada para os CAFAP. Coimbra: FPCEUC. Tese de doutoramento não publicada.

Melo, A. T. & Alarcão, M. (2011). Avaliações em situações de risco e perigo para as crianças: Um roteiro organizador. *Análise Psicológica*. 3(XXIX): 451-466.

Melo, A. T. & Alarcão, M. (2012). Manual de Orientação para a Implementação do Modelo de Avaliação e Intervenção Familiar Integrado (MAIFI). Módulo 2 - Dinâmicas

de Base e Contextos de Intervenção no MAIFI. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Melo, A.T. & Alarcão, M. (2012). Manual de Orientação para a Implementação do Modelo de Avaliação e Intervenção Familiar Integrado (MAIFI). Módulo11 – Fase de Follow-Up e Finalização no MAIFI. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Melo, A.T. & Alarcão, M. (2012). Manual de Orientação para a Implementação do Modelo de Avaliação e Intervenção Familiar Integrado (MAIFI). Módulo 2 – Dinâmicas de base e contextos de intervenção no MAIFI. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Melo, A.T. (2012, junho). Apresentação e descrição do processo de implementação. Sessão apresentada em O Modelo de Avaliação e de Intervenção Familiar Integrada (MAIFI), Santa Maria da Feira.

Melo, A. T. & Alarcão, M. (2012). Manual de Orientação para a Implementação do Modelo de Avaliação e de Intervenção Familiar Integrada. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Manuscrito não publicado. Disponível com os autores.

Melo, A. T. (2014). Viagens por Terras da(s) Parentalidade(s) – Guia para uma Parentalidade Preferida. Vila Nova de Gaia. Edição: de Autor.

Minuchin, S. & Fishman, C. (1990). Técnicas de terapia familiar. Porto Alegre: Artes - Médicas, 1990. Original inglês, 1981.

Obra do Frei Gil. (s.d.). Obtido em 20 de junho de 2017, de <http://www.obradofreigil.pt/cafap/sobre-nos/>

Osório, L. (1996). Família hoje. O que é a família, afinal?. Porto Alegre: Artes Médicas.

Ochotorena, J. (1996). Prevención del maltrato infantil. In J. Paúl Ochotorena e M. Arruabarrena Madariaga (Eds.). Manual de Protección Infantil. Barcelona: Masson.

PINTO, Carla. Empowerment, uma Prática de Serviço Social, 1988, in BARATA, O (coord), Política Social – Lisboa: ISCSP

Proposta de Reorganização do CAFAP à portaria nº139/2013 com o Instituto da Segurança Social, 2014, Obra do Frei Gil – CAFAP “Quinta do Ribeiro”.

Ramião, T. (2010). Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada e Comentada: Jurisprudência e legislação conexa. (6.º edição) Quid Juris? – Sociedade Editora Ld.ª: Lisboa.

Segurança Social. (2016). Consultado em 23 de julho de 2018. Disponível em www.seg-social.pt/criancas-e-jovens-em-situacao-de-perigo Segurança Social. (2016). Consultado em 23 de julho de 2018. Disponível em www.seg-social.pt/documents/10152/113014/Protecao_social_criancas_e_jovens.pdf/a07b4c95-2902-4282-8ce9-e2127ad0f14f

Santos, R. (2012). As abordagens colaborativas centradas nas forças aplicadas à intervenção social e no âmbito do acolhimento de crianças e jovens: relatório crítico de atividade profissional e projeto de investigação. Tese de Mestrado. Faculdade de Psicologia. Universidade de Lisboa

Silva, J. (2013). Famílias multidesafiadas em contextos de pobreza: vulnerabilidades e forças familiares – refletindo acerca da intervenção. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade de Lisboa. Faculdade de Psicologia.

Sousa, C. (2008). A prática do Assistente Social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa, 8 (1): 119 – 132

Valente, M. (2003). Direito de Menores - Estudo Luso Hispânico sobre Menores em Perigo e Delinquência Juvenil. Lisboa: Âncora Editora.

DECRETOS – LEI

Lei n.º 147/99 de 1 de setembro. Consultado em 31 de agosto de 2018. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis

Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro. Diário da República, 1.ª série — N.º 175 — 8 de setembro de 2015. Consultado em 31 de agosto de 2018. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis

Lei n.º 23/2017 de 23 de maio. Diário da República n.º 99/2017, Série I de 23 de maio de 2017. Assembleia da República. Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alargando o período de proteção até aos 25 anos. Consultado a 31 de agosto de 2018. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/107061811/details/normal>

PORTARIAS

Portaria n.º 139/2013 de 2 de abril de 2013. Diário da República, 1.ª série – N.º 64. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, artigo 8.º.

APÊNDICES

Apêndice I – GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA (5 VERSÕES DO INSTRUMENTO)

A. Versão Famílias

Texto de abertura

Esta entrevista insere-se no âmbito do Mestrado em Serviço Social, mais precisamente no meu Relatório de Estágio intitulado “Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar: a perspetiva das Famílias e dos profissionais” que pretende compreender o processo de intervenção com as Famílias acompanhadas pelo Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) – Quinta do Ribeiro em Santa Maria da Feira.

Em concreto pretende compreender o desenho de procedimento de intervenção caracterizando-o; avaliar o modo como se concretiza o acompanhamento familiar; e aferir as potencialidades e os desafios/limites do acompanhamento familiar efetuado tanto na perspetiva das Famílias como dos profissionais.

Esta entrevista vai ser gravada para posteriormente ser transcrita. Concorda com a gravação da entrevista e com tomadas de notas ao longo da entrevista? (assinar Termo de Consentimento)

Guião de entrevista

Perfil do entrevistado

Idade
Sexo
Estado civil
Habilitações literárias
Agregado familiar e sua composição
Situação profissional (empregado / desempregado)

Sobre a vida em família

Gostaria de nos contar como tudo começou? Como é ser pai/mãe e qual o impacto que este tem na vossa vida? (qual a mudança que este tem?)

Sabemos que todos nós enfrentamos variados desafios ao longo da vida. Quais foram os maiores desafios que sentiram, enquanto pais (mãe ou pai)? E como lidaram com eles?

Para vocês, o que é ser família?

O que é ser pai? O que é ser mãe?

Qual a importância de ter pais (mãe ou pai) para a criança?

Que sugestões têm para famílias felizes?

Contacto com o CAFAP

Qual a percepção que tinham sobre o CAFAP? Tinham alguma ideia do que era? Foi-vos dito algo sobre o CAFAP?

Tinham consciência do porquê de estarem a sinalizados? (o porquê de estarem a ser intervencionados) Descreva-me esse processo

Como foi o vosso primeiro contato com o CAFAP? Como se sentiam? (receosos, nervosos, reticentes, confiantes...)

No primeiro contato que tiveram ficaram esclarecidos sobre o que iria acontecer depois? Como se sentiram? (mais tranquilos, motivados, ansiosos, etc.)

Podem-me descrever como se processou depois toda a intervenção até agora? (como foi depois toda a intervenção feita? Marcação para agendamento, idas a casa, etc.)

Como se sentem agora em relação ao CAFAP e à intervenção feita? (satisfeitos, conscientes, capazes, etc.)

Motivações e interação com os profissionais do CAFAP

Em relação aos profissionais do CAFAP, digam-me como eles são com vocês? Aspectos positivos e aspectos negativos (aspectos que poderiam melhorar)

Como caracteriza a relação que tem com os profissionais? (o que destacam da vossa interação?)

O que vos preocupa nesta intervenção? Têm receio de algo?

Que motivações têm para daqui em diante, como família? (que ambições, que desejos/sonhos?)

Quais os resultados que esperam ver alcançados com esta intervenção? (que ambições, que desejos/sonhos?)

A intervenção tem impacto/resultados na vossa vida? Explique-me de que forma tem impacto (impacto/resultado negativo ou positivo)

Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar do CAFAP

Como define o acompanhamento familiar prestado pelo CAFAP?

Quais são os fatores potenciadores/bons deste acompanhamento? Porquê?

E quais são os fatores constrangedores/maus ou menos? Porquê?

Para vocês, enquanto família, que desafios sentem e veem na intervenção do CAFAP?

Acham benéfica/boa esta intervenção? Explique

Qual o impacto/resultado que o CAFAP teve na vossa vida? (o que pode mudar ou mudou)

Avaliação

de 1 a 5 (sendo o **1 nada satisfatório e o 5 muito satisfatório**) avalie:

- A. a sua relação com os profissionais
- B. a sua relação com o CAFAP entidade
- C. a sua relação com outras entidades inerentes a este processo de intervenção
- D. a sua relação com vizinhos, amigos próximos, etc.

de 1 a 5 (sendo o **1 muito mau e o 5 muito boa**) avalie:

- A. a intervenção e acompanhamento familiar do CAFAP
- B. pertinência do CAFAP na sua vida
- C. impacto que o CAFAP teve na sua vida
- D. desenvolvimento das competências parentais

Conclusão:

Por fim, consideram esta entrevista pertinente/importante? Justifiquem

Muito obrigada pelo seu tempo e pela reflexão que partilhou connosco. Esperamos que os resultados deste estudo venham a contribuir de alguma forma para a valorização e reconhecimento da intervenção do CAFAP, fornecendo visões para a permanência da criança do seu meio natural de vida.

B. Versão Profissionais Parceiros do CAFAP

Texto de abertura

Esta entrevista insere-se no âmbito do Mestrado em Serviço Social, mais precisamente no meu Relatório de Estágio intitulado “Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar: a perspetiva das Famílias e dos profissionais” que pretende compreender o processo de intervenção com as Famílias acompanhadas pelo Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) – Quinta do Ribeiro em Santa Maria da Feira.

Em concreto pretende compreender o desenho de procedimento de intervenção caracterizando-o; avaliar o modo como se concretiza o acompanhamento familiar; e aferir as potencialidades e os desafios/limites do acompanhamento familiar efetuado tanto na perspetiva das Famílias como dos profissionais.

*Esta entrevista vai ser gravada para posteriormente ser transcrita. Concorda com a gravação da entrevista e com tomadas de notas ao longo da entrevista? (**assinar Termo de Consentimento**)*

Guião de entrevista

Perfil do entrevistado

Idade

Sexo

Formação base e habilitações literárias

Trabalho noutras instituições anteriores à atual (caso se aplique)

Tempo de trabalho no SATT/ Tutelar Cível/ Escola / Centro de Saúde/ CPCJ (trabalho a tempo inteiro ou trabalho a tempo parcial) – [assinalar o local em que se trabalha]

Perceção das situações de risco

O que é para si uma criança em risco? E Família?

Na sua opinião, que entidades têm o dever de intervir numa situação de risco na criança/jovem?

Ao intervir com uma criança em risco considera importante envolver os pais/representante legal durante o processo? Justifique

Após o encaminhamento da situação de risco a uma outra entidade, como profissional mantém-se envolvido no processo? (se sim, em todas as situações ou nas situações em que se justificasse a sua intervenção? E de que forma?)

Perceção da permanência da criança em meio familiar

A seu ver, independentemente da gravidade da situação de risco em que a criança e/ou Família se encontra, deve-se fazer de tudo para que não haja ruturas dos vínculos familiares? Justifique

Tendo em conta os programas de intervenção junto da Família para que se crie condições e se desenvolva competências parentais, a seu ver são uma boa medida de atuação? Porquê?

Na sua perspetiva, nas situações em que existe a necessidade do trabalho em parceria, quais são as vantagens e desvantagens? Dê exemplos.

Sugestões para famílias felizes

Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar na resposta do CAFAP

Na sua perspetiva qual o papel que o CAFAP tem no suporte familiar?

Vê o CAFAP como possível suporte para a sua Família?

O que julga que seria necessário para um melhor funcionamento e atuação do CAFAP?

Quais são as potencialidades / benefícios da intervenção do CAFAP?

Quais os desafios / limites na atuação e acompanhamento, na e com a Família?

A seu ver quais são os fatores facilitadores e constrangedores de sucesso na intervenção do CAFAP?

A seu ver como define uma história de sucesso com as Famílias? E uma de insucesso? (onde a intervenção foi concluída com mais sucesso e menos sucesso)

Deve-se repensar as formas de intervenção? Que estratégias acha que se deveriam adotar?

Há algum assunto que queira acrescentar e que possa contribuir para a presente investigação?

Conclusão:

Por fim, o que achou da entrevista?

Considera esta entrevista pertinente e a investigação? Justifique

(Possível questão orientadora: Considera que estes estudos são importantes para delinear estratégias que permitam intervir?)

Muito obrigada pelo seu tempo e pela reflexão que partilhou connosco. Esperamos que os resultados deste estudo venham a contribuir de alguma forma para a valorização e reconhecimento da intervenção do CAFAP, fornecendo visões para a permanência da criança do seu meio natural de vida.

C. Versão Profissionais do CAFAP

Texto de abertura

Esta entrevista insere-se no âmbito do Mestrado em Serviço Social, mais precisamente no meu Relatório de Estágio intitulado “Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar: a perspetiva das Famílias e dos profissionais” que pretende compreender o processo de intervenção com as Famílias acompanhadas pelo Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) – Quinta do Ribeiro em Santa Maria da Feira.

Em concreto pretende compreender o desenho de procedimento de intervenção caracterizando-o; avaliar o modo como se concretiza o acompanhamento familiar; e aferir as potencialidades e os desafios/limites do acompanhamento familiar efetuado tanto na perspetiva das Famílias como dos profissionais.

*Esta entrevista vai ser gravada para posteriormente ser transcrita. Concorda com a gravação da entrevista e com tomadas de notas ao longo da entrevista? (**assinar Termo de Consentimento**)*

Guião de entrevista

Perfil do entrevistado

Idade
Sexo
Formação base e habilitações literárias
Trabalho noutras instituições anteriores ao CAFAP (caso se aplique)

Função e motivações

Tempo de trabalho no CAFAP (trabalho a tempo inteiro ou a tempo parcial)
Responsabilidades e funções desempenhadas
Motivações iniciais (questionar se no presente ainda se mantêm as mesmas)

Sinalização e encaminhamento do processo

De acordo com a sua prática que entidades encaminham mais para o CAFAP? (Tribunal, SATT, CPCJ, outras entidades)
O encaminhamento é feito, na sua grande maioria, para que modalidade? (Preservação Familiar, Reunificação Familiar ou Ponto de Encontro Familiar)
Como se desenvolve o processo de intervenção? Caracterize (etapas)
O que é para si o acompanhamento familiar? Como se concretiza o acompanhamento familiar?

Capacidades parentais / familiares segundo Melo & Alarcão (2015)

Na sua perspetiva, qual a importância atribuída às seguintes **capacidades parentais**:

(sendo 1 *nada importante* / 2 *pouco importante* / 3 *importante* / 4 *muito importante* / 5 *extremamente importante*)

PRESTAÇÃO DE CUIDADOS BÁSICOS (ex: capacidade de garantir higiene na confeção alimentar e qualidade dos alimentos; capacidade de proporcionar banhos reguladores e higiene cuidada de todas as zonas do corpo)	1	2	3	4	5
SEGURANÇA FÍSICA E DOMÉSTICA E PROTECÇÃO FACE A OUTROS (ex: capacidade de proteção da criança face a contactos com adultos ou outras crianças passíveis de colocarem em causa a sua segurança)	1	2	3	4	5
SEGURANÇA AFECTIVA (ex: capacidade de estar atento, alerta e sensível, de perceber e interpretar adequadamente o comportamento, os estados emocionais e as necessidades da criança)	1	2	3	4	5
ESTIMULAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA (ex: capacidade de proporcionar oportunidades para que a criança crie vínculos com várias figuras e contextos importantes)	1	2	3	4	5
ORIENTAÇÃO E ESTABELECIMENTO DE LIMITES (ex: capacidade de estabelecer regras limites adequados)	1	2	3	4	5

Importância que os fatores seguintes **podem influenciar a capacidade parental - funcionamento familiar**:

DINÂMICAS FAMILIARES (ex: organização da vida familiar, tomada de decisão e definição de papéis)	1	2	3	4	5
CONTRIBUTOS PESSOAIS DOS PRESTADORES DE CUIDADOS PARA O FUNCIONAMENTO FAMILIAR (ex: comunicação aberta, clara e funcional)	1	2	3	4	5
QUALIDADE DA RELAÇÃO CONJUGAL (ex: satisfação com a relação conjugal)	1	2	3	4	5
PERTURBAÇÃO NO FUNCIONAMENTO DOS PRESTADORES DE CUIDADOS (ex: consumo de álcool)	1	2	3	4	5
FACILITADORES DE MUDANÇA (ex: motivação para a mudança)	1	2	3	4	5

Importância dos seguintes **fatores ambientais e sociais**:

HABITAÇÃO (ex: estado de conservação, conforto, água canalizada, luz, esgotos, - condições de acessibilidade)	1	2	3	4	5
GESTÃO FINANCEIRA E DOMÉSTICA (ex: capacidade de proteção da criança face a contactos com adultos ou outras crianças passíveis de colocarem em causa a sua segurança)	1	2	3	4	5
SEGURANÇA AFECTIVA (ex: gestão financeira em função das despesas básicas e dos recursos existentes)	1	2	3	4	5
INTEGRAÇÃO SOCIAL / SUPORTE SOCIAL (ex: envolvimento em atividades de ocupação dos tempos livres e/ou envolvimento em atividades comunitárias)	1	2	3	4	5
EMPREGO / RECURSOS FINANCEIROS (ex: capacidade de manter o emprego e empregabilidade)	1	2	3	4	5

Conhecimento e relação/interação com as Famílias

Descrição, de forma geral, das Famílias intervencionadas pelo CAFAP (idades, escolaridade, problemas e necessidades, outros)

Alterações mais significativas nos problemas emergentes relativamente às Famílias atualmente (há mudança de comportamentos?)

Perspetiva face às motivações das Famílias quando são intervencionadas pelo CAFAP (inicialmente há receio? vontade de mudar? aceitação?)

Como caracteriza a interação com as Famílias? (se as Famílias costumam conversar bastante, se preferem ouvir, se preferem que lhes seja dada soluções imediatas, ou, se preferem conversar e encontrar uma solução em conjunto com o profissional,...)

Ao longo do tempo que trabalha no CAFAP quais são as maiores dificuldades encontradas pelos profissionais junto das Famílias? (ex.: dificuldades na comunicação com a Família)

Quais são as potencialidades / benefícios da intervenção do CAFAP nas Famílias?

Quais são os maiores desafios / limites que as Famílias apresentam ou podem apresentar que lhes impeça mudar de comportamentos? (segundo Melo & Alarcão 2015: dificuldades nas capacidades parentais, dificuldades no funcionamento familiar, dificuldades nas condições sociofamiliares, ambientais e sociais, etc.)

Que sugestões têm para Famílias felizes?

Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar na resposta do CAFAP

Papel do CAFAP no suporte familiar

Vê o CAFAP como possível suporte para a sua Família?

O que julga que seria necessário para um melhor funcionamento e atuação do CAFAP?

Que balanço faz da sua atividade no CAFAP?

Quais são as potencialidades / benefícios da intervenção do CAFAP na comunidade onde está inserido?

Quais os desafios na atuação e acompanhamento, na e com a Família?

Quais os fatores facilitadores e constrangedores de sucesso na intervenção do CAFAP?

A seu ver como define uma história de sucesso com as Famílias? E uma de insucesso? (onde a intervenção foi concluída com mais sucesso e menos sucesso) (exemplo: a solução final)

Deve-se repensar as formas de intervenção? A seu ver que estratégias dever-se-iam adotar?

O que considera como “*boas práticas*” do CAFAP?

Conclusão:

Por fim, o que achou da entrevista?

Considera esta entrevista pertinente e a investigação? Justifique

(Possível questão orientadora: Considera que estes estudos são importantes para delinear estratégias que permitam intervir?)

Muito obrigada pelo seu tempo e pela reflexão que partilhou connosco. Esperamos que os resultados deste estudo venham a contribuir de alguma forma para a valorização e reconhecimento da intervenção do CAFAP, fornecendo visões para a permanência da criança do seu meio natural de vida.

D. Versão Voluntários do CAFAP

Texto de abertura

Esta entrevista insere-se no âmbito do Mestrado em Serviço Social, mais precisamente no meu Relatório de Estágio intitulado “Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar: a perspetiva das Famílias e dos profissionais” que pretende compreender o processo de intervenção com as Famílias acompanhadas pelo Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) – Quinta do Ribeiro em Santa Maria da Feira.

Em concreto pretende compreender o desenho de procedimento de intervenção caracterizando-o; avaliar o modo como se concretiza o acompanhamento familiar; e aferir as potencialidades e os desafios/limites do acompanhamento familiar efetuado tanto na perspetiva das Famílias como dos profissionais.

*Esta entrevista vai ser gravada para posteriormente ser transcrita. Concorda com a gravação da entrevista e com tomadas de notas ao longo da entrevista? (**assinar Termo de Consentimento**)*

Guião de entrevista

Perfil do entrevistado

Idade

Sexo

Formação base e habilitações literárias

Trabalho para além do voluntariado no CAFAP (caso se aplique)

Função e motivações

Tempo de voluntariado no CAFAP (quantas vezes por semana, uma tarde, uma manhã)

Responsabilidades e funções desempenhadas

A área em questão sempre foi uma área do seu interesse? Porquê? Tem outra área que gostasse de trabalhar ou fazer trabalho voluntário para além das Famílias e das crianças em situação de risco? Quais? Porquê?

O que a motivou a ser voluntária/o no CAFAP? As motivações de hoje mantêm-se com as iniciais?

Quais os seus objetivos de trabalho? (o que pretende, ou gostaria de ver no CAFAP através do seu contributo?)

Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar na resposta do CAFAP

Papel do CAFAP no suporte familiar

Vê o CAFAP como possível suporte para a sua Família?

O que julga que seria necessário para um melhor funcionamento e atuação do CAFAP?

Quais são as potencialidades / benefícios da intervenção do CAFAP?

O que é para si o acompanhamento familiar? Que aspetos positivos tem? E negativos?

Quais os fatores facilitadores e constrangedores de sucesso na intervenção e atuação do CAFAP? (caso se aplique)

Quais os desafios na atuação e acompanhamento, na e com a Família? (caso se aplique)

A seu ver como define uma história de sucesso com as Famílias? E uma de insucesso?

A seu ver acha que se deve repensar as formas de intervenção? Que estratégias acha que se deveriam adotar?

Qual o impacto que o CAFAP tem (ou pode ter) nas Famílias?

Há algum assunto que queira acrescentar e que possa contribuir para a presente investigação?

Conclusão:

Por fim, o que achou da entrevista?

Considera esta entrevista pertinente? E a investigação? Justifique

Muito obrigada pelo seu tempo e pela reflexão que partilhou connosco. Esperamos que os resultados deste estudo venham a contribuir de alguma forma para a valorização e reconhecimento da intervenção do CAFAP, fornecendo visões para a permanência da criança do seu meio natural de vida.

E. Versão Direção da Obra do Frei Gil

Texto de abertura

*Esta entrevista insere-se no âmbito do Mestrado em Serviço Social, mais precisamente no meu Relatório de Estágio intitulado “**Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar: a perspetiva das Famílias e dos profissionais**” que pretende compreender o processo de intervenção com as Famílias acompanhadas pelo Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) – Quinta do Ribeiro em Santa Maria da Feira.*

Em concreto pretende compreender o desenho de procedimento de intervenção caracterizando-o; avaliar o modo como se concretiza o acompanhamento familiar; e aferir as potencialidades e os desafios/limites do acompanhamento familiar efetuado tanto na perspetiva das Famílias como dos profissionais.

*Esta entrevista vai ser gravada para posteriormente ser transcrita. Concorda com a gravação da entrevista e com tomadas de notas ao longo da entrevista? (**assinar Termo de Consentimento**)*

Guião de entrevista

Perfil do entrevistado

Idade

Sexo

Formação base e habilitações literárias

Função e motivações

Responsabilidades e funções desempenhadas

A área em questão sempre foi uma área do seu interesse? Porquê? Tem outra área que gostasse de trabalhar ou fazer trabalho voluntário para além das Famílias e das crianças em situação de risco? Quais? Porquê?

O que o motivou a trabalhar na Obra do Frei Gil? As motivações de hoje mantêm-se com as iniciais?

Quais os seus objetivos de trabalho? (o que pretende, ou gostaria de ver na Obra do Frei Gil através do seu contributo?)

Qual o maior desejo que tem relativamente à Obra do Frei Gil?

Obra do Frei Gil, a resposta CAFAP

Sente que a grandiosidade e expressão desta instituição – Obra do Frei Gil - é reconhecida como deve pelos poderes públicos locais e nacionais?

A Obra do Frei Gil tem na sua gestão várias respostas sociais, nomeadamente o CAFAP – “Quinta do Ribeiro”. Que balanço faz desta resposta?

Do seu conhecimento e experiência, pessoal e profissional, que importância atribui à intervenção com as Famílias em geral, e à intervenção e acompanhamento familiar do CAFAP em particular?

Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar na resposta do CAFAP

Papel do CAFAP no suporte familiar

Vê o CAFAP como possível suporte para a sua Família? Explique

O que julga que seria necessário para um melhor funcionamento e atuação do CAFAP?

Quais são as potencialidades / benefícios da intervenção do CAFAP? E quais os desafios / dificuldades?

O que é para si o acompanhamento familiar? Que aspetos positivos tem? E negativos?

A seu ver acha que se deve repensar as formas de intervenção? Que estratégias acha que se deveriam adotar?

Qual o impacto que o CAFAP tem (ou pode ter) nas Famílias?

Conclusão:

Por fim, o que achou da entrevista?

Considera esta entrevista pertinente? E a investigação? Justifique

Muito obrigada pelo seu tempo e pela reflexão que partilhou connosco. Esperamos que os resultados deste estudo venham a contribuir de alguma forma para a valorização e reconhecimento da intervenção do CAFAP, fornecendo visões para a permanência da criança do seu meio natural de vida.

Apêndice II – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO

Caro Participante,

Solicito que leia este texto. Antes de nos dar a sua autorização para participar neste estudo coloque as questões que acha necessárias e pertinentes.

Este estudo decorre no âmbito do Mestrado de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, mais precisamente no meu Relatório de Estágio. Este, intitulado como *“Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar: a perspetiva das famílias e dos profissionais”*, tem como objetivo compreender o processo de intervenção com as famílias acompanhadas pelo Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) – Quinta do Ribeiro em Santa Maria da Feira. Pretende compreender o desenho de procedimento de intervenção caracterizando-o; avaliar o modo como se concretiza o acompanhamento familiar; e aferir as potencialidades e os desafios/limites do acompanhamento familiar efetuado tanto na perspetiva das famílias como dos profissionais.

Para tal, necessitamos que colabore connosco, respondendo a algumas questões através de uma entrevista semiestruturada.

A sua participação é muito importante. No entanto, ela é voluntária. Todos os dados recolhidos têm a garantia de confidencialidade e servem somente para o presente estudo de estágio. Garantimos o uso exclusivo dos dados recolhidos para o estudo e salvaguardamos o anonimato (não registo de dados de identificação, o seu nome, nem nenhuma informação que o possa identificar), estando garantido o sigilo de todas as informações recolhidas. O investigador está disponível para qualquer esclarecimento.

Solicito que autorize a realização de uma entrevista, que aceite fazer gravações de voz uma vez que nos facilita na transcrição de informação.

Atenciosamente,

(assinatura da investigadora, Mariana Pena)

(assinatura da Coordenadora do CAFAP, Ana Vita)

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pelas pessoas que acima assinam. Desta forma, autorizo as gravações da entrevista e tomada de anotações. Declaro a utilização dos dados que de forma voluntária forneço não me opondo à utilização das mesmas para a sua investigação, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Assinatura / Rúbrica:

Data:

Apêndice III - FLUXOGRAMA: PROCEDIMENTO DE TRABALHO DO CAFAP



FLUXOGRAMA

Procedimento de trabalho do CAFAP

Elaborado pela estagiária Mariana Pena,
tendo por base o Regulamento Interno do CAFAP e a Legislação da Portaria n.º139/2013 de 2 de abril

